



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

LETÍCIA SANTANA SANTOS

**A PSICANÁLISE FORA DO *SETTING* TRADICIONAL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO CREAS DE TOBIAS BARRETO**

São Cristóvão-SE

2023

LETÍCIA SANTANA SANTOS

**A PSICANÁLISE FORA DO *SETTING* TRADICIONAL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO CREAS DE TOBIAS BARRETO**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre, ao Programa De
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Sergipe (UFS).

Orientador: Eduardo Leal Cunha

São Cristóvão

2023

Letícia Santana Santos

**A PSICANÁLISE FORA DO *SETTING* TRADICIONAL: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO CREAS DE TOBIAS BARRETO**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre, ao Programa De
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Sergipe (UFS).

Aprovada em 31 de agosto de 2023.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Leal Cunha
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Daniel Menezes Coelho
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dra. Raonna Caroline Ronchi Martins
Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política – PSOPOL

**São Cristovão
2023**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Eduardo Leal, pelo conhecimento compartilhado, pela tranquilidade e por me apresentar a possibilidade dos grupos não terapêuticos de escuta lá no começo do mestrado.

Ao professor Daniel Coelho, cujas aulas iniciais da pós me permitiram conhecer esse novo mundo de possibilidades para a psicanálise justamente quando eu estava lidando com as angústias da atuação fora de *setting*. Também lhe agradeço pela experiência incrível que tive com a sua supervisão no Estágio em Docência, foi ela que me ajudou a colocar no papel grande parte das ideias desta pesquisa materializada aqui hoje.

À Roda de Escuta LGBTQIA+ por se somar à minha formação e contribuir para meu aprendizado sobre a escuta psicanalítica. Muitas das coisas discutidas lá me acompanharam no CREAS também.

À Raonna Martins, cujo trabalho inspirador me despertou para outras possibilidades e cujas contribuições na Banca de Qualificação me fizeram ter mais confiança em mim. Obrigada pela empolgação.

Aos meus colegas do CREAS, que tornaram minha primeira experiência profissional uma das mais incríveis possíveis, que foram pacientes com meu aprendizado e que tanto me ensinaram. Que presente ter conhecido vocês!

Ao meus colegas do programa: Cláudia Ciribelli, obrigada por se preocupar e sempre se oferecer pra ajudar; Jeff, obrigada por ter aturado minhas inúmeras mensagens nesse período. Renatinha e João Ricardo, obrigada pelas trocas e risadas lá no começo, era muito legal não entender psicanálise junto com vocês!

A painho e mainha, por trazerem tanta leveza pra esse período de pandemia e para meus anos de CREAS. Esse tempo perto de vocês significou muito pra mim. Obrigada por serem combustível e afago para os dias difíceis de trabalho, mesmo quando não sabiam disso. Painho, obrigada pela sensibilidade e delicadeza que me transmitiu todos esses anos e por me ensinar tanto sobre o respeito à história do outro. Mainha, obrigada por sempre priorizar a minha educação e por me encorajar a viver essa experiência no CREAS.

À Tia Badinha e Tio Beija, meus pais aracajuanos, por sempre quererem saber de mim e me apoiarem incondicionalmente.

A Arthur, meu grande parceiro, pelo companheirismo e por sempre me incentivar a apertar o botão de “enviar”. Obrigada por aguentar as madrugadas com a luz acesa e pelos lanches e almoços e cafés no meio da escrita.

A Arthurlino, por sempre dizer a coisa certa nos momentos em que a angústia da escrita acadêmica tomava conta. Depois de tantos caldos, eu finalmente consegui surfar umas ondinhas, meu amigo!

À minha antiga e nova família, por tanto amor, carinho e risadas.

RESUMO

Essa pesquisa começa com minha inserção no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) de Tobias Barreto. A inquietação, surgida do que eu observava nas visitas, atendimentos, reuniões e do constante questionamento sobre o que era ser uma psicóloga no CREAS e o que fazer com psicanálise nesse espaço, resultou neste trabalho, o qual consiste num Relato de Experiência - que envolve a narrativa de uma experiência clínica em seu sentido mais amplo - acerca dos Grupos que manejei no CREAS e o que estes oportunizaram. A metodologia escolhida teve como foco privilegiar a minha inserção no campo e a escuta da população atendida, para a partir dos impasses vividos e das questões levantadas, haver uma busca da teoria. Neste sentido, temos como corpo e resultado dessa pesquisa os relatos acerca dos encontros grupais realizados no CREAS, como também as reflexões que estes oportunizaram acerca da psicanálise fora do *setting* tradicional, tendo como questão central o tema da transferência horizontal, que encontra no material dos relatos e dos principais pontos surgidos a partir deles, um território para explorar o que é que da psicanálise permanece em ambientes fora do consultório, contribuindo assim para a construção de uma psicanálise viva.

Palavras-chave: Psicanálise Extramuros. Dispositivos Grupais. Psicanálise. CREAS. Assistência Social.

ABSTRACT

This research begins with my involvement at the Center for Specialized Social Assistance (CREAS) in Tobias Barreto. The concern, arising from what I observed during visits, consultations, meetings, and the constant questioning of what it meant to be a psychologist at CREAS and how to incorporate psychoanalysis in this space, resulted in this work, which consists of an Experience Report - involving the narrative of a clinical experience in its broadest sense - about the Groups I facilitated at CREAS and what they provided. The chosen methodology focused on immersing myself in the field and listening to the population being served, so that from the challenges experienced and the questions raised, a search for theory could emerge. In this regard, the body and outcome of this research include accounts of the group sessions held at CREAS, as well as the reflections they enabled regarding psychoanalysis outside the traditional setting. The central theme is horizontal transference, which finds a terrain for exploration in the material from the accounts and the key points that emerged from them, shedding light on what aspects of psychoanalysis remain applicable in environments beyond the therapy room, thus contributing to the development of a living psychoanalysis.

Keywords: Psychoanalysis outside the Clinic. Groups. Psychoanalysis. CREAS. Social Work.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA

2.1 Metodologia

2.2 Procedimentos Metodológicos

2.3 A múltipla condição de profissional e pesquisadora

3. CAPÍTULO I – CREAS: IDEAL E REALIDADE

3.1 Entre os manuais e a prática

3.1.1. “O reconhecimento da Assistência Social como política pública de direitos no ordenamento jurídico brasileiro”

3.1.2 “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: papel no SUAS e competências”

3.1.3 “A Gestão dos Processos de Trabalho no CREAS”

3.2 O papel da psicóloga no CREAS

3.2.1. “Eixo II: Psicologia e a Política de Assistência Social”

3.2.2. “Eixo III: Atuação da (o) Psicóloga (o) no CREAS”

4. CAPÍTULO II: RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

4.1 “Um olhar inicial sobre os ‘Grupos do CREAS

4.2 Primeiro Encontro – “O CarnaCreas”

4.3 Segundo Encontro – Estreitando vínculos

4.4 Terceiro Encontro – Onde o sapato aperta

4.5 Quarto encontro - “O seu também, né?”

4.6 Quinto encontro – “Cervejinha em Paris”

5. CAPÍTULO III: A PSICANÁLISE FORA DO *SETTING* TRADICIONAL

5.1 A saída do *setting* tradicional

5.2 Transferência e horizontalidade

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE UM TRABALHO QUE NÃO TEM FIM

REFERÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa percorreu e tropeçou em muitos caminhos para chegar ao que é hoje. Ela começa com minha inserção, psicóloga recém-formada, no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) de Tobias Barreto. Ao chegar lá, procurei primeiramente entender o modo de trabalho daquele local e o meu papel ali – sendo que este último passou a ser um questionamento feito com frequência por mim. Fui recebida pela assistente social de lá, que mais tarde me contou ter trabalhado por muitos anos dentro da assistência social de Tobias Barreto. Foi mais tarde também que descobri o valor de trabalhar com alguém com tanto tempo de experiência, pois foi através das histórias de Sol, seja sobre o trabalho na assistência, seja sobre o passado das famílias ou sobre os causos daquele equipamento, que aprendi sobre o CREAS para além dos dois anos em que estive lá.

Sol foi a grande responsável por me apresentar o trabalho feito no equipamento, me entregou dois livros – o “Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS” e o “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo” – e me apresentou à “sala de arquivos”, onde havia gavetas com pastas das “famílias do PAEFI (Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)”, que só mais tarde eu fui entender do que se tratava.

É claro que os manuais dão conta de certa postura, certo saber fazer, por onde caminhar e o que está dado para um psicólogo da assistência social, mas são apenas um guia, um apoio ético, um ideal de trabalho, já que não leva em conta a escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho, as peculiaridades dos casos. Trata-se de algo estático para algo tão movimentado quanto o CREAS. Por isso, as pesquisas e compartilhamento sobre as vivências nesse lugar me parecem tão importantes, seja através da oralidade, dos momentos em coletivo ou da escrita.

Neste sentido, a minha expectativa é que este trabalho possa contribuir e se juntar ao esforço daqueles que vieram antes dele e que buscam agregar à construção da psicanálise viva, enquanto ela acontece. Ele pretende falar dos efeitos da psicanálise em espaços “fora de *setting*”, mas também sobre os efeitos do “fora de *setting*” para a psicanálise.

Logo, a dissertação a seguir apresenta uma pesquisa que começou motivada pela minha inserção no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) de Tobias

Barreto, Sergipe. A princípio, ela buscava dar conta das filas de espera para atendimento psicológico encontradas no Centro Médico da cidade, questão com a qual me deparei inicialmente. No entanto, através da prática, da escuta das famílias, das limitações cotidianas do trabalho e de um direcionamento quanto ao “mapeamento do campo”, essa experiência tomou outro caminho, ou seja, passou a ser sobre os Grupos que aconteceram no CREAS e o que estes oportunizaram.

O trabalho conta então, para além da parte introdutória de apresentação, com uma seção de delimitação do problema e descrição dos aspectos metodológicos empregados na pesquisa, a qual se constituiu enquanto um Relato de Experiência - que envolve a narrativa de uma experiência clínica em seu sentido mais amplo – que tem como foco privilegiar a minha inserção no campo e a escuta da população atendida, para a partir dos impasses vividos e das questões levantadas, haver uma busca da teoria.

Em seguida, para apresentar o Centro de Referência Especializada em Assistência Social, temos o primeiro capítulo, de título “CREAS: Ideal e Realidade”, que pretende: a) apresentar como foi pensado o CREAS e seu método de trabalho, com foco na atuação do psicólogo e b) funcionar como uma espécie de boas-vindas para aqueles que, assim como eu, não tinham conhecimento do CREAS. Essas boas-vindas contam com dois tipos de materiais e nos insere entre dois CREAS: o ideal, que será apresentado a partir do que está posto nos manuais, e o real, trazido a partir das minhas primeiras impressões no chão do CREAS de Tobias Barreto, da minha experiência como uma psicóloga sem um conhecimento prévio do trabalho na Assistência Social, dos aprendizados e dos problemas que passei a lidar e que me mobilizaram a iniciar a pesquisa em questão.

Sabendo que este trabalho tem como foco privilegiar a minha inserção no campo e a escuta da população atendida, para a partir dos impasses vividos e das questões levantadas, haver uma busca da teoria, temos no segundo capítulo, nomeado como “Relato das Experiências”, a principal parte do trabalho. Ele narra os encontros grupais no CREAS, as questões que surgiram, as limitações encontradas e os vínculos criados nesse espaço que, mesmo não sendo meu objetivo principal, tornou meu trabalho como técnica do CREAS menos enrijecido. Foram cinco encontros: em caráter de evento comemorativo, campanhas ou rodas de conversa; com novos participantes e aqueles que se repetiam; com queixas e também silêncios. Durante a apresentação deles, algumas questões surgem e são apontadas.

Já no capítulo três temos o “*a posteriori*” da pesquisa. “A Psicanálise Fora do *Setting* Tradicional” busca discutir como a partir de alguns teóricos, pude pensar na existência de

possibilidades para uma psicanálise fora do *setting*, neste caso, para o campo no qual eu estava inserida: o CREAS. Ciente dessa possibilidade foi preciso buscar vivências que auxiliassem nesse processo de modos de atuar nesse campo e que nos ajudam a pensar sobre intervenções fora do *setting*, a ética da psicanálise e o que permanece e o que pode ser criado fora das paredes do consultório tradicional.

Além disso, esse capítulo traz uma discussão fundamental que está articulada diretamente à psicanálise fora do *setting* tradicional, que é o de uma transferência marcada pela horizontalidade. Através das principais questões surgidas a partir da escuta feita dos participantes dos grupos, é feita uma articulação entre a experiência e a teoria, abordando pontos acerca dos efeitos do espaço físico na postura dos usuários e profissionais, das formações de vínculo permitidas pelos grupos, das dificuldades enquanto psicóloga da assistência social dentro dos grupos e a relação destes com temas como a neutralidade e abstinência.

Por fim, no capítulo das considerações finais temos um apanhado dessa experiência e de seus efeitos para o campo e para a pesquisa. Boa leitura!

2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA

A inquietação, surgida do que eu observava nas visitas, atendimentos, reuniões e desse constante questionamento sobre o que era ser uma psicóloga no CREAS e, ainda mais, o que fazer com psicanálise nesse espaço, me trouxe a esse trabalho materializado aqui hoje. Poderíamos dizer que esse problema facilmente se resolveria com um bom trabalho de transição de uma gestão para outra ou uma boa capacitação – que não é o que costuma ocorrer em órgãos como este por diversas questões políticas- e seria uma enorme felicidade ter acesso a isso, pois daria conta dessa angústia inicial fruto da lacuna que eu e muitas psicólogas temos em nossa formação, no que diz respeito à atuação da psicologia - e no meu caso, da psicanálise - na assistência social. No entanto, cabe também um questionamento aos formatos de capacitação atuais e quais novas formas de pensar a prática seriam mais interessantes para agregar a esse contexto.

Esta pesquisa inicialmente buscava responder a algo que se apresentava no campo, pois um dos papéis da equipe do CREAS diz respeito ao encaminhamento para o atendimento psicológico clínico. Nesse sentido, o Centro Municipal de Especialidade Médicas (CEME) contava com duas profissionais de psicologia, as quais atendiam não somente aos encaminhamentos feitos pelo equipamento, pelo Conselho Tutelar e pelo Conselho do Idoso, como também às demandas da população como um todo, resultando em uma alta procura pelo serviço, o qual pode apresentar um longo intervalo entre os atendimentos a depender do caso.

Com esses encaminhamentos, entendi algo que marca o imaginário social no que diz respeito ao lugar e função da psicologia na área da assistência social: o lugar de cura e de tratamento para todo e qualquer sofrimento. Houve aí meu contato também com as filas de espera e o anseio por resolvê-las, tendo em vista a necessidade dos usuários do CREAS, por exemplo. Por muito tempo, pensei que essa pesquisa seria sobre a resolução das filas de espera do CREAS ou dos atendimentos psicológicos no CEME, mas com o tempo esse caminho foi se alterando graças aos grupos que realizei em conjunto com a equipe do CREAS.

Os grupos surgiram então e funcionaram enquanto uma intervenção e mapeamento do campo, ao mesmo tempo. Eles também se apresentam enquanto espaço para formação de vínculos entre equipe e usuários, que nos oferece outro olhar sobre a história destes. Uma espécie de aprofundamento, mas não por cavar a história dos usuários mais a fundo e sim por dar abertura para um caminho lateral, na beira da história das famílias, permitindo

falar daquilo que não interessa muito saber ou contar, visto que o foco é outro, é a violação, é responsabilizar, é achar soluções.

Eles deixaram algo bem demarcado sobre o que podemos compreender como as “pessoas de referência”. Durante o registro de informações sobre uma determinada família no Prontuário SUAS, instrumento que tem o intuito de guiar e reunir a organização das informações relativas ao acompanhamento das famílias e indivíduos, há na capa um espaço específico para nomear a “Pessoa de Referência” daquela família, cujas condições de sustentabilidade devem ser garantidas pela Política de Assistência (PNAS, 2004). No CREAS, as pessoas de referência são ouvidas enquanto representantes de um núcleo familiar, o que muitas vezes transforma o diálogo com estas em uma “prestação de contas” sobre seus familiares.

2.1 Metodologia

Esta pesquisa diz respeito ao Relato de uma Experiência vivida no CREAS de Tobias Barreto. Tal modalidade de relato, enquanto maneira de produzir conhecimento dentro do campo da pesquisa qualitativa, consiste não somente na narrativa de fatos vividos, mas também no retorno à memória destes “fatos”, a fim de elaborar aquilo que orientou e ajudou a construir a pesquisa. Este modo de trabalho leva em consideração o envolvimento do (a) pesquisador (a) com o campo e a maneira que as experiências vividas neste direcionam a pesquisa. As reflexões advindas disso podem aparecer tanto durante o evento, quanto após o processamento deste, de maneira que ambos possibilitam uma compreensão maior daquilo que foi vivenciado (DALTRO; DE FARIA, 2019).

Para que a pesquisa não estagne em longos períodos de elaboração por parte do (a) pesquisador (a) e nas infinitas possibilidades que a experiência em campo oferece, é necessário fazer algumas escolhas para a produção documental do trabalho e tornar concreto, através da escrita e da sistematização, os frutos dessa experiência – que deve levar em consideração os múltiplos aspectos do que está sendo pesquisado (DALTRO; DE FARIA, 2019).

Uma dessas escolhas envolve pensar os fenômenos que emergem dessa experiência a partir da psicanálise - ou junto com ela - já que a experiência no CREAS, descrita aqui através dos grupos, foi permeada pelo questionamento de como praticar a psicanálise fora do *setting* tradicional. Neste sentido, a empiria psicanalítica mostra que há outros locais para os quais a psicanálise pode destinar-se. A presença do analista em terrenos diferentes

do habitual baseia-se na ideia de que a sua inserção nesses meios produzem mudanças perceptíveis na sociedade, visto as transformações provocadas no modo de constituir laços sociais (BATISTA; CUNHA, 2012).

Vale salientar que a pesquisa em psicanálise não se trata de um conjunto de técnicas e ferramentas que devem ser igualmente reproduzidas tal como no contexto terapêutico, tampouco enquanto uma teoria que serve apenas como base para a leitura de um fenômeno social. A empiria psicanalítica diz respeito ao “estabelecimento de uma forma específica de experiência” (p. 264), ligada ao estabelecimento de um fazer psicanalítico pautado na relação transferencial (BATISTA; CUNHA, 2012).

Por fim, se o Relato de Experiência diz respeito ao que o (a) pesquisador (a) faz com a matéria prima da sua experiência, podemos fazer um paralelo entre esta modalidade de pesquisa e o que Mezan (2011) traz sobre a escrita de casos clínicos na psicanálise, já que segundo o autor:

O que torna interessante um acontecimento qualquer da clínica é a sua semelhança ou a sua diferença com outros do mesmo gênero, ou seja, aquilo que ele tem em comum ou de diverso em relação a uma determinada classe de processos ou eventos, que podem ter sido já descritos e compreendidos ou serem inéditos na literatura. (MEZAN, 2011, p.198)

Tal qual o pesquisador traz um recorte de sua experiência em campo e daquilo que lhe chamou atenção, o relato da experiência clínica diz da implicação do analista e o que ele tem a dizer sobre um recorte da sua experiência de escuta e daquilo que ele sabe sobre o “paciente” do que propriamente sobre o paciente em sua totalidade (MEZAN, 2011). Da mesma maneira se dá com as experiências que serão narradas aqui, já que se estas fossem contadas pelos participantes do grupo, por exemplo, a ótica poderia ser outra.

Neste sentido, o formato de Relato de Experiência escolhido como forma de contar e fazer essa pesquisa se mostrou como o mais adequado para o trabalho, visto que o tema proposto por ela surgiu por conta da minha inserção no CREAS de Tobias Barreto. Lá, eu não estava em busca de um fenômeno social ou de um tema de investigação específico, mas conforme a escuta do campo foi sendo feita, a implicação com ele foi inevitável. E foi através das angústias ouvidas e sentidas, das hipóteses e interpretações errôneas feitas, do aprender a manejar com o “*a posteriori*” da psicanálise e com o mapeamento de uma pesquisa, que as elaborações que hoje estão presentes aqui puderam ser feitas.

2.2 Procedimentos Metodológicos

A experiência aqui relatada tem como foco grupos que foram realizados no CREAS no ano de 2022, mas não se detém somente a eles, visto que os participantes dos grupos eram de famílias que eu acompanhava enquanto técnica do equipamento e suas histórias também se fazem presentes neste trabalho. A realização dos grupos, pensadas enquanto uma maneira de mapear o campo, alinhou-se com a decisão da coordenação do CREAS de que a realização de “Grupos Operativos” passasse a ser um dos serviços do equipamento. Assim, os tempos da pesquisa e do campo se articularam mais uma vez e estes acabaram virando um só.

O grupo se dirigiu às famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), um dos serviços prestados pelo CREAS e do qual eu fazia parte. Por meio dessa ação, a coordenação tinha a expectativa de que os grupos se tornassem um espaço para reunirmos as famílias em datas comemorativas ou campanhas de conscientização, mas também para serem usados como estratégias de intervenção, através da conscientização sobre as pautas que a equipe julgasse necessárias. Conforme os grupos foram ocorrendo e independente do formado, um combinado passou a ser feito com a coordenação e com as demais técnicas que mediavam os grupos: o de privilegiar a fala dos usuários, ainda que não seguissem o roteiro pretendido pela gente.

Os participantes dessa experiência foram os usuários do serviço que compareciam aos grupos, a equipe do CREAS, incluindo não somente as assistentes sociais, a educadora social e os profissionais da psicologia, como também os técnicos administrativos, a auxiliar de serviços gerais e a coordenadora, que, em alguns grupos, também participaram. O último encontro também estendeu seu convite aos adolescentes que faziam parte do grupo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

. Para coleta de dados empíricos e registro das impressões que surgiam em campo, foi usada a técnica do diário de campo, com anotações acerca do que acontecia em cada encontro, registros posteriores das discussões, impressões, ideias e afetos. É comum que em pesquisas exploratórias da psicologia, antropologia ou demais campos do saber, os diários sejam usados enquanto instrumentos de anotações e futura interpretação da vivência do (a) pesquisador (a) e dos (as) participantes (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

Nos registros do diário podem constar não somente o relato do que ocorre em campo, mas também registros relacionados aos afetos e atenção da pesquisadora- que

também é produzida pelo uso dos diários - dando pistas do movimento desta em relação à experiência com o qual ela está implicada, de maneira que não somente ações específicas façam parte da pesquisa, mas também o conteúdo fruto do cotidiano. De acordo com Kroef, Gavillon e Ramm, (2020, p. 468):

A imersão do (a) pesquisador (a) no campo-tema da pesquisa pode ser mais central ou mais periférica - mais ou menos densa - dependendo da sua experiência em locais, em situações ou em conversas que colocam em movimento seu pensamento em relação ao tema estudado. Em todos esses casos, o (a) pesquisador (a) está se relacionando com seu problema de pesquisa. Não há, nessa perspectiva, uma hierarquia a priori entre os lugares e as interações formais ou informais em que se produz a pesquisa, sejam estes, por exemplo, discussões em reuniões do grupo de pesquisa, entrevistas com participantes ou conversas sobre o assunto no cotidiano (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

Este é o caso dos registros que surgiram fora dos momentos dos grupos e é por isso que, apesar dos momentos grupais serem o foco da seção de resultados, o material trazido lá não fala somente da execução dos encontros, mas também da recepção, do momento do lanche, de um encontro breve na rua, ou seja, espaços que fazem do campo e, conseqüentemente, fazem parte da pesquisa também. É com a escrita desses momentos que reflexões podem aparecer e proporcionar novas impressões, o que também desperta novas possibilidades de interpretação (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

A execução dos grupos foi bastante facilitada pela relação campo-pesquisa e a equipe do CREAS foi peça chave no desenvolvimento deste trabalho, visto que desde a impressão e entrega dos convites até a organização do espaço e dos materiais utilizados nos encontros contaram com a participação dos diversos profissionais do equipamento. Em meio a tantas demandas e “urgências” – nem sempre tão urgentes assim- que o CREAS apresenta, sustentar a ocorrência dos grupos só foi possível porque diversas pessoas participaram da construção dele.

2.2 A múltipla condição de profissional e pesquisadora

O estreitamento atuação-pesquisa também me propiciou a dupla condição de profissional e pesquisadora, tendo uma gerado efeitos para outra e vice-versa. Um desses efeitos diz respeito à relação prévia com as famílias, à transferência institucional existente e ao meu vínculo com a equipe. A condição de profissional possibilitou a vivência do campo enquanto integrante dele e parte das reflexões desse trabalho não é fruto somente de elaborações feitas a partir dos encontros. Elas estavam nas visitas, nas demandas e nas perguntas que nos fazemos diariamente enquanto uma profissional do CREAS.

Além disso, estar como profissional implica ser atravessada pelas questões que atravessam os demais profissionais do CREAS e da Assistência Social como um todo. Sentimos o impacto do descaso com essa política pública, das faltas de investimento, da lógica tutelar que nos atravessa. Somos parte do que nos dispomos a criticar e apesar do grupo constituir-se como um espaço de exterioridade, ou seja, esse espaço que tenta dar abertura para outros discursos e que tenta resistir ao ímpeto das resoluções rápidas, ocupar esse lugar não é tão simples assim, já que eu estava inserida também como profissional de uma instituição que demandava certas tarefas e posturas de mim.

No entanto, embora alguns conteúdos densos tenham surgido nos grupos, eles tornavam o dia de trabalho leve. Eles eram esse espaço que não pertencia a rostos específicos (havia sempre o mistério de quem apareceria ou quantos apareceriam), mas que era apropriado aos poucos por alguns do que estavam ali e por mim também. Lá eu era técnica, pesquisadora, psicóloga, era “fia”, “senhora”, “menina”, era a testemunha (a que “sabe o que to passando”), a colega de trabalho também. Estar como profissional também fez com que houvessem os momentos em que foi preciso que alguns grupos fossem conduzidos apenas por mim e isso dificultava certos registros, como também me colocava em dilemas com a postura esperada de mim naquele espaço e o que me era endereçado em certos momentos.

Mas o mais interessante e divertido dessa dupla condição, que considero mais proveitosa do que negativa, é que o fazer profissional me permitia acesso a reflexões que não eram provocadas pela minha busca sobre um tema ou problema específico. Elas se davam durante um desabafo de um profissional, durante meus momentos em contato com outras equipes, minhas reflexões no carro, entre um atendimento e outro, ou nas conversas durante as visitas. Penso que a todo momento a pesquisa estava acontecendo e embora diversas dessas situações mencionadas não estejam registradas neste trabalho, elas me acompanharam na análise dele.

A condição de pesquisadora se fez presente nas casas que passei a pisar, no espaço que passei a dar pras falas “marginais” que, por vezes, não interessavam aos demais. Ela também se fez presente nos aprendizados com as minhas colegas de equipe e com os diversos profissionais que tive contato. Não que seja necessário estar pesquisando para passar a ter tal postura, mas a pesquisa me deu esse espaço e uma certa autorização para atuar escutando e contrariando o que muitas vezes se espera de uma psicóloga do CREAS.

A dupla condição de profissional e pesquisadora era na verdade múltipla e essa multiplicidade me permitia uma compreensão maior sobre esse espaço da assistência social

e das pessoas que o ocupam. A pretensão é de que este trabalho consiga transpor os efeitos dessa condição através dos relatos dos encontros grupais e as reflexões que surgiram através deles.

3. CREAS: IDEAL E REALIDADE

Com o intuito de apresentar o Centro de Referência Especializada em Assistência Social, este primeiro capítulo está dividido em dois tópicos, sendo eles: 1) Conforme os manuais e 2) Presença da (o) psicóloga (o) no CREAS. O primeiro foi pensado por dois motivos: o primeiro é trazer o que é preconizado para a atuação nesse campo (papel do CREAS, serviços prestados, fluxo de acompanhamento das famílias, método de trabalho), ainda que a experiência dê sinais de que nem tudo é possível de cumprimento. O outro é apresentar pequenos resumos de pontos que constam nos manuais e que considero importante para um profissional quando conhece esse equipamento. A ideia é que esta seção se constitua enquanto uma espécie de boas-vindas por escrito para quem tem contato com o CREAS pela primeira vez. Se uma das expectativas dessa pesquisa é de contribuir para a lacuna quanto à assistência social que encontramos na nossa formação, penso que nada mais justo que um texto de apoio para aqueles que não conhecem muito o equipamento, que possa ser revisitado independente do interesse da pessoa na pesquisa como um todo. Neste sentido, este capítulo pretende tecer comentários críticos ao longo da apresentação daquilo que consta nos manuais, com o intuito de contribuir com a articulação entre a teoria e o que de fato acontece na prática, levando em consideração a minha experiência no CREAS de Tobias Barreto.

Com este capítulo pretendo dar um panorama geral do que encontrei no início da minha prática e dos principais problemas encontrados. A importância desta seção consiste no fato de que é necessário informar o(a) leitor(a), após um pouco da teoria dos manuais e sua articulação com a prática, o que estava acontecendo no campo no decorrer dessa pesquisa, já que falar da prática de um campo, do imaginário que se tem do papel de uma psicóloga e dos problemas que o afetam é dar ao leitor um terreno para pisar e conhecer antes de ter contato com os grupos, com seus limites, com o que é colocado pelos usuários e profissionais.

3.1 Entre os manuais e a prática

O material base que será apresentado ao longo deste tópico é o “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011)” e meu foco será o resumo das seções 1.1 e 1.2 do capítulos 1 e das seções do capítulo 2 e 3, que trazem os seguintes pontos (os quais serão apresentados na ordem em que aparecem no documento):

Figura 1- Manual CREAS

14	1.1 SUAS, território, vulnerabilidade social e risco pessoal e social
16	1.2 As Proteções Sociais Afiançadas pela Assistência Social
23	CAPÍTULO 2
	2. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: papel no SUAS e competências
26	2.1 Eixos norteadores do trabalho social no CREAS
38	2.2 Competências do CREAS e do órgão gestor da política de Assistência Social
44	2.3 Ampliando a compreensão sobre as competências do órgão gestor de Assistência Social para a efetivação do papel do CREAS
48	2.4 Ampliando a compreensão das competências do CREAS para a efetivação de seu papel
53	CAPÍTULO 3
	3. A Gestão dos Processos de Trabalho no CREAS
53	3.1 Planejamento do trabalho no CREAS
54	3.2 Coordenação dos recursos humanos e trabalho em equipe interdisciplinar no CREAS
56	3.2.1 Reuniões de Equipe
57	3.2.2 Reuniões para estudos de casos
57	3.2.3 Supervisão e assessoria de profissional externo
58	3.3 O Desenvolvimento do Trabalho Social no CREAS
59	3.3.1 Acolhida
60	3.3.2 Acompanhamento Especializado
60	3.3.3 Articulação em rede
68	3.4 Registro de Informação
69	3.4.1 Informações sobre o acompanhamento das famílias e indivíduos
69	3.4.2 Informações para monitorar e avaliar ações e serviços

Fonte: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,2011

3.1.1. “O reconhecimento da Assistência Social como política pública de direitos no ordenamento jurídico brasileiro”

Este capítulo fala sobre esse momento da inscrição da Assistência Social na constituição de 1988 e também da aprovação de alguns de seus marcos normativos de maior destaque, resultado de um processo feito de maneira democrática. Este capítulo vai abordar também o processo de sistematização do SUAS e as melhorias que resultaram da “Lei do SUAS” e as proteções que passaram a ser asseguradas aos cidadãos com a existência dessa política pública.

Foram através desses avanços e do marco da Assistência social enquanto “política publica, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar” (p.12) que as visões tradicionais acerca de seu caráter caridoso e filantrópico foram desfeitas e o Estado passou a ser responsável por subsidiar a sua administração, recursos financeiros e implementação. Além disso, foi garantido o direito do engajamento direto e/ou representativo da sociedade na construção, monitoramento e análise das práticas da assistência social (SNAS; MDS, 2011).

A PNAS/2004 reorganiza projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social, consolidando no país, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com estrutura descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais. Nesse sentido, demarca as particularidades e especificidades, campo de ação, objetivos, usuários e formas de operacionalização da Assistência Social, como política pública de proteção social (SNAS; MDS, 2011, p.13).

Lembro que meu primeiro dia no CREAS contou com o atendimento a um andarilho. Ainda não entendia muito bem como se davam os processos lá, mas lembro que, pelo fato de Tobias Barreto não ter uma Casa de Passagem¹, uma de suas opções era ir para Aracaju e assim ter um lugar para passar a noite enquanto as burocracias e as intervenções que precisavam serem feitas antes eram resolvidas. Ficou acordado então de que iríamos para a capital do estado às 14:00, num carro da Secretaria de Assistência. Eu, que nunca havia tido um contato mais próximo com a política de Assistência Social, fiquei encantada com os recursos que estavam sendo disponibilizados para aquele senhor, enquanto algo que lhe era de direito. Pode residir aí certa ingenuidade, já que, com o passar do tempo e da experiência, percebi que muitos confundem esses acessos e ferramentas como uma mera forma de passar o problema adiante ou, que elas nem sempre eram a melhor solução para o usuário que procurava o CREAS. No entanto, entender o acesso a esses lugares e recursos como um direito fez com que eu me visse sendo conquistada pela Assistência Social.

“SUAS, território, vulnerabilidade social e risco pessoal e social”²

As palavras acima de são extrema importância e bastante utilizadas no cotidiano do CREAS, principalmente as noções de vulnerabilidade social e de risco pessoal e social, sendo utilizadas como critérios para elaboração de relatórios solicitando benefícios, como também para definir a inserção de alguma família no PAEFI (Programa de Atenção Especializada a Famílias e Indivíduo). Embora eu vá apresentar aqui como essas palavras estão nos manuais, é importante ressaltar que, na prática, o que pude observar é que cada profissional se apropria desses conceitos a partir de uma interpretação pessoal ou mais superficial. A vulnerabilidade social, por exemplo, muitas vezes estava somente atrelada à condição de pobreza. Já a questão do território costumava ser mais utilizada e mencionada

¹ O acolhimento provisório é previsto para pessoas em situação de rua, desabrigados por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentar (Fonte: GESUAS Blog. Acolhimento Institucional. <https://blog.gesuas.com.br/acolhimento-institucional/>)

² Os títulos dos subtópicos dos capítulos do documento de Orientações Técnicas serão trazidos em itálico para destacar o início da apresentação deles.

para delimitar se um usuário seria ou não atendido pela assistência da cidade, não chegando a ser trabalhado em maior amplitude. Sabendo disso, seguem as definições que o documento utilizado como referência nesse trabalho traz para cada um desses termos:

- **Vulnerabilidade social:** “materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (PNAS/2004).” (p.14)

- **Risco Social:** “relaciona-se com a probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto atingir qualquer cidadão (ã). Contudo, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para preveni-los ou enfrentá-los, assim, “as seqüelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros” (SPOSATI, 2001).” (p.14)

As situações de risco pessoal e social, por violação de direitos podem consistir em “violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, dentre outros.”(p.14). O enfrentamento dessas situações não dizem somente respeito ao trabalho do CREAS, mas sim a um trabalho conjuntos entre outras políticas sociais e órgãos de defesa de direitos, a fim de prover um cuidado integral às famílias e aos indivíduos (SNAS; MDS, 2011).

- **Território:** A definição de território está mais ligada ao aspecto da compreensão acerca dos lugares onde as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social vivem e constroem suas relações. Levar esse território em conta é o que auxiliaria, portanto, no trabalho da garantia de direitos (SNAS; MDS, 2011)..

“As Proteções Sociais Afiançadas pela Assistência Social”

O SUAS possui dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica diz respeito à parte de prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, enquanto que a

Proteção Social Especial atua onde esses direitos já foram violados. Ambas consistem na oferta de serviços, programas e projetos que assumem um perfil e objetivos próximos, mas com algumas diferenças. Se a primeira busca prevenir violações, fortalecer relações familiares e comunitárias e criar possibilidades e aquisições, a segunda se utiliza das mesmas práticas, com a diferença que nela já não cabe mais a prevenção e sim a reconstrução de relações familiares, por exemplo (SNAS; MDS, 2011).

As ações da PSE devem ter como norte a centralidade na família, tendo como objetivo fortalecer e recuperar relações familiares ou até mesmo a criação de novos vínculos, quando necessário. É necessário ter em mente que todo o contexto sociopolítico, econômico, cultural e histórico afetam diretamente os vínculos familiares e produzem os mais variados conflitos e tensões, não podendo a família ser tratada como única responsável pelo contexto de violação de direitos (SNAS; MDS, 2011).

A ação do Estado, nesse sentido, seria oferecer políticas e garantia de sustentabilidade às famílias, com o objetivo de fortalecê-las em suas funções de proteção e inclusão de seus membros, a partir da observação de suas necessidades e de todo o contexto em que vivem e se relacionam (SNAS; MDS, 2011, p. 19).

Lembro de, por vezes, ouvir questionamentos parecidos com “Como é que a gente cobra deles (da família) se a gente não está conseguindo ofertar nada?”; “Primeiro a gente precisa garantir que eles tenham o básico para poder trabalhar com eles”. Essas situações aconteciam principalmente com as denúncias de negligência, quando, ao fazer uma visita e se aprofundar um pouco mais no caso (porém nem era preciso se aprofundar tanto assim), notávamos que a situação de risco social e pessoal, por violação de direitos, ia muito além de uma (ir) responsabilidade individual.

É por isso que a maioria dos casos acompanhados pela Proteção Social Especial (PSE) também acabavam sendo acompanhados pela Proteção Básica – cuja promoção dos serviços é ofertada pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), unidade pública estatal e descentralizada - já que muitas famílias em contexto de risco pessoal e social, por violação de direitos, também precisavam dos serviços ofertados por esta.

Era comum, inclusive, certas confusões durante esse processo, já que os usuários nos enxergavam enquanto profissionais da assistência social como um todo e não enquanto profissionais de diferentes equipamentos e com diferentes objetivos. Frases como “A outra moça já teve aqui” ou “teve um moço que passou aqui esses dias e disse que ia resolver isso pra gente” eram comuns de serem ouvidas e para tentar sanar isso e não cansar os

usuários, passamos a utilizar a estratégia das visitas conjuntas, ao menos nos casos mais graves e que recebiam maior atenção dos equipamentos. Nesses casos, passamos também a acordar as visitas e manter uma troca de informação ativa para que uma família não recebesse três visitas na mesma semana, por exemplo, já que era comum que uma mesma família estivesse cadastrada em ambos os Serviços.

A organização dos serviços da PSE está dividida em dois graus de complexidade: a média e a alta. Neste trabalho, será dado ênfase à PSE de Média Complexidade, já que foi o campo onde se deu a experiência relatada aqui, ou seja, será falado mais especificamente sobre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - que imprescindivelmente oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - porém vale ressaltar que esta não é a única unidade de referência de oferta de serviços da PSE.

3.1.2 “Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: papel no SUAS e competências”

Pretendo agora informar os “Eixos norteadores do trabalho social no CREAS” que devem guiar a estruturação e a oferta de serviços pelo equipamento, como também especificar quais são as “Competências do CREAS e do órgão gestor da política de Assistência Social”.

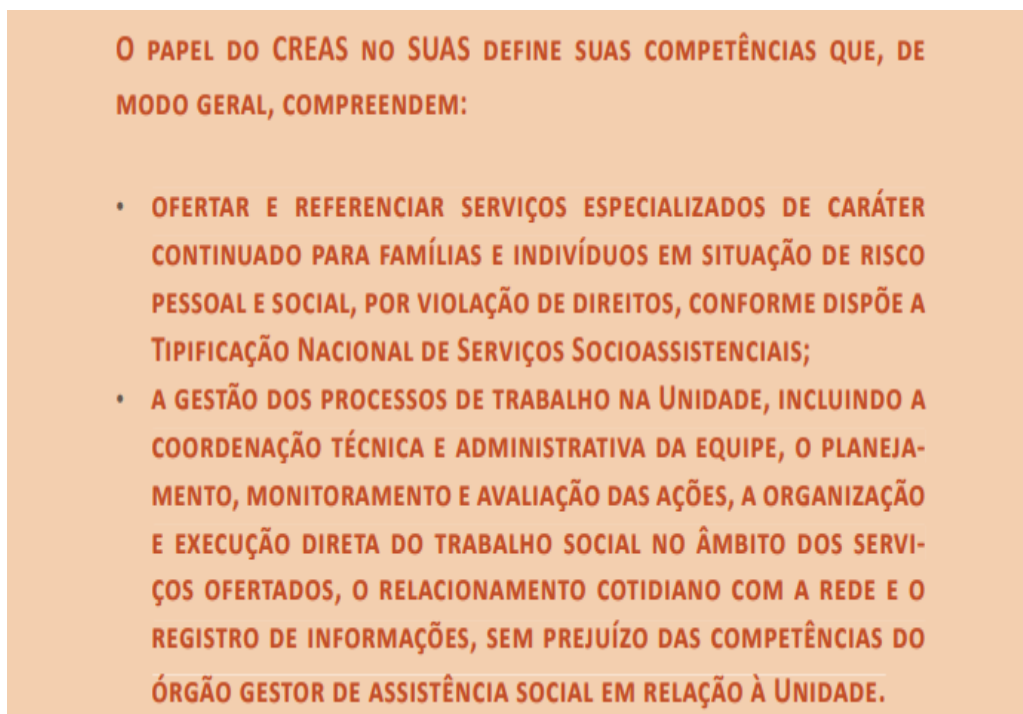
Num dos meus primeiros dias no chão do CREAS, ainda me familiarizando com o equipamento, lembro do questionamento sobre “o que fazemos”. Mais tarde também, quando reunida com as demais profissionais de CREAS de outras regiões, surgia uma resposta comum: “nós trabalhamos com violação de direitos”. Um trabalho que se caracteriza por visitas domiciliares, atendimentos, participação em audiências, sem esquecer dos relatórios. Fui apresentada ao local das pastas e prontuários e alertada por algumas colegas sobre a complexidade dos casos e sobre o possível impacto que poderiam ter em mim [“você pode ter vontade de chorar com algumas situações, mas não se preocupe que você acostuma”]. Ao chegar de uma visita, por exemplo, era comum ouvir da minha colega assistente social: “Letícia, esse caso é muito complexo”. Ela me apresentou o

CREAS como a “UTI da Assistência Social”, o local que recebe os casos de difícil resolução, para onde chegam todos os problemas que parecem insolúveis.

O CREAS é o órgão do SUAS responsável por acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por conta da violação de direitos. Esse acompanhamento se dá, principalmente, através de visitas domiciliares, atendimentos individualizados e encaminhamentos para as demais políticas setoriais ou serviços da rede de proteção. Os casos que chegam até nós são frutos de demanda espontânea, denúncias, encaminhamentos de outros órgãos e também do judiciário.

Um dos serviços ofertados pelo equipamento é a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e é neste que se concentra minha atuação. Nem todas as famílias referenciadas ao CREAS se tornam parte do PAEFI e é ao longo do contato com cada uma que essa inclusão no serviço é definida. Quando isso acontece, é necessário que seja construído um plano de acompanhamento - elaborado juntamente às famílias – contendo metas e objetivos a serem alcançados para que estas consigam “superar” - termo frequentemente usado dentro da assistência- a violação de direitos.

Figura 2 - O papel do CREAS no SUAS



Fonte: Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2011

“Eixos norteadores do trabalho social no CREAS”

São eixos norteadores do trabalho no CREAS: atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; mobilização e participação social; centralidade na família; e trabalho em rede. Estes devem ser princípios que não somente guiam o trabalho, mas também direcionam a construção do trabalho social por parte da equipe.

A atenção especializada e a qualificação do atendimento se expressa, dentre outras coisas, por meio de uma escuta qualificada, da existência de profissionais que utilizem uma base teórico-metodológica, que, dentre outros fatores, leve em conta a autonomia do sujeito e considere a singularidade de cada situação para prestar um atendimento qualificado e específico (SNAS; MDS, 2011).

A oferta de trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a Unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários torna-se fundamental para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso a direitos (SNAS; MDS, 2011, p. 28).

O território e a localização falam muito da compreensão do contexto e do local no qual a família está inserida, reconhecendo este enquanto espaço ambíguo, tanto fruto de desigualdades e também espaço onde surgem e acontecem as violações de direito, quantolugar que são feitas as tentativas de criar oportunidades e potencialidade. Dessa forma, "as situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, que incidem nas famílias e indivíduos sofrem influência e se expressam diferentemente nos territórios, de acordo com as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado contexto."(SNAS; MDS, 2011, p. 29).

Infelizmente essa compreensão do território muitas vezes não era assim e o reconhecimento deste se dava apenas pelo seu contexto de violação. Existiam bairros em específico que eram conhecidos pelo seu contexto complexo e de uma realidade de diferentes violações. Era comum que os próprios usuários fizessem esse reconhecimento, ao escolher mudar de bairro para "ter sossego" ou expressarem que o local no qual se encontram os limitavam na superação de algumas situações. Por outro lado, a potencialidade estava nesses outros lugares que eles almejavam ou se propunham a ocupar.

Claro que essa “compreensão” não era somente aquela dos profissionais e usuários, mas também da sociedade, existindo estereótipos sobre determinadas localidades que resultavam em situações de preconceito para com seus habitantes. Era comum ouvir “Eu sou de bairro X, mas eu sou honesta (...). Eles pensam que aqui só tem ladrão, coisa ruim, mas tem gente que presta também”.

São visões construídas ao longo do tempo, difíceis de contornar, mas talvez o principal desafio para os profissionais da assistência social como um todo resida em encontrar as potencialidades dos territórios que são marcados e conhecidos pelo seu contexto de risco pessoal e social, por violação de direitos.

O acesso a direitos socioassistenciais consiste não somente em assegurar o acesso dos usuários a esses direitos como também tornar de conhecimento do mesmos o que lhes deve ser assegurado, o que, por diversas circunstâncias, nem sempre acontece. Ao longo desse Caderno, é retomada várias vezes a questão da importância de dar autonomia ao usuário e não tratá-lo como objeto de intervenção. Informá-lo desses direitos é justamente colocar o seu poder de decisão diante das opções que tem, de maneira que consiga pensar na melhor escolha para a situação que vivencia.

Um atendimento que me marcou muito foi certo alvoroço em relação a um caso em que um dos familiares de uma usuária solicitou internamento compulsório da mesma (fato que ocorria com certa frequência na rede). Entre ligações, visitas e cobrança para que o CREAS fizesse um relatório urgente para responder “o promotor”, eu e a equipe fizemos um atendimento individualizado a essa familiar. Após explicar pra ela o caminho que o CREAS adotava nesses casos (algo muito básico e do nosso cotidiano profissional), esta informou que se soubesse dessa informação antes, não teria feito o pedido de internamento da parente, que nem sabia se queria isso exatamente, apenas o fez porque gostaria de solucionar o caso porque não queria ver a familiar sofrer. Respirou aliviada e o caso continuou sendo acompanhado.

O CREAS deve garantir a todo usuário o direito de ser informado sobre as normas de funcionamento da Unidade e procedimentos que possam ser adotados ao longo do acompanhamento. Considerando demandas identificadas e encaminhamentos pertinentes, devem ser fornecidas, ainda, as informações necessárias sobre benefícios, serviços, competências e atribuições de cada órgão da rede, bem como as formas de acesso aos mesmos. Faz-se necessário, igualmente, a disseminação de informações

sobre os direitos socioassistenciais e os órgãos de defesa aos quais possam recorrer nas situações que se sentirem destituídos dos mesmos (ouvidorias, conselhos de direitos, centros de defesa, defensorias públicas, dentre outros). Nessa direção, ainda, a orientação sócio-jurídica por parte do advogado, que compõe a equipe do CREAS, pode contribuir, sobremaneira, para o acesso dos usuários ao sistema de defesa e responsabilização, quando for o caso (SNAS; MDS, 2011, p. 32).

A realização de ações que propiciem “intervenções nos territórios voltadas à mobilização social para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos” (p. 35) era comum no CREAS e se dava principalmente através de campanhas. O incentivo pela participação social dos usuários, por sua vez, tem exemplos mais escassos. Durante as conferências municipais existia um esforço por parte das equipes em promover o acesso dos usuários da rede de assistência a esses espaços. Conseguíamos certa adesão, mas não muito significativa. A título de informação, existe uma série de possibilidade de participação popular, são elas “dos usuários participarem e/ou organizarem associações, movimentos sociais e populares, comissões locais; de participação nas instâncias de controle social, como conselhos de direito e de políticas públicas, que são importantes espaços de decisão e deliberação.” (SNAS; MDS, 2011, p. 35).

Por conta de já ter sido apresentada ao longo do texto, a centralidade na família não será discutida nesse tópico, assim como o trabalho em rede, que será debatido ao longo do capítulo.

“Competências do CREAS e do órgão gestor da política de Assistência Social”

O CREAS tem diversas competências que podem ser encontradas no Anexo I ao final deste trabalho. Entre as diversas competências do CREAS trazidas ao longo desse tópico, serão citadas aqui as principais e que resumem bem o material trabalhado até então: gerir e estruturar a oferta de serviços especializados (acolhida, atendimentos individualizado, acompanhamento psicossocial, trabalho em rede) e organizar os processos de trabalho do equipamento (SNAS; MDS, 2011).

Além disso, o tópico destaca que a elaboração de relatórios acerca do trabalho social feito no CREAS, mais especificamente os atendimentos e o acompanhamento psicossocial das famílias e indivíduo, são umas das principais competências do CREAS. Neles podem estar contidas acompanhamento dos avanços com as famílias, dos serviços

ofertados e, quando necessário, outras observações relevantes para o acompanhamento dos usuários, seguindo o que está colocado no código de ética para as diferentes classes profissionais. Por fim, estas competências não devem se misturar com o papel dos equipamentos do sistema de defesa e responsabilização (SNAS; MDS, 2011).

3.1.3 “A Gestão dos Processos de Trabalho no CREAS”

O capítulo três do manual, de título “A Gestão dos Processos de Trabalho no CREAS”, parece-me o mais importante para retratar o cotidiano de trabalho no CREAS. Sim, se trata de uma rotina ideal, de um modelo que não leva em conta diversas limitações do contexto laboral na assistência social, mas que me serviu e serve como um bom guia dos processos pelos quais um técnico acaba sendo responsável no seu dia a dia. Alguns se tornam palavras banais, repetidas constantemente dentro da assistência, às vezes esvaziadas de sentido, às vezes para lembrá-lo. Palavras que precisam ser repetidas porque fazem parte da etapa do trabalho e ajudam na comunicação documental entre os órgãos e os profissionais. Atendimento individualizado, visita domiciliar, acolhimento, contrarreferência, encaminhamento, acolhimento, “orientações cabíveis” são palavras que passam a fazer parte do nosso vocabulário enquanto profissionais.

Segundo o Caderno, este pretende dar destaque a uma série de aspectos, tais como o planejamento e o desenvolvimento do trabalho social e a importância da prática sistemática de registro de informações para a Unidade e sua manutenção. No entanto, pretendo destacar outros detalhes do mesmo.

O primeiro tópico, que diz respeito ao planejamento do trabalho no CREAS, versa sobre a importância do planejamento e deste ser compartilhado entre toda a equipe do CREAS e como tal tarefa se torna importante para o aperfeiçoamento da administração de oferta de serviços, sendo importante a participação de todas (os) e a contínua revisitação ao que foi planejado (SNAS; MDS, 2011).

A equipe do CREAS precisa atentar-se para o cotidiano de trabalho no espaço institucional, não permitindo que a rotina impossibilite a revisão das práticas adotadas. Assim, deve prevenir a mecanicidade e a rotina acrítica do trabalho, para não empobrecer as intervenções realizadas. Para isso, é necessário “estabelecer uma agenda institucional de reuniões periódicas com o objetivo de debater, analisar e refletir sobre sua atuação e procedimentos adotados.” (SNAS; MDS, 2011,p. 54)

Lembro de ficar bastante empolgada com a primeira reunião de planejamento, feita no segundo semestre. No entanto, retornar a esse planejamento já não era tão simples. Embora houvesse um esforço por parte da coordenação em dialogar com a equipe, isso acabava se dando de maneira separada e espaçada, algumas vezes por contados horários diferentes de trabalho de alguns técnicos, ou pelo atropelamento por demandas externas e de prazos curtíssimos e que se tornavam prioridade. No entanto, embora não conseguíssemos ter momentos formais de reunião de planejamento ou de equipe, algumas estratégias iam sendo utilizadas, como falarei mais adiante.

O segundo tópico, a respeito da “Coordenação dos recursos humanos e trabalho em equipe interdisciplinar no CREAS” fala principalmente sobre a troca de conhecimentos entre os profissionais do CREAS e como essa articulação entre diferentes formações e conhecimentos auxilia na resposta à demandas mais difíceis.

É interessante pensar que a interdisciplinaridade ultrapassa a questão do compartilhamento de conhecimentos e visões nas discussões de equipe. A interdisciplinaridade do CREAS atinge os papéis de cada um, entrelaçando-os. Antes das divisões, formação, estudo, rigor teórico, temos também um elemento muito importante do trabalho no CREAS, que é o vínculo. Muitas vezes o usuário não está interessado em saber se quem está falando com ele é a assistente, psicóloga, educadora social ou recepcionista e muitas vezes certos vínculos acabam se dando com os profissionais de Serviços Gerais, por exemplo. Em certos atendimentos, em que eu atendia um dos usuários e o familiar esperava na porta, lembro da minha colega Jade conversar com o familiar que ficava do lado de fora, já que era do perfil dela puxar assunto. Era comum ela interpelá-los com frases como: “essa mulher é muito sofredora, Lelê, tem que ajudar ela, fazer alguma coisa” ou rir e informar “essa mulher não tem juízo não, eita mulher engraçada”. Jade também participava dos grupos quando possível e aconselhava alguns usuários que desabafavam com ela.

Também havia nosso técnico administrativo, José, dono de uma serenidade impressionante, quem ouvia nossos desabafos, nos ajudava a lembrar dos prazos, fazia uma ponte entre a equipe e a coordenação quando necessário e cuja presença no equipamento nos apaziguava diante de certos desafios. Houve uma vez em que um adolescente - com o qual estávamos encontrando dificuldades em criar um vínculo ou estabelecer um diálogo - que simplesmente se conectou com ele. Mandava mensagem, falava se estava bem ou não

quando “fugia” e se abria sobre seus sentimentos. Algo que não foi possível nem comigo, nem com a assistente social.

A criação de vínculos não escolhe o profissional pela sua profissão, rigor teórico, embasamento técnico – embora estes possam facilitar na construção dos mesmos- mas a escolha justamente se dá pela sequência de acontecimentos, por quem estava no momento, pelo modo como a pessoa foi ouvida. Pistas para se pensar a “transferência na assistência social”.

Lembro-me de uma usuária que, apesar de não fazer mais parte da “pasta do PAEFI” e, conseqüentemente, não ser mais acompanhada pelo CREAS, comparecia ao equipamento constantemente atrás de Sol, quem a acompanhou desde o início. Sol a aconselhava, dava uns puxões de orelha e fazia o que estava ao seu alcance para ajudá-la. A usuária, por sua vez, parecia ir para o CREAS sempre que estava numa situação de desespero, por um fio. Ficava bem e então passava um tempo longe. Inclusive era muito comum que os usuários chegassem procurando por Sol, pois, de certa forma, por ter tantos anos na assistência de Tobias Barreto, a assistência começou a orbitar em torno dela, do seu conhecimento, contatos que fez ao longo desses anos. Ela era referência pros profissionais e usuários. Ao discutir o trabalho interdisciplinar, o Caderno reforça que “é fundamental considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação, além da experiência profissional de cada integrante e sua função no CREAS.” (SNAS; MDS, 2011, p. 54)

Aos poucos percebi que a interdisciplinaridade também estava em perceber os “talentos” de cada profissional, as qualidades que os usuários costumavam enxergar na gente, com o que levávamos jeito [“Vou deixar você pra falar com Fulano porque você leva mais jeito com os jovens”; “Melhor você conduzir esse atendimento porque você tem mais paciência que eu”]. Aos pouquinhos, fomos nos sintonizando e a interdisciplinaridade deixou de ser somente sobre a conversa entre os conhecimentos da psicologia e da assistência social.

Ainda neste sentido da troca de conhecimentos, o Caderno chama atenção para o compartilhamento de informações entre os técnicos, ressaltando a importância do sigilo profissional dentro do corpo de funcionários, pensando sempre no que é relevante ser compartilhado para pensar nas ações e intervenções. Neste caminho, há também a

preocupação com o conteúdo dos relatórios e repasse de informações entre a rede da assistência, de modo a preservar o usuário.

“Nessa direção, é importante que os profissionais tenham clareza quanto ao papel e competências do CREAS, bem como dos Serviços ofertados. É igualmente importante que haja compreensão da função e das atribuições dos profissionais da equipe. As rotinas administrativas precisam ser conhecidas, bem como os procedimentos, instrumentos e sistemática adotada para o registro de informações.” (SNAS; MDS, 2011,p. 55)

Esse ponto dos relatórios e do compartilhamento de informações é algo para se estar atento. Entre o ideal e a realidade, entre o sigilo e a sala que não tem isolamento acústico, entre as notícias que chegam até os profissionais de maneira informal e o que é dito em atendimento, é necessário ter atenção, principalmente pelo fato de que o CREAS a todo o momento é chamado a responder, resolver e, como uma espécie de detetive, máquina da verdade ou justiceiro, chamado a bater o martelo da sentença do destino para alguns casos.

Para dar conta dessas questões, o documento aponta a importância de momentos de integração entre a equipe, a fim de aprimorar o trabalho feito no equipamento. A seguir, serão elencadas algumas destas e o modo como aconteciam no CREAS.

“Reuniões de Equipe”

As reuniões de equipe servem para discutir processos de trabalho e devem ser institucionalizadas e inseridas como parte da rotina do CREAS. Nelas devem ser discutidas questões como planejamento e organização de atividades, avaliação de intervenções desenvolvidas pelo equipamento, revisão de instrumentais de trabalho, avaliação de resultados, estratégias, entre outros.

“Reuniões para estudos de casos”

Essas reuniões têm como foco os casos atendidos, de modo que, através do estudo e avaliação de suas singularidades de cada um, seja possível ter uma melhor visão e traçar ações e intervenções mais apropriadas ao caso. É nesse espaço onde ocorre também a reavaliação de ações passadas, seus resultados e definição de futuras estratégias para alguns casos em específico. A periodicidade varia de acordo com as necessidades do equipamento, fazendo-se necessário o agendamento e podendo esse espaço ser estendido a

outros profissionais da rede responsáveis pelo acompanhamento do caso (SNAS; MDS, 2011,p. 54).

As reuniões eram escassas no começo da minha experiência no CREAS. Uma estratégia que Sol adotou foi conversar comigo sempre que dava: assim que eu chegava no CREAS antes de um atendimento e nos espaços de tempo possíveis, sempre que estávamos juntas. A minha experiência com reuniões de estudo de caso começou a acontecer principalmente por conta dos casos graves ou dos casos que chegavam do setor Judiciário, por exemplo. As urgências tinham seu palco na mobilização da equipe - com razão - mas muitos desses casos chegavam a pontos extremos muitas vezes por falta de uma atenção anterior.

Em alguns desses casos, lembro de minha colega Sol relatar “Letícia, esse caso não era pra estar desse jeito. Faltou a equipe dar mais atenção, faltou visita, faltou ter feito isso ou aquilo lá atrás”. Era como se a gravidade de alguns se devesse justamente a uma falta de atenção maior anteriormente. E o ciclo se repetia: dedicávamos nossos esforços a apagar alguns incêndios e as chamas que estavam começando em outro lugar, acabavam ficando sem atenção. O Plano de Ação, que muitas vezes era feito somente em casos graves, deveria ser sempre feito, mas a “falta de tempo” não permitia.

Não é à toa que uma das expressões mais comuns no CREAS e em toda a rede de Assistência se referia a estar “enxugando gelo”. Vários fatores contribuíam para esse incômodo, dentre eles a falta de um acompanhamento mais assíduo - quando o registro de um plano de acompanhamento se torna raridade, por exemplo - como também por uma expectativa de “evolução” das famílias pautada num ideal de vida, de comportamento e de saúde que desconsidera o contexto social e subjetivo da mesma. Não poder visualizar o trabalho para além de resultados mais concretos e não ter mais momentos para refletir sobre as ações e visões quanto aos casos podem ser motivações para esse sentimento.

Vale informar que o CREAS de Tobias Barreto era responsável por fazer um acompanhamento mais próximo das aproximadamente 100 famílias que eram atendidas pela instituição. Estas, por muitas vezes, tinha de aguardar as respostas que o órgão precisava dar nos prazos estabelecidos pelo judiciário ou às situações “urgentes” que apareciam, sendo esta classificação utilizada quase sempre por todos os órgãos que encaminham um caso para o CREAS.

Soma-se a isso o que uma colega desabafou uma vez quanto o trabalho do CREAS ser um trabalho sem reconhecimento. Comentava isso porque, segundo ela, quando as famílias estão mal ou em momentos de crise, elas procuram os técnicos, “brigam, fica o tempo todo no pé”, mas se existe uma melhora, não aparecem para dizer que estão bem. E nem seria função delas, já que, em teoria, teríamos essa informação se fizéssemos o acompanhamento no seu formato ideal.

Então existe aqui não só um contexto de diversas demandas, faltas e limitações que fazem com que os profissionais não acompanhem as famílias da maneira desejada, e conseqüentemente, não alcancem certos objetivos com elas, mas também uma espécie de trabalho pautado na cobrança de diversas partes, que não tem contato com as melhorias que possam advir dele e só é buscado em momentos de crise, atuando conforme eles aparecem.

Sob essa ótica, as reuniões de equipe e de estudos de caso – ou as alternativas criadas para tentar suprir isso - se mostram uma ferramenta importante para o trabalho no CREAS. Até para que pequenas coisas aconteçam, é necessário tempo, é preciso pensar em estratégias ou até mesmo de momentos de elaboração por parte do profissional. E tempo parece ser um item escasso dentro da assistência social, tanto pela carga de trabalho, quanto pela baixa quantidade de profissionais para dar conta das diversas tarefas.

“Supervisão e assessoria de profissional externo”

Esse trabalho consiste num momento de troca, assim como os anteriores, porém visando a aprendizagem e o desenvolvimento profissional através do suporte de um profissional externo. Durante meu período no CREAS, não tive contato com esse tipo de trabalho.

“O Desenvolvimento do Trabalho Social no CREAS”

Fazem parte do desenvolvimento do trabalho social do CREAS a escuta qualificada e o conhecimento acerca do contexto vivido por cada família/indivíduo, levando em consideração seus mais variados aspectos de vida. Com base nisso, o trabalho social do CREAS é pautado em três elementos fundamentais. São eles: a) acolhida; b)acompanhamento especializado e c)articulação em rede.

a) “Acolhida”:

Essa dimensão se refere a dois aspectos: a recepção inicial das famílias/indivíduos e a postura acolhedora necessária ao longo de todo o período de acompanhamento (p.59). A primeira busca delinear os aspectos e demandas trazidas pelas famílias e indivíduos e avaliar se estas se constituem enquanto campo de trabalho do CREAS. Além disso, nesse momento inicial já é possível notar as necessidades imediatas de encaminhamento. Ela pode acontecer em mais de um encontro se necessário e também é nela que se inicia a construção do vínculo entre as famílias/indivíduo e a equipe. Já a segunda é autoexplicativa e diz respeito a promoção de um atendimento digno e ausente de discriminações, que deve guiar o trabalho social do CREAS como um todo (SNAS; MDS, 2011).

b) “Acompanhamento Especializado”:

Cabem nessa nomenclatura quase todos os processos de trabalho feito por uma técnica do CREAS. Em resumo, diz respeito a um atendimento continuado, em que o técnico se utiliza dos recursos e metodologias de trabalho a sua disposição para ofertar o que considera mais adequado para um caso. Esse acompanhamento parte da confecção do Plano de Acompanhamento, que deve ser construído juntamente com as famílias/indivíduo.

A elaboração do Plano de Acompanhamento junto com as famílias e indivíduos é essencial para guiar o trabalho social no CREAS, bem como para delinear, junto aos usuários, a construção de novas perspectivas de vida (...). O desenvolvimento do Plano de Acompanhamento implica na realização de atendimentos continuados, que podem ser realizados em formatos diversos (individual, familiar, em grupo, com grupos de famílias) - considerando as situações vivenciadas e as singularidades de cada família/indivíduo em acompanhamento, além de ações que oportunizem o fortalecimento da autonomia e o acesso a direitos. Implica, portanto, a realização de encaminhamentos e a articulação de processos de trabalho em rede para a atenção integral das famílias/indivíduos (SNAS; MDS, 2011p.58).

Na prática, nem sempre esse plano era construído e documentado de maneira escrita, nem sempre as famílias participavam da construção do mesmo, principalmente em casos onde o CREAS atuava sem ser muito bem vindo ou em que não podia ofertar exatamente o que a família queria. Nesse sentido, alguns acordos iam sendo feitos, conflitos iam se desfazendo e novos conflitos também iam surgindo. No entanto, havia

situações em que alguns encaminhamentos era feitos sem nenhum tipo de confirmação por parte do usuário. Isso acontecia principalmente com os encaminhamentos para o atendimento com profissionais da psicologia clínica.

c) “Articulação em rede”:

Existem demandas que fogem às competências do CREAS e o trabalho em rede se insere como esse vasto campo de serviços à disposição dos usuários atendidos pelo CREAS e por toda a Rede de Assistência, que conta com o recurso do encaminhamento para fazer esse trabalho acontecer(SNAS; MDS, 2011).

A articulação em rede não diz respeito somente a encaminhamentos, contrarreferências, relatórios e papéis, embora tais ações sejam importantes também para o cotidiano e para a organização do trabalho. Inicialmente eu fazia encaminhamentos e recebia solicitações de tais órgãos e setores sem muitas vezes saber a equipe por trás do documento ou sem muito conhecimento da realidade dos equipamentos, mas conforme os papéis vão ganhando um rosto e conforme é possível conhecer a dinâmica de funcionamento de cada lugar, o trabalho na assistência pode se tornar mais coeso.

Dentre os diversos órgãos, o Caderno traz que os principais órgãos para articulação com o CREAS são: “CRAS; Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e dos Programas de Transferência de Renda e Benefícios (PETI, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC); Serviços de Saúde, em especial a Saúde Mental; Órgãos de Defesa de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas); Rede de Educação; Serviços de Acolhimento; Trabalho e geração de renda” (SNAS; MDS, 2011, p.62).

Na minha experiência enquanto psicóloga do CREAS, esses eram de fato os setores com os quais tínhamos contato. No entanto, o contato com o setor de Trabalho e geração de renda era escasso e muitas vezes algumas estratégias esbarravam aí. Era comum que muitos usuários quisessem trabalhar, por exemplo, mas havia um discurso de escassez de emprego na cidade. As tentativas de conseguir empregos para algumas famílias se dava de maneira mais informal, através de contatos. As estratégias em torno da renda se voltavam então para a concessão de benefícios, que também estavam escassos na época.

A seguir, serão trazidas as possibilidades de articulação com cada setor, alguns serão trazidos de maneira breve, apenas para que se tome conhecimento, já outros de maneira mais demorada, por terem sido pontos que se destacaram durante a minha permanência no CREAS. É importante salientar que essa articulação em rede muitas vezes se confundia somente com demandas. A relação com alguns setores não pareciam ser de mão dupla. Esse trabalho conjunto entre o CREAS e alguns órgãos muitas vezes se parecia mais com a relação de patrão-funcionário, em que o CREAS estava ali apenas para receber ordens e executá-las, precisando constantemente reforçar seu papel através de relatórios, leis e normativas.

“Articulação no âmbito do SUAS”

Esse tópico tem a ver com o trabalho conjunto das Unidades do SUAS para atender as famílias, buscando um atendimento coeso, em que as ações conversem entre si e não simplesmente cada um fazendo suas intervenções de maneira isolada, fragmentando assim o serviço (SNAS; MDS, 2011). Além de ser uma indicação para que o trabalho flua, esse tipo de direcionamento também poupa as famílias atendidas de estar sempre respondendo às mesmas perguntas ou ouvindo frequentemente os mesmos direcionamentos, algo muito fácil de acontecer dentro da assistência e até mesmo dentro do próprio equipamento.

Para tal, existem adoção de fluxos, meios de comunicação e processos de trabalho que podem guiar a prática diária das Unidades do SUAS, além de reuniões conjuntas, capacitações e eventos de integração da equipe (SNAS; MDS, 2011). No CREAS de Tobias, alguns casos críticos fizeram com que fosse construída uma boa ponte entre o CREAS e o Serviço de Acolhimento. As equipes se mobilizaram para discutir constantemente a situação das famílias e pensar maneiras e caminhos para algumas situações. Ambas recorriam uma a outra para pedir ajuda e fazer visitas conjuntas. O abrigo de crianças e adolescentes era um território espinhoso, visto por alguns profissionais de outros órgãos como punição para aquelas mães ou famílias que não agiam conforme as regras ou que eram negligentes. Aos poucos, a articulação ultrapassou os relatórios e os documentos de contrarreferência e passou a ocupar também a esfera da parceria, em que a comunicação fluía mesmo sem a existência de pedidos formais, de agendamento de reuniões, embora estes também existissem.

“Articulação para a integração entre serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS”

Esse tópico versa sobre a responsabilidade do CREAS no que diz respeito ao acompanhamento das famílias que são beneficiárias dos programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, como também no acesso das famílias acompanhadas pelo órgão que ainda não estão incluídas nos programas, mas que apresentam perfil para inclusão, devendo essa oferta ser feita de maneira simultânea e articulada com os serviços socioassistenciais. Uma grande dificuldade nesse sentido não era o da articulação, mas o da falta de recursos. Se antes, na Assistência, era necessário reforçar que o trabalho e os serviços não consistiam somente em “dar cesta básica”; no novo cenário, em que as cestas básicas eram raras e os benefícios eram escassos, era perceptível que o trabalho de combate às violações de direito se via dificultado pela falta de acesso ao básico. Nesse sentido, se antigamente a Assistência precisava provar que ela não era “só dar cesta básica”, parece-me que a situação se inverteu e a gente precisava a todo momento reforçar que o acesso a direitos básicos era importante para o enfrentamento da violação de direitos.

É sob esse aspecto que a *“Articulação Intersectorial com a rede das demais políticas públicas”* se faz importante para o trabalho, pois o cenário macro se reflete diretamente na realidade das famílias e no trabalho da assistência social. Por isso, o financiamento das mais diversas áreas e das três esferas do Governo se faz de extrema importância para que o trabalho aconteça.

“Articulação com os órgãos de defesa de direitos”

Essa articulação foi muito nítida desde o começo do meu trabalho no CREAS, fosse através dos encaminhamentos do Conselho Tutelar, por exemplo, e o contato muito frequente com os profissionais de lá, fosse através dos primeiros relatórios que precisamos enviar para o Ministério Público. Além disso, tomei conhecimento de que participaríamos de audiências e que já houve momentos em que a equipe precisou se posicionar diante de uma decisão do Promotor que eles acreditavam ser equivocada, como também da situação delicada que era muitas vezes, em audiência, ter que dialogar na frente de uma família sobre a sua situação.

Num dos meus primeiros dias no CREAS, fui informada de que o Ministério Público, por exemplo, costumava acatar nossas decisões “o que a gente coloca nas conclusões é o que eles usam para tomar a decisão deles, Letícia”; “eles não tomam uma decisão sem o nosso relatório”. Também nas visitas, passei a perceber como a figura do Promotor era invocada como meio de tentar convencer um usuário a ir ao CAPS, por exemplo, ou um adolescente a ter um “bom comportamento”. Também era comum depositar as esperanças de um caso na mudança de comportamento após uma audiência. E aí apareciam dois extremos por parte de alguns profissionais: ou a revolta com o promotor/juíza quando estes não eram incisivos em audiência com alguma família que, na visão do profissional, deveria ouvir um sermão, ou essa mesma revolta quando eles cometiam alguma injustiça com a família.

Por fim, nessa articulação havia também uma complicada relação com as demandas vindas do Ministério Público ou do Judiciário. Como dito anteriormente, a participação em audiências fez bastante parte da rotina dos técnicos do CREAS de Tobias Barreto, éramos convocados a comparecer, solucionar, elucidar, contar histórias. E isso diz muito da profunda relação entre o CREAS e a Justiça, relação difícil e custosa para os profissionais, e que também percorre o imaginário das famílias, sendo nos interpelando pela justiça, seja como recurso para os profissionais, como ultimato para que alguns mudassem de comportamento. “O promotor” costumava ser bastante invocado nesse sentido como aquele que punirá aquelas famílias que não cumprirem os acordos.

Acrescenta-se a isso os curtos prazos com pedidos de resolução de algum caso, que era uma queixa constante de diversos profissionais da Assistência. Existiam também os pedidos que não faziam parte do tipo de trabalho feito pelo CREAS, o que também era queixa comum de todos os profissionais. Esse cenário, somado à precarização do trabalho, a equipe reduzida e a enorme demanda que existia no CREAS, contribuía para que os técnicos constantemente se queixassem de sobrecarga e daquela sensação de “enxugar gelo” por não conseguir acompanhar de fato as famílias que julgavam precisar de atenção.

Para tal cenário, que, em conversa com colegas de outros municípios de Sergipe, percebi que não atinge somente o CREAS de Tobias Barreto, o documento aponta que:

Cabe ao órgão gestor de Assistência Social coordenar a definição do processo de articulação do CREAS com os órgãos de defesa de direitos, visando estabelecer um canal de comunicação claro e objetivo, onde sejam clarificadas as competências da Unidade, para evitar solicitações e demandas de trabalho que não são compatíveis com as suas atribuições (SNAS; MDS, 2011, p.67).

No entanto, haviam muitos ruídos e brechas nessa comunicação. E por mais que houvesse um esforço das técnicas em se posicionar e reforçar as competências do CREAS, a voz da equipe não parecia suficiente e demandas equivocadas continuavam chegando.

d) Registro de Informação:

A esta altura, já é perceptível o quanto o CREAS, por se tratar de uma instituição pública, vinculada a diversos outros setores, precisa ter todo o seu trabalho registrado, a fim de que as ações do equipamento possam ser averiguadas e acompanhadas. Tais registros devem levar em conta a questão ética do sigilo e da segurança.

Informações sobre o acompanhamento das famílias e indivíduos

A título de conhecimento, o documento utilizado como referência para este trabalho traz três tipos de instrumentais que podem ser utilizados para registro oficiais dos casos. No entanto, vale lembrar que ter seu próprio diário de campo ou caderno de anotações é muito importante, pois existem informações que podem ajudar em alguns casos, mas não necessariamente devem ser compartilhadas com os demais. Além disso, funciona como uma segunda memória no meio do furacão de informações que é o CREAS. No entanto, existem aquelas frases, momentos e cenas que, mesmo que não acrescentem formalmente a um caso ou que não sejam relevantes para os prontuários, não precisam de anotações ou de serem lidos novamente. A assistência tem rostos, cenas, risadas e lágrimas que dispensam anotações. Há casos em que registrei detalhes e dados com profundidade, fiz a “evolução” (material que faz parte do prontuário das famílias e que serve para registrar as visitas, atendimentos, avanços, retrocessos ou qualquer tipo de interação com a família) perfeita, inundando as linhas de detalhes socioeconômicos e relacionais, mas que hoje não me lembro. E há aqueles casos em que a evolução foi feita às pressas, em que algumas memórias escaparam, em que muito do que marcou a visita não recusava ser colocado no registro formal, mas que até hoje eu me lembro.

Se Freud escrevesse “Recomendações ao técnico do CREAS que pratica a Psicanálise”, talvez ele se orgulhasse de perceber que há algo de uma memória outra, para além do tomar notas, que também habita a prática da Assistência Social. As ideias que ele escreveria sobre a transferência do técnico da assistência social me deixam curiosa. Existem rostos e histórias da assistência que deixam marcas na memória, existem pessoas que te chamam para o trabalho, para a escuta, para o não entorpecimento diante da pilha de documentos, do estresse com gestores ou funcionários. Trabalhar por outro ângulo, tentar outra escuta e novas formas de trabalhar não necessariamente parte de uma boa vontade ou do bom coração da (o) técnica (o). Muitas vezes, são os usuários que, de alguma forma, parecem pedir para serem escutados de outra maneira.

De volta aos instrumentais

a) Prontuários:

Diz respeito ao registro dos dados sobre o trabalho feito no CREAS e que são coletados em diversas etapas do trabalho: visitas, atendimentos, discussão de casos, etc.. Nele são apresentados “os dados socioeconômicos e o histórico das famílias; os eventos decorrentes dos riscos pessoais e sociais, por violação de direitos; o acesso a programas, benefícios e serviços; as informações sobre a evolução do acompanhamento familiar; os encaminhamentos realizados e aspectos do acompanhamento dos encaminhamentos; o desligamento das famílias/indivíduos.” (SNAS; MDS, 2011,p.69).

b) Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar:

Esse plano diz respeito a um “plano de ação” – como era chamado no CREAS- para as famílias ou indivíduo, no qual são traçadas estratégias, objetivos, próximos passos, intervenções, inserção em programas. A idéia é que ele seja usado como guia para todos os profissionais, para fazer com que o que foi traçado ali possa ser acompanhado e verificado se está sendo alcançado.

Na prática, embora esse plano fosse traçado verbalmente para a maioria dos casos, raramente o registro acontecia. Saíamos das visitas pensando nos próximos passos, com um atendimento marcado, com os encaminhamentos que seriam feitos sendo traçados no caminho para a próxima casa. Chegando no CREAS, combinávamos o que seria feito, mas raramente isso era materializado em forma de plano de acompanhamento, registrado no

espaço destinado para isso. As evoluções eram feitas, os encaminhamentos também, mas o momento de construção com a família e o registro disso com datas raramente era feito.

Os casos que acabavam tendo um “Plano de Ação” por escrito eram aqueles solicitados pela promotoria, pois precisávamos explicar formalmente as medidas tomadas e datas em que estas seriam feitas. E aqui entra algo sobre a autonomia das famílias e um incomodo pessoal. Muitas vezes, algumas etapas eram puladas ou antecipadas e alguns recursos eram utilizados com a única finalidade de relatar ao Ministério Público que algo estava sendo feito. Muitos usuários eram encaminhados para o CAPS ou para acompanhamento psicológico sem nenhum tipo de conversa prévia se estes teriam interesse nesses serviços. Isso parece uma atitude condenável partindo do ponto de vista do protagonismo das famílias, mas se não era feito, a equipe era cobrada. “Por que vocês não mandaram Fulano para ser atendido por um psicólogo?”. Inclusive esse era um movimento comum da Rede como um todo e que pude observar no meu trabalho na assistência: era comum que, seja nas visitas domiciliares ou nos atendimentos individualizados, diante de qualquer sofrimento apresentado pelo usuário, o encaminhamento para atendimento psicológico clínico surgisse como solução. Esse encaminhamento muitas vezes se dava sem uma conversa prévia, o que resultava no não comparecimento daquele que foi encaminhado – e que teve seu sofrimento endereçado a outro lugar- pois não tinha interesse num acompanhamento deste tipo.

Lembro de um caso em específico, bastante delicado, em que uma das soluções que a Rede sugeriu foi a de encaminhar uma mãe para o CAPS. Chegaram a dar palpites sobre os transtornos de personalidade que ela poderia ter, já que era tão calada e fechada com a equipe. Atitudes precipitadas para problemas para os quais estavam sendo exigidos soluções rápidas, sendo que, em nenhum momento, passou pela cabeça de algumas dessas pessoas, questionar a usuária sobre isso. Eu lembro de várias vezes tentar convencê-la a comparecer ao CREAS para uma conversa e ela dizia que ia, mas nunca apareceu. Em todas as visitas, tentava me aproximar, até que em uma ela sorriu pra mim (algo muito raro); na outra eu me permiti brincar “Você só me enrola, né? Diz que vai me ver e não aparece”. Ela sorria. Nas visitas seguintes, ela comentou sobre não concordar com algumas ações das equipes, reclamava de não ter acesso a certos direitos e questionava o porquê de algumas equipes só a procurarem quando ela e o marido faziam alguma coisa de errado. Ela ainda se queixou que muitos chegavam brigando sem nem ouvir a versão deles, mas na

nora de ajudar, nunca estavam lá. A mulher calada e introvertida que precisava ir ao CAPS falava bastante, talvez só não confiasse nas equipes para isso.

Outra vez, em uma capacitação que participei acerca da proteção social básica, foi feita uma dinâmica para discutir alguns casos e propor os caminhos que poderiam ser percorridos na rede para o acompanhamento de cada um. Um deles dizia respeito à uma senhora que frequentava algumas reuniões ofertadas pelo serviço da assistência, mas que permanecia quieta e em silêncio durante elas. Diante deste silêncio, o caminho apontado pelo grupo foi o encaminhamento da mesma para a psicoterapia, visto que esse apontava para uma questão que precisaria ser tratada através de um atendimento psicológico.

Levantei a mão. Questionei o porquê do encaminhamento, levando em consideração que nada se sabia sobre esse silêncio. O que levaria a um encaminhamento sem uma escuta prévia ou uma compreensão maior do que esse silêncio representa? Conversamos então sobre o que foi chamado ao longo da capacitação de “ansiedade por resolução” (ou seria o *furor sarandis* da assistência social?). Ironicamente, quando a leitura do caso foi feita por completo pela mediadora, foi revelado para os grupos que a senhora tinha vergonha de mostrar os dentes por conta da ausência de três deles na região da frente.

c) Relatórios:

Não devem ser confundido com “laudos periciais” e consistem no repasse de informações sobre as ações desenvolvidas no CREAS, os avanços e retrocessos no acompanhamento das famílias, como também outras observações que possam ser importantes e que tragam benefício para o usuário (SNAS; MDS, 2011).

3.2. Presença da (o) psicóloga (o) no CREAS

Este segundo tópico busca atender aos mesmos objetivos do anterior, sendo que ele pretende abordar sobre o que está previsto para o trabalho do profissional da psicologia no CREAS. O material base consiste no Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (2013). Será abordado a seguir sobre os principais pontos do Eixo II (Psicologia e a Política de Assistência Social) e Eixo III (: Atuação da (o) Psicóloga (o) no CREAS), acrescido de observações a partir da minha experiência no CREAS também.

3.2.1. “Eixo II: Psicologia e a Política de Assistência Social”

“Psicologia, SUAS e Políticas Públicas”

Esse parte do material traz um trecho sobre uma pesquisa feita pelo CFP e o CREPOP em 2009, relatando que os dados mostram que 83,9% das (os) psicólogas (os) veem a sua atuação como parte do cenário das políticas públicas. Segundo o texto, isso reflete uma categoria de psicólogos preocupados com questões do coletivo, da defesa de direitos e que enxergam o contexto público como espaço para trabalhar. Tais fatores contribuiriam então para um “novo perfil profissional” (p. 45) para uma profissão que já foi taxada como “elitista, sem atuação no espaço público e com uma visão descontextualizada dos fenômenos sociais (CFP; CREPOP, 2013, p. 45).

De fato, o acesso a outros espaços, a escuta de diferentes realidades e a vivência no espaço público devem impactar na formação e construção do profissional que passa por essa experiência. Mas vale questionar: atuar em espaços públicos implica necessariamente numa atuação menos elitista? Visto que na minha experiência no CREAS tive contato com diversos discursos recheados de elitismo e preconceito por parte de profissionais que estão há anos atuando nesse tipo de política. Com isto não quero dizer que o acesso e a implicação com esses espaços não tragam mudanças, mas que essas não dependem somente do fato de estar de corpo presente nesses lugares.

Sob esse aspecto, o Caderno (CFP; CREPOP, 2013) nos insere no contexto das políticas públicas antes de debater a presença da Psicologia na Política de Assistência Social. Sobre as políticas, estas aparecem enquanto dever do Estado e direito do cidadão, tendo sua legitimação através da aprovação da Constituição Brasileira de 1988, que solidificou e oficializou os direitos sociais. O material salienta que o público, muitas vezes tratado como algo não pertencente a ninguém ou ao Estado deve ser apropriado como algo que nos pertence, sendo necessário se fazer a apropriação das políticas e estabelecimentos públicos que pertencem a todas (os) (CFP; CREPOP, 2013).

É nesse cenário que se insere a Psicologia que, enquanto ocupante desses novos espaços, precisa estar a par do cenário de regulamentação das políticas públicas.

Para Saadallah (2007), a participação da psicologia nas políticas públicas deve ser pautada na garantia dos direitos humanos, na emancipação humana, na cidadania e a serviço das lutas contra as injustiças, pobreza e violência. Não deve reforçar a tutela do Estado, a visão da caridade e a submissão dos sujeitos às políticas públicas (CFP; CREPOP, 2013, p. 48).

O exercício da Psicologia na Política de Assistência Social se dá por meio de uma análise crítica acerca de seu papel e de suas potencialidades, tendo ela “o desafio de

contribuir para os processos subjetivos de emancipação e autonomia dos sujeitos em situação de violação de direitos” (CFP; CREPOP, 2013, p. 48).

No tópico “Psicologias – o trabalho com famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal por violação de direitos” são discutidas o caminhos e alternativas para a psicologia no CREAS. Retomando uma pesquisa feita em 2009 pelos mesmos órgãos que elaboraram o material utilizado aqui – o CFP e o CREPOP- são citadas os desafios que as (os) psicólogas (os) costumam enfrentar na sua prática. Um deles diz respeito a não ter o seu papel bem definindo. Soma-se a isso a queixa de que muitas vezes existe uma confusão entre o papel da psicóloga e o da assistente, estando estes ainda não muito bem delimitados.

Para tentar trazer uma diferenciação, o documento aponta que embora os materiais acerca do trabalho no CREAS não estabeleçam uma delineação sobre os trabalhos daquelas que fazem parte da equipe de referência do órgão e que as funções exercidas pelos técnicos sejam as mesmas, a base teórica e ferramentas que cada um dispõe a partir de sua área de conhecimento vai diferenciar a atuação. No caso da Psicologia, o olhar para a “subjetividade e os processos psicossociais” (p.49) seria esse diferencial (CFP; CREPOP, 2013).

Se antes a psicologia tinha como modo de trabalho unicamente os atendimentos psicoterápicos, a sua inserção nas políticas públicas faz com que outros caminhos assem a existir, levando em consideração um trabalho interdisciplinar, em que os saberes desse campo de saber se juntam a outras profissões e suas respectivas bases teóricas e metodológicas. Nesse sentido, temos a constante afirmativa de que o atendimento feito nesses espaços consiste num atendimento psicossocial e não psicoterapêutico, colocando-se como desafio para as (os) psicólogas (os) que atuam na Assistência Social a construção de outros caminhos para responder ao sofrimento que aparece nesse campo e que levem em consideração o território do usuário, buscando melhorias para o contexto de vida do mesmo (CFP; CREPOP, 2013).

3.2.2. “Eixo III: Atuação da (o) Psicóloga (o) no CREAS”

Numa das primeiras visitas domiciliares que participei, decidi que iria apenas observar a atuação da assistente social para tentar entender a dinâmica do trabalho. Entrando na residência, me deparei com uma senhora idosa, uma adolescente em uma cadeira de rodas e uma mulher, que aparentava ter seus cinquenta anos. Conforme a

assistente social, que já acompanhava a família há algum tempo, foi fazendo perguntas e aquelas mulheres foram respondendo, pude observar que o assunto da conversa girava em torno de um homem que tinha dependência de álcool, de nome Carlos*, filho da idosa e pai da adolescente. Entre perguntas referentes ao comportamento dele, se estava fazendo uso das medicações ou não e se estava indo ao CAPS, o assunto também se tornou sobre a adolescente, sua saúde e acompanhamento por parte da equipe médica do município, sua nova cadeira de rodas.

Já na metade da visita, o pai de Sara* chegou à residência e cumprimentou a equipe. Em seguida, ele começou a explicar para a assistente que não bebia há muitos dias, que estava tomando as medicações corretamente e que, diferente do que a família havia dito, ele estava indo para o CAPS.

Na despedida, ele olhou para mim e questionou para a assistente social: “Cadê a outra psicóloga?”. A resposta dela, em tom de brincadeira, foi a de que a outra psicóloga havia saído do CREAS, mas que ele não precisava se preocupar, porque eu também brigaria com ele [“não se preocupe não, porque essa também vai brigar com você”]. Diante disso, ele apertou minha mão, olhou para a assistente social e falou “ela fica calada, né?”. Após isso, entramos no carro e iniciei uma série de questionamentos, como também me senti flagrada, meu silêncio diante de não saber como agir naquela situação havia sido percebido. A assistente logo me explicou que ele questionou isso porque não gostava da outra psicóloga, já que esta ficava revoltada diante da negligência dele para com a filha. Houve uma vez em que ela o encontrou bêbado dentro de casa, não se conteve e acabou brigando com ele.

O Eixo 3 busca traçar diretrizes para a prática a partir de dificuldades relatadas pelos profissionais que atuam nesse campo e aponta que embora hajam inúmeras questões por parte desses profissionais sobre a prática da psicologia, essa reflexão culmina na construção de práticas que buscam cessar processos de vulnerabilidade instaurados na sociedade. De acordo com o documento: “É importante que a(o) psicóloga(o) saia do lugar de identificação de “problemas”, de culpabilização ou busca de responsáveis, para o lugar de viabilizadores de espaços criativos e geradores de alternativas individuais e coletivas na perspectiva da superação das situações de violação” (CFP; CREPOP,2013, p. 60).

A inserção da Psicologia na Assistência Social é algo recente para uma política que também é recente. A construção de práticas envolve escutar para além do que está explícito e buscar ter uma escuta reflexiva, que procure compreender o contexto e seus conflitos e se comprometa com práticas que não reproduzam violências (CFP; CREPOP, 2013).

“Metodologias de trabalho e a prática da psicologia no CREAS”

Nessa parte, o texto reforça a importância de buscar metodologias e intervenções profissionais que respeitem a individualidade de cada caso e que leve em consideração a participação conjunta das famílias e indivíduos. A partir disso, descreve os serviços ofertados no CREAS, dentre eles o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), foco desse trabalho, já que era o Serviço do qual eu fazia parte. Independente do tipo de serviço ofertado, existem algumas principais ações que fazem parte do cotidiano profissional de uma técnica do CREAS. Dentre elas estão a acolhida, a escuta, o diagnóstico socioeconômico, a orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, a construção do plano individual e/ou familiar de atendimento, o atendimento psicossocial, dentre outros (CFP; CREPOP, 2013).

É interessante notar que a todo o momento, ao tentar diferenciar o que seria o papel do psicólogo no CREAS, o material traz que embora nos documentos oficiais não haja distinção por área de formação, é possível notar algumas particularidades que a psicologia, através do seu olhar, possa agregar a estas atividades. Ou seja, o trabalho do psicólogo no CREAS também é algo em construção e uma busca que vem sendo feita por várias partes. Essa “falta” de especificidade da abertura para diversas falhas e potencialidades na nossa atuação, como tentarei ilustrar através dos breves recortes a seguir:

Nos meus primeiros dias no equipamento, uma das profissionais do CREAS me disse que preencher o Relatório de Primeira Visita Domiciliar era papel dela enquanto assistente social e que eu não precisava fazê-lo. Já alguns dias depois, outra profissional me informou que preencher tal relatório era papel de qualquer técnico do CREAS e que eu podia preencher também.

Quando eu tinha alguns meses de CREAS, fui parte da equipe de Abordagem Social. Íamos à feira, rodoviária, ao lixão... Lembro de uma das psicólogas de outro equipamento informar que esse não era seu papel – ela não havia estudado para isso. Utilizando a carta da formação, alguns profissionais definiam papéis muito específicos

nos quais poderiam atuar, enxergando a si mesmos não enquanto técnicos, mas enquanto profissionais à parte que estavam ali para fazer o que “estudaram”.

Mais para frente, em um encontro de profissionais da assistência, fui perguntada se era assistente social ao discutir sobre os aspectos socioeconômicos de um caso. Num outro momento, uma colega me perguntou se eu era psicóloga após eu discutir aspectos mais subjetivos de outra situação hipotética durante uma dinâmica. Quando respondi que sim, ela completou: “dá pra notar”.

Numa certa ocasião, por exemplo, após uma visita na qual eu não compareci, uma colega me disse “Eu queria que você estivesse lá, Letícia, porque com seu olhar de psicóloga, você ia perceber que...” e então começou a descrever tudo que ela percebeu sobre a usuária. Eu, apesar de entender o que ela quis dizer, brinquei: “Ué, mas não precisou eu estar lá para perceber isso, porque você já percebeu”.

Nos dois primeiros trechos temos exemplos de onde a especificidade do papel do psicólogo na Assistência contribuía para um distanciamento da prática enquanto técnica da assistência. Já nos dois últimos, essa não diferenciação demonstra um caminho de possibilidades para compreender o caso, por exemplo. Com isto, a idéia não é defender que dar certo contorno à nossa prática não seja preciso, ou que o acesso a uma formação direcionada para uma atuação específica não seja importante. Acredito que um bom resumo sobre os principais aspectos do trabalho na assistência estão no trecho a seguir:

A palavra e a escuta se constituem em ferramentas fundamentais que permitem um aprofundamento no conhecimento da família e no estabelecimento de vínculos entre o profissional, a família e seus membros. É preciso superar a abordagem tecnicista nas quais diferentes áreas têm ações específicas de maneira independente, e desenvolver percepções que se integram e se complementam, potencializando a ação (CFP; CREPOP, 2013, p.69).

Disto isso, serão trazidas algumas das principais atividades do CREAS, destacadas pelo Caderno, e que estão relacionados ao atendimento direto da população. Alguns deles já foram trazidos antes, então somente serão discutidos os que ainda não apareceram anteriormente:

“Visita domiciliar”

As visitas domiciliares ocupavam a maior parte do meu tempo enquanto psicóloga do CREAS. Ela e os atendimentos individualizados. Ao chegar no equipamento, tínhamos

um cronograma com uma lista das casas que seriam visitadas naquele dia, contendo o endereço e o nome dos usuários do serviço. Nessa etapa do trabalho, aconteciam as mais diversas situações: não encontrar as pessoas em casa; uma visita em específico nos levar a visitar mais duas casas; encontrar outros usuários no meio do caminho ou não ter transporte no dia eram umas delas. A equipe tinha autonomia pra decidir e avaliar a necessidade de um visita ou também podia acrescentar outras que enxergasse como necessárias. Havia os dias em que tínhamos em torno de sete casas para visitar e conseguíamos e havia aqueles dia em que tínhamos quatro visitas pra fazer, mas só duas aconteciam. Não havia como prever. Existiam visitas mais delicadas, outras mais objetivas. As de povoado e as na cidade, as barulhentas e as silenciosas.

A visita domiciliar se constitui em uma das estratégias de aprofundamento do acompanhamento psicossocial. É uma forma de atenção com o objetivo de favorecer maior compreensão a respeito da família, de sua dinâmica, valores, potencialidades e demandas, orientações, encaminhamentos, assim como de estabelecimento de vínculos fortalecedores do processo de acompanhamento. Este é um momento mais concreto que pode estimular a família para a busca e construção conjunta de meios para romper com o quadro de violação. Deve pautar-se no respeito à privacidade da família, tendo seu foco previamente definido, sendo utilizada sempre que houver a compreensão de sua necessidade. Por ser um momento de atenção individualizada, permite visualizar a família e sua dinâmica em seu espaço de convivência e socialização, além de aproximar-se de sua realidade (CFP; CREPOP, 2013, p. 71)

“Intervenções grupais”

Por fim, dentre as estratégias de intervenção utilizadas, existem também as grupais, que podem se constituir num território de falas e vivência que permitem um olhar diferente para as histórias que nele aparecem, podendo estas serem recontadas e vistas de outro ângulo, a partir das relações construídas nesse espaço de trocas e de diálogo (CFP; CREPOP, 2013).

Também é no grupo que se dá a convivência de indivíduos e/ou famílias, apoio e reflexão, a aquisição de novos conhecimentos, a comunicação, a troca, o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, fortalecendo e resignificando os vínculos familiares e comunitários, a construção de projetos individuais e para a família, a prevenção de agravamento na situação de violação, promovendo a transformação nos padrões de relacionamento familiares e comunitários de violação de direitos (CFP; CREPOP, 2013, p.72).

O grupo pode ter diferentes formatos e públicos, se adequando às demandas e experiência que pretende focar, não precisando assumir um caráter homogêneo, seja de período de duração, de objetivos ou de forma. Usar esse recurso é levar em conta e privilegiar o laço e o contato entre indivíduos com diferentes experiências de vida e narrativas. Tal espaço permite a criação e troca de saberes, dá margem para construção de estratégias de enfrentamento das experiências de violação vividas, favorece uma maior autonomia e criação de vínculos, assim como permite a descoberta de potenciais (CFP; CREPOP, 2013).

No capítulo a seguir, serão relatadas experiências a partir desse recurso às intervenções grupais.

4. OS GRUPOS DO CREAS: O RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

Nesse capítulo, descrevo os encontros grupais feitos no CREAS, com relatos, impressões e também questões e dificuldades desse momento. Os títulos de cada encontro foram escolhidos a partir de algo que aconteceu no grupo, da fala de algum técnico ou usuário, de algo que tenha marcado ou que ilustre aquele dia e a temática tratada nele.

4.1 Um olhar inicial sobre os ‘Grupos do CREAS’

A idéia da realização dos, inicialmente, chamados “Grupos Operativos” surgiu a partir de uma demanda da coordenação do CREAS, visando aproximar o equipamento do acompanhamento às famílias e prestar suporte frente às questões em comum que estas enfrentam. A realização dos grupos era algo que já ocorria no equipamento, mas havia cessado por conta do período da pandemia de COVID-19 e as restrições desencadeadas por esta. Neste sentido, foi solicitado às técnicas que escolhessem temáticas dentro do campo da violação de direitos a serem trabalhadas (ex: violência contra o idoso, trabalho infantil, entre outros), como também o público específico de cada uma.

Essa demanda institucional faz parte das atribuições dos técnicos do CREAS, conforme consta no documento “Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS” (2013), elaborado com o intuito de ser um material de referência para a atuação da Psicologia na área. No que diz respeito às intervenções grupais, tidas como uma “estratégia de intervenção” no acompanhamento às famílias, este manual aponta que:

Esta (...) pode ser utilizada no processo de acompanhamento de diferentes formas, considerando situações e demandas que se pretende focar: grupo composto por membros de diferentes famílias, grupos de famílias, grupos intergeracionais, grupos específicos para adolescentes, mulheres, dentre outros. Trabalhar a família como grupo ou trabalhar com grupos de famílias significa considerar as relações, a convivência entre pessoas que trazem histórias e experiências diversas. O trabalho com grupos propicia a construção e troca de conhecimento, oportunidade de construir enfrentamento de situações vivenciadas, fortalecimento e identificação de potências, fortalecimento de autonomia e vínculos. Podem ser de reflexão, de convivência, temáticos, focais e pontuais ou períodos prolongados, potencializando o direito à convivência familiar e comunitária. (CFP, 2013, p. 72)

No caso da proposta em questão, a ideia inicial consistiu na realização de um grupo por mês, mediado pela Assistente Social e Psicóloga, voltado para as famílias acompanhadas pelo equipamento. O acordo foi de que o planejamento para cada grupo fosse construído a cada mês, conforme os encontros fossem acontecendo. Logo, a partir do momento que estes foram tomando forma, a equipe notou alguns ajustes a serem feitos em relação ao formato, local e a temática de cada um. A seguir, serão explanados esses encontros, o processo de construção dos grupos e a forma que estes foram tomando.

4.2 Primeiro Encontro – “O CarnaCreas”

O primeiro grupo, de título CARNACREAS, tinha como objetivo aproveitar o ensejo do carnaval para reunir os membros das famílias que são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O pedido feito à equipe foi de que encontrássemos uma maneira de relacionar o carnaval com o tema da violação de direitos, focando em apresentar e discutir com os usuários do serviço sobre “violações” que costumam ocorrer nessa época do ano. Optamos então por abordar o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas e a violência doméstica.

Foi decidido então que, inicialmente, seria feito um breve relato acerca da origem do carnaval, seu significado e as diversas formas de apresentação e interpretação deste. Num 2º momento do encontro, seria realizada uma apresentação de cada participante, tendo como objetivo fazer com que os participantes verbalizassem o que gostavam de fazer no carnaval, sendo uma forma de descontrair, relaxar e convidar o público para a temática central da violação de direitos. Para conduzir essa parte, uma das assistentes sociais ficou responsável por fazer uma apresentação de slides sobre as violações de direito que foram

escolhidas para serem abordadas, tipificando-as e apresentando as ações de mobilização do CREAS para enfrentamento das mesmas.

Quatro usuários do serviço compareceram a esse encontro, o que fez toda a equipe se perguntar sobre o que estava contribuindo para essa baixa adesão. Questionamo-nos sobre a entrega do convite - que não era feita diretamente pelas assistente ou psicóloga - sobre o vínculo entre equipe e usuário, sobre problemas com o turno ou dia da semana etc., mas não chegamos a conclusões. Isso também foi discutido nos encontros futuros. Vale ressaltar que três das pessoas presentes eram as “pessoas de referência” das famílias convidadas.

Acredito que essa parte dos convites foi uma grande lacuna dos grupos e do trabalho como um todo; por mais de uma vez debatemos o porquê da presença de poucos usuários e pensamos em soluções. Questionamo-nos sobre o vínculo com os usuários, a visão que eles tinham do CREAS. Como não éramos nós que entregávamos os convites nas casas, passamos a avisar dos grupos nas visitas e em alguns atendimentos, a fim de que nosso vínculo mais próximo com o usuário pudesse influenciar nessa decisão.

Devido à dinâmica do CREAS, não foi possível estabelecer uma data fixa para os encontros. Estes já precisaram ser adiados por conta do calendário corrido do equipamento, dos relatórios “urgentes” que precisavam ser entregues à justiça ou até mesmo alguns feriados. Apesar das dificuldades de sustentar uma frequência maior dos grupos, tive a sorte de trabalhar com uma coordenação que também queria que estes acontecessem. Além de uma equipe que, apesar de não poder ter eles como prioridade em meio a tantas tarefas, participavam quando podiam.

Após a primeira parte do encontro, iniciou-se a parte da apresentação de cada um presente, dentre eles usuários e membros da equipe do CREAS. Diante da pergunta “o que vocês mais gostam de fazer no carnaval?”, a equipe tinha a expectativa de que surgissem falas referentes a festejos e se estar em grupo. No entanto, a primeira fala de uma das usuárias do serviço, que chamaremos de Esmeralda, foi referente ao trabalho. Esta relatou que costumava trabalhar como cordeira e que aproveitava esse momento para curtir a festa também. Uma segunda usuária, que chamaremos de Marly, relatou que costumava catar latinha com seu filho e que isso a ajudava a ter uma renda extra, mas que por conta da violência atual, esta tem receio de fazê-lo e também tem receio de que o filho vá catar latas e volte machucado.

Outro usuário, de nome Luiz, comentou que quando jovem gostava de curtir bastante, mas que hoje em dia, diante das responsabilidades, não o faz. Explicou, com certo pesar, que por conta do seu irmão Carlos* ter dependência de álcool, precisava se preocupar com ele e também tinha a mãe e sobrinha para cuidar, então não dava para curtir como quando era jovem. Já a quarta pessoa presente, de nome Laura*, relatou: “Eu parei de dar dinheiro para aquele povo. Eles lá em cima curtindo e a gente no calor? Dando dinheiro pra eles?” Alguns dos que estavam presentes concordaram.

A ideia para o “fechamento” nesse segundo momento era a de chamar atenção para as “violações de direito” que podem ocorrer num momento de diversão como o Carnaval, com o intuito de fazer um gancho para o terceiro tempo do encontro. No entanto, eles anteciparam isso no discurso deles. Não existiu uma associação entre Carnaval e diversão para os usuários. Pelo contrário. Assim, diante dessas falas referentes a preocupações, decidi inverter o caminho e falar sobre a importância da diversão, comentei sobre os tempos atuais, das dificuldades econômicas e que muito tem sido tirado da população, mas que assim como no carnaval havia perigos, como os já ditos ali, também existia o lado da dança, da fantasia, do brincar e que era natural que isso tivesse se perdido no caminho, mas que talvez fosse possível relembrar um pouco.

Uma grande parte da minha dificuldade de escrever esses resultados foi justamente lidar com essas intervenções que vão de encontro a um “ideal” de postura psicanalítica (evitar o *furor sarandis*, não tentar tamponar um momento incômodo, etc.), mas acredito que há momentos do grupo que permitam isso. De certa forma, essa diversão se fez presente ao final do grupo, como será apresentado em breve.

Em um terceiro momento do encontro, durante a apresentação das diferentes violações de direito às quais estamos sujeitos no carnaval, algumas falas foram surgindo. Foi interessante notar que a cada slide apresentado pela assistente social da equipe, os participantes concordavam e reforçavam a preocupação ou a gravidade do assunto. O intuito parecia ser o de “conscientizá-los”, mas os que estavam ali presentes pareciam bastante cientes do assunto. Em um dos slides, as falas foram se associando livremente e de repente chegou-se a um relato de Marly* sobre sua vivência, posteriormente nomeada por uma das técnicas da equipe como um “pedido de socorro”.

Marly* fez uma série de desabafos sobre sua atual situação, dentre eles um momento de violência doméstica, no qual seu marido tentou atacá-la com uma peixeira,

porém algo pior não aconteceu porque ela foi defendida pelo seu filho [“Meu filho me defendeu da vez que ele pegou peixeira para vir pra cima de mim. Depois ele diz que foi a cachaça.”]. Ela relatou que isso ocorreu há muito tempo, que foi para a delegacia e que seu companheiro pagou um advogado e foi solto. Ela também comentou que dormia pensando na polícia e que não sabe o que é deitar de noite “sem tomar um remédio”. Tanto seu esposo, quanto seu filho, eram agressivos com ela e entre si, ela temia muito pelo que poderia acontecer com os dois. A usuária acrescentou que apesar de ser acompanhada pelos órgãos, nada se resolveu, pois não é de interesse de nenhum dos dois fazer algo sobre essa situação. Marly* pediu por mais momentos como esse e disse que só de entrar no CREAS, sentiu um alívio por estar longe de casa.

“Eu não vou mentir, eu não soube criar (o filho). Não é querendo falar mal do pai, mas ele nunca me ajudou”; “O povo fala: ‘ah por que você não larga?’, mas tem algo que prende, mulher, eu não sei o que é, são muitos* anos. Eu denunciei pra polícia, mas ele pagou um advogado e se livrou e quando eu vi o homem já estava dentro da minha casa. Meu fio foi pro Conselho, não resolveu. Foi pro promotor e até piorou depois.”

Ela também mencionou o dia em que se defendeu do marido ameaçando-o com uma pedra, quase como numa confissão de “eu não nego não”. Mais para frente, continuando a falar sobre sua relação, Marly desabafa “eu nem sei mais se eu sei o que é amor (...) eu estou há muitos* anos nessa relação e eu não sei se eu sei o que é amor”.

Eu já havia feito algumas visitas à casa de Marly e também participado de uma audiência relativa ao filho dela. Marly costumava queixar-se bastante da rebeldia do filho, da ignorância dele para com ela e do medo que ela tinha dele estar usando drogas. Uma ou outra vez ela comentava sobre o marido e sobre as necessidades que estes passavam, queixando-se do companheiro não trazer comida para dentro de casa e gastar com jogos. Também pedia que a equipe conversasse com o filho dela sobre a maneira desrespeitosa com a qual ele se dirigia ao pai, pois tal postura resultava em brigas entre os dois, deixando-a desesperada. Em uma dessas conversas, o filho reclamou que ela não se posicionava frente às atitudes do pai. Neste dia do grupo, pela primeira vez, eu ouvi o companheiro de Marly* tomando a cena principal nas queixas que eram direcionadas ao seu filho.

Os demais ouviam em silêncio ou manifestavam alguma indignação, a assistente tentava continuar o roteiro em meio às falas disparadas de Marly. Enquanto isso, Esmeralda - que fiquei sabendo lá que era próxima a Marly*- balançava a cabeça e dizia

que aconselhava a amiga: “A gente fala para ela, mulher. É grave a situação dela, viu?”. Esmeralda também aproveitou o ensejo e falou sobre a agressividade de sua filha, que também era acompanhada pelo CREAS. Disse tentar de diversas formas fazer com que sua filha melhorasse, levando-a para o culto, sem muito sucesso. Depois disso, mencionou a importância da Assistência elaborar algumas atividades para os adolescentes ou propostas de trabalho. Falou da filha e do filho - com o qual a equipe não tinha contato - que a preocupavam.

Luiz permaneceu em sua maior parte do tempo calado, balançava a cabeça em negação enquanto Marly* falava sobre seu marido e em algum momento comentou que “isso de bebida não tem jeito”. Laura* permaneceu calada durante todo o grupo e se retirou em um dado momento - ela havia ido com um bebê e este começou a chorar bastante.

Após a finalização da apresentação, iniciamos o momento do lanche. Enquanto Marly e Esmeralda lanchavam, me aproximei delas para interagir rapidamente e deixá-las à vontade, mas Esmeralda falou para eu puxar a cadeira e pediu para a amiga Marly me contar mais coisas sobre seu companheiro. Esta contou novamente sobre as brigas entre os dois e sobre temer que algo aconteça, que só espera chegar a “notícia ruim”. E continuou: “se me perguntarem se eu sei o que é amor, eu não sei. Dizer assim que amo alguém... não amo ninguém não. Óbvio que gosto muito dos meus filhos, mas dizer que eu sei o que é amor, eu não sei”. Seguimos conversando. No meio disso, Esmeralda me conta, em tom de segredo, que o atual marido de Laura é seu ex-companheiro e pai de sua filha mais nova, a que a equipe acompanha. As fofocas do CREAS. Há alguns meses eu já visitava essas famílias e não sabia desse grau de parentesco.

Algo interessante e bem característico do público do CREAS de Tobias Barreto - e do interior como um todo - é que alguns dos usuários se conheciam e sabiam da história um do outro. Num encontro posterior a esse, por exemplo, havia uma senhora que ficava apontando para outra participante do grupo e se dirigia a mim falando “ela sabe do meu sofrimento, ela está de prova” e a moça balançava a cabeça em afirmação.

Houve um momento em que colocamos uma música. Esmeralda e Marly, que permaneceram no CREAS batendo papo estavam meio tímidas, mas pareciam querer dançar. Com um pouco de incentivo, começamos a brincar, fazer uma “rodinha” e cada uma mostrava seu talento na dança. Também passamos um *glitter* que alguém havia levado.

Já no finzinho, Marly solta: “Meu Deus, a gente aqui dançando...” num tom de culpa. E ao final, elas pareciam estar felizes de terem se divertido, mas também pareciam como duas crianças que estavam aprontando ou fazendo algo escondido dos pais, como quem havia passado do horário combinado e precisava correr para não ser pega.

Na despedida, Marly comenta: “deixe eu correr para não brigarem comigo”, justificando que tinha que esquentar a comida do marido. Elas agradeceram pelo momento e falaram que compareceriam todas as vezes que a equipe chamasse. Marly completou falando que quando ela entrou no CREAS, sentiu um alívio no coração por ter saído um pouco da confusão de sua casa.

Já na sala, reunida com a equipe, uma das assistentes sociais nomeou esse momento como uma espécie de “atendimento coletivo”, onde eram ouvidas histórias que não costumam ser contadas nas casas (“porque sempre tem alguém”) ou dentro de uma sala de atendimento e reafirmou surpresa com as histórias ditas ali, que nem sempre aparecem numa sala de atendimentos. Ela seguiu falando que Marly estava pedindo por socorro e que deveríamos visitá-la. Por fim, demonstrou espanto com o fato de Marly ter contado tudo sorrindo, pois no lugar dela, estaria chorando. Já nossa outra colega, que acompanhava o caso há mais tempo, informou que já havia sugerido indiretamente a Marly que ela se mudasse para casa da mãe.

Esse dia me fez perceber algo que se mostrou evidente nos grupos seguintes: às vezes, nesses momentos grupais, ouvimos histórias que muitas vezes não ouvimos nas visitas. Muitas vezes, quando nos dirigimos à residência de um usuário, já há uma compreensão do assunto que vamos questionar, do que deve ser reclamado, pedido -ou justificado - à equipe.

Como por exemplo, no caso de Marly*, que constantemente durante as visitas, queixava-se do filho e implorava às técnicas que estas conversassem com ele, que não dormia a noite com medo da polícia bater na porta dela para matá-lo (realidade que já havia acontecido com um vizinho), que o filho não a respeitava e ela não sabia o que fazer. Inclusive já havia tido uma audiência referente ao caso, onde este ficou de comparecer ao CREAS para atendimento, mas nunca ocorreu. Comparecendo apenas o seu pai e relatando coisas muito diferentes da companheira. Nas visitas, a mãe também comentava dos conflitos entre pai e filho e do medo de que isso acabasse de uma maneira ruim. Nesse dia do grupo, pela primeira vez, ela começou a trazer questões sobre o marido, as agressões

dele para com ela e o tratamento dele com o filho, dando a entender que o adolescente tinha certa revolta contra o pai, que fazia uso de álcool, e incomodava-se com o fato da mãe defender o companheiro.

Esse grupo também mudou minha relação com Esmeralda. Numa das visitas seguintes, ela me perguntou “Mulher, quando é que vai ter outra festinha daquela de novo para a gente?” e justificou não ter ido à última por conta do almoço que tinha que preparar. Num outro momento, na inauguração de um calçamento na rua dela, eu estava prestando atenção à cerimônia quando de repente sinto um leve tapa nos quadris. Quando olho para trás, era ela [“mulher, você por aqui!”], que começou a conversar comigo como quem conversa com uma comadre. Esta seria a tal da transferência dentro da assistência?

É interessante pensar que no início da minha trajetória no CREAS, eu confundia a neutralidade do analista, ou o profissionalismo de uma psicóloga da assistência como sinônimos de seriedade. Era certo para mim que os usuários não me levariam muito a sério caso eu não mantivesse essa postura. No entanto, aprendi com o tempo que não ser levada tão a sério pode ser algo positivo na assistência, afinal boa parte dos vínculos que criei no CREAS se construíram através da risada. Esse parecia ser um talento dos profissionais que cruzaram meu caminho na assistência: o saber brincar e usar do humor. Tal postura me parece amenizar um véu complicado que paira sobre a cabeça de nós profissionais desse órgão: a lei.

O CREAS lida com a violação de direitos. Quando pisamos nas casas ou recebemos alguém para atendimento, temos como objetivo a interrupção daquela violação. Alguns ficamos sabendo através de denúncias, outras chegam através de ofícios da justiça. Estamos presente em audiência, fazemos relatórios “pro promotor”. Somos da assistência social, mas podemos ser vistos por alguns como a representação do olhar vigilante da justiça, da mesma maneira que alguns assistentes confundem seu papel com o de fiscalização. Isso cria um afastamento entre equipe e famílias e se desenrola em uma série de problemáticas.

4.3 Segundo Encontro – Estreitando vínculos

“No dia 23/02/2022, foi realizado neste CREAS o segundo encontro do Grupo Operativo, tendo como objetivo reunir o grupo das famílias que são acompanhadas pelo PAEFI, a fim de ouvi-las sobre suas demandas, dúvidas quanto ao equipamento, como

também estreitar o vínculo das mesmas com a equipe. Nesse evento, participaram uma das assistentes sociais do equipamento, a educadora social e a psicóloga. Inicialmente, explicamos o propósito dos grupos e o porquê dos mesmos terem sido chamados a estar ali. Em um 2º momento, foi realizada uma pequena apresentação, tendo como objetivo fazer com que os participantes se apresentassem e verbalizassem alguma curiosidade sobre eles, como forma de descontrair. No entanto, já neste momento, alguns aproveitaram para relatar sua atual situação e alguns problemas familiares pelos quais estavam passando. Em seguida, colhemos sua visão sobre o papel do CREAS e aproveitamos o momento para explicar brevemente como o órgão funciona e dar algumas orientações.”

Este foi o relatório registrado - com a devida retirada dos nomes das profissionais - do nosso segundo encontro realizado no equipamento. O planejamento e pretexto para o encontro eram de que começássemos questionando sobre algo que eles gostavam de fazer, sobre o que acreditavam ser o papel do CREAS e colher a visão deles do serviço e o que eles acreditavam que poderia melhorar. 12 pessoas estiveram presentes, desde as famílias acompanhadas pelo PAEFI até mães dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Ao iniciar o grupo, foi informado aos presentes que iríamos fazer uma apresentação inicial, onde falaríamos nossos nomes e o que gostávamos de fazer em nosso tempo livre. Uma das pessoas presentes, de nome Severina, iniciou compartilhando que gostava de cuidar e de brincar com as sobrinhas, que moravam com ela. Outra mãe presente, que se apresentou como Serena, também nos contou que gostava de estar com suas filhas. Um senhor de nome Leandro – que compareceu ao CREAS com um classificador cheio de papéis- respondeu à pergunta feita pela equipe informando que gostava de cuidar de casa, limpar a casa, cozinhar pros seus irmãos e que vivia como “uma dona de casa”. No entanto, pela maneira como falava, aquela não aparentava ser uma atividade de que gostasse, parecendo mais um desabafo. Um outro senhor de nome Walter comentou que gostava de ficar com seus filhos.

No entanto, por um momento me questionei se havia feito a pergunta corretamente, pois quando perguntei sobre o que eles mais gostavam de fazer no tempo livre, referia-me a alguma atividade que não envolvesse essa esfera das responsabilidades, inclusive comecei por mim, falando do que eu gostava de fazer, mas a palavra tem dessas: depois que você a coloca em jogo, ela não é mais somente sua. Eu ouvia mais sobre responsabilidades, mas talvez fosse o que eles mais gostassem de fazer ou quem sabe o ambiente do CREAS desperte isso nas pessoas, que talvez imaginassem que era isso que

gostaríamos de ouvir deles. Outra curiosidade sobre esse encontro é que alguns dos usuários direcionavam o olhar e a palavra somente para a assistente social e eu, o que era de se esperar, enquanto outros falavam para o grupo como um todo.

Ainda durante a apresentação, quando seu Leandro começou a compartilhar o que gostava de fazer e que levava a vida como “uma dona de casa”, houve uma série de desabaços por parte dele em relação aos irmãos. É importante contextualizar que o senhor Leandro era responsável por dois irmãos acompanhados pelo CAPS. Nós do CREAS costumamos acompanhar muitas famílias nesse contexto. Isso porque até chegar ao ponto de iniciar o acompanhamento, estes sujeitos e seus familiares passam por uma série de denúncias e equipamentos. No caso de Leandro, eu já o conheci e a seus irmãos numa situação menos crítica, tanto que sua família não era foco de discussões, das que “precisam de visita”, poderíamos considerar uma situação mais estável. Lembro de a visita ter sido rápida e ele relatar que estava cuidando dos irmãos, que estes estavam sendo acompanhados, que o que antes chegou a tentar atear fogo na casa da mãe e que “dava mais trabalho” agora estava “calmo”. Leandro nos mostrou o mesmo classificador com os documentos, as caixas de remédio, que estava fazendo tudo conforme as orientações do CAPS e nos contou sobre sua rotina atarefada com os irmãos.

E assim ele o fez no grupo: falou sobre sua vivência com os irmãos, suas responsabilidades e as dificuldades que vinha enfrentando. Segundo ele, a medicação de um de seus irmãos, de nome Leonardo, não estava funcionando. Este perambulava pelas ruas sem camisa, não parava quieto em casa e levava lixo para lá. “Você quer que eu mostre o vídeo?”, “Eu tenho foto aqui no meu celular” passaram a ser falas constantes deles, assim como “eu não bebo, eu não fumo, eu não faço nada...” numa tentativa de mostrar que era alguém responsável.

“Ele não é agressivo (...) eu só queria ele dentro de casa”, continuou o senhor Leandro e explicou que, com Leonardo fora de casa, as pessoas costumavam julgar os cuidados do irmão, alegando que Leandro deixava ele andar sozinho sem camisa, que não tomava conta direito ou que não cuidava bem do irmão [“O povo fica falando”; “Me cobram”]. Leandro parecia não saber o que fazer e em um desses momentos, a minha colega, que estava resolvendo alguma coisa no celular, decidiu intervir: “mas isso aí é saúde (...) você tem que ver com o CAPS”. Leandro informou que já havia feito isso, mas que “não resolveu” e mencionou uma explicação de que a medicação estava correta. Ela insistiu para que ele falasse com a coordenadora do CAPS e explicasse sua situação.

Nesse momento da apresentação, Serena contou sobre sua filha e problemas que ela vinha enfrentando com o *bullying* na escola, compartilhando os conselhos que dava à sua filha. Outra mãe, de nome Sara, relatou que criou seu filho de dezoito anos sem ajuda de ninguém e que hoje teme que ele seja pai precocemente. A partir dessa conversa, surgiram falas como: “Filho é benção”.”, “Quem sabe é quem cria”, “Tem homem que é pai e mãe também.”

Enquanto alguns falavam, o senhor Leandro participava a todo momento trazendo sobre suas dificuldades com os irmãos, sobre o julgamento que sofria e sobre não fazer tarefa nenhuma além de cuidar da casa e dos irmãos.

Quando os assuntos foram cessando, conversamos com os presentes sobre qual que eles acreditavam ser o papel do CREAS, ou, em outros termos, se eles sabiam o que a gente fazia. Ou se tinham alguma dúvida sobre nosso trabalho. Entre falas como “Eu não sei muito o que vocês fazem”, “Vocês ajudam a gente” e “Às vezes vocês vão lá na nossa casa”, ficou evidente que a tal da “superação da violação de direitos” é algo discutido mais internamente entre a gente.

Nós explicamos que estávamos ali para orientá-los, ouvi-los e tentar ajudá-los através de atendimentos, encaminhamentos ou com orientações. Quando questionados se tinham alguma dúvida em relação ao CREAS... uma das senhoras presentes, de nome Conceição, que permaneceu a maior parte do tempo em silêncio disse não ter dúvida nenhuma e se retirou do grupo em dado momento. Os demais também falaram que não tinham nada pra perguntar. Para a pergunta “E no que vocês acham que a gente pode melhorar?”, estes relataram que a equipe não tinha nada a melhorar e eles só tinham a agradecer, o que me causou certo estranhamento, visto que era comum que os usuários reclamassem do nosso trabalho.

4.4 Terceiro Encontro – Onde o sapato aperta

O terceiro encontro teve como objetivo dar continuidade à iniciativa do encontro anterior, ou seja, ouvir as principais demandas das famílias e estreitar o vínculo com elas. Para isso, a equipe construiu um roteiro que consistia em uma introdução sobre os Direitos Fundamentais, um momento de apresentação e a proposta de uma atividade que promovesse a discussão sobre a temática da violação de direitos.

Em uma discussão prévia com a assistente social sobre o percurso e os objetivos do grupo, chegamos ao ponto comum de que por mais que existisse uma apresentação prévia montada para aquele dia, esta servia apenas como um ponto de apoio, ou seja, não necessariamente precisávamos nos ater a ela caso o grupo tomasse um rumo diferente, já que nosso principal objetivo era o de colher as principais demandas das famílias e proporcionar um espaço de escuta para estas.

Assim, além da equipe formada pela assistente social, educadora social e eu, participaram deste encontro seis membros das diferentes famílias que são acompanhadas pelo CREAS, sendo que quatro deles fazem parte do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e os outros dois participam do Programa de Medidas Socioeducativas. Alguns deles estavam ali pela primeira vez, enquanto outros já se fizeram presentes em encontros anteriores.

Um fato interessante é que, enquanto esperavam os demais participantes do grupo chegarem, duas usuárias – que chamaremos de Esmeralda e Severina - começaram a conversar na recepção. Enquanto estava na sala, pude ouvir Esmeralda queixando-se da filha “bruta” para a colega. Achei interessante o que poderia surgir dali, já que a segunda também estava passando por dificuldades com a “malcriação” de sua sobrinha de idade muito próxima.

O encontro ocorreu na sala vizinha ao local onde são realizados os atendimentos às famílias do PAEFI e foi iniciado com uma explicação da assistente social sobre o propósito do grupo e o porquê daquelas famílias terem sido chamados a estar ali - sintetizando esses dois na seguinte frase: “saber onde o sapato de vocês está apertando” (fala que deu título a esse encontro). Neste momento, a usuária Esmeralda - que também esteve presente no CARNACREAS e que, durante uma das visitas domiciliares, questionou-me quanto à data de um próximo evento [“Mulher, quando é que vai ter outra festinha daquela hein? Para a gente dançar.”] - mencionou que havia comparecido ao encontro na expectativa de que haveria uma festa e tal afirmação fez com que todos rissem. Mencionei que não era a ideia inicial, mas que poderíamos colocar algumas músicas no final do encontro e que no São João faríamos algo parecido para conversarmos e brincarmos também.

Tomando a fala de Esmeralda como ponto de partida, decidi pular para a parte das apresentações, que estava programada para o segundo momento do encontro. Foi proposto então que cada um se apresentasse e que, assim como ela, relatassem o que estavam

esperando daquele momento. A ideia com isso não era somente a de que estes se conhecessem, mas também repetir o que vinha funcionando nos encontros anteriores: o momento da apresentação enquanto provocador da fala e do aparecimento de questões daquele que se apresenta.

Com isso, iniciou-se uma série de discussões e trocas sobre o presente e passado de cada participante (com exceção de uma delas), que se estendeu até o final do encontro. Esmeralda retomou a palavra e explicou que saiu de casa contando com um momento de descontração, porque vem passando por situações difíceis [“porque do jeito que vão as coisas...”] e acrescentou que vem se apoiando em algumas estratégias para ficar bem, como por exemplo, conversar com Deus [“Porque tem coisas que a gente não fala né? É entre Deus e eu”], ouvir músicas e fazer terapia [“Ela (a psicóloga) me ensina as coisas”; “me ajuda a resolver”]. Em seguida, começou a falar de sua filha, das “amizades ruins” dela e de seu tratamento grosseiro. Explicou que ela havia melhorado em comparação com alguns meses atrás, mas que ainda a preocupa.

Tal fala fez com que um dos participantes, que relatou estar em uma situação semelhante com seu irmão, explicasse que compareceu ao grupo para conversar com a equipe “sobre aquilo que eu disse ... que eu tô querendo desistir”, direcionando sua fala a mim [“ela sabe como é a situação lá”]. Perguntei se gostaria de dividir a situação com o restante do grupo e então Luiz se apresentou e contou que o irmão dele fazia uso de álcool e que, por isso, ele era o responsável pela curatela da sobrinha.

O tio relatou que, a princípio, havia se mudado de sua antiga cidade para Tobias Barreto com o intuito de cuidar de sua mãe, pois nenhum de seus irmãos se ofereceu para tal. Ele afirma que se deu conta de que precisava fazer isto após um incidente no seu antigo trabalho: ele, acidentalmente, quase cortou a mão enquanto preparava uma carne, pois não conseguia parar de pensar no fato de que sua genitora estava com problemas de saúde e precisando dele. Por isso, ele deixou sua esposa, filhos e emprego para vir cuidar dela.

No entanto, chegando em Tobias Barreto, se deparou com a situação de seu irmão e precisou se responsabilizar pela sobrinha [“é luta (...) já estou no limite (...) são cinco anos já”]. O que Luiz constantemente trouxe em suas falas – e que também esteve presente nas últimas visitas – é o fato de que ele não ter nenhum reconhecimento por parte do irmão; que este não o escuta, trata-o ele mal e o xinga bastante [“Fica me chamando de ladrão”] quando seu pedido por dinheiro não é atendido.

Diante da fala de Luiz, uma participante mencionou que sua sobrinha também não reconhecia seu esforço. Após se apresentar, Severina comentou que tinha o nome “igual o daquela mulher que sofreu muito” e que acreditava que a mãe dela havia lhe dado esse nome porque já sabia que seria uma “sofredora”. Nesse caso, o seu sofrimento atual diz respeito à sua sobrinha Raquel – da qual tem a guarda provisória, “porque a mãe tem problema”- e o fato desta constantemente repetir que sente nojo de Severina e tapar os ouvidos quando a tia está falando com ela [“Eu topo nela e ela fica passando a mão assim na perna! (...) ela limpa desse jeito, mulher! E eu sou limpa, tudo meu é limpinho (...) ela tapa o ouvido assim quando eu começo a falar”]. Além disso, Raquel a todo momento traz para a tia que tem vontade de morar com a mãe [“E eu não quero ela na minha casa mais não (...) ela não quer ir ficar com a mãe? Pois ela vá ficar com a mãe”].

Severina trouxe um pouco da sua história, de como “criou bem” suas duas filhas já adultas e se emocionou relatando que não deveria estar passando por essa situação, já que decidiu criar as sobrinhas para que não houvesse a necessidade de serem abrigadas. Enquanto narrava, se dirigia para uma das mulheres presentes na roda e buscava apoio nela: “ela sabe minha luta (...) sabe como criei minhas filhas”; e esta outra confirmava a boa índole de Severina. Ela continuou seu desabafo: “O povo lá da rua tá de testemunha do que eu to passando com Raquel (...) todo mundo ta vendo que eu to sofrendo”.

Ao final de sua fala, Severina também trouxe o termo “desistir” referindo-se à sobrinha. Nesse momento, ecoou na sala a seguinte fala: “desista não, mulher”; e então outra integrante chamada Angélica começou a falar da experiência com a filha, quem fez parte do Programa de Medidas Socioeducativas quando tinha doze anos, por conta das “amizades ruins”. Nessa fase, a filha chegou a ser “internada naquele lugar que a pessoa vai quando faz coisa errada”. Angélica relata que valeu à pena não ter desistido, pois sua filha – agora com 19 anos - mudou e está estudando. Na época, muitas pessoas disseram para ela “desistir”, mas ela achava isso impossível, já que se tratava de sua filha [“Eu sou mãe da menina, como é que eu ia desistir dela?”].

Enquanto Angélica falava, Severina a interrompia para questioná-la se a situação da filha havia melhorado [“Ela já mudou, é? Como é? (...) e está dando certo, é?”. A primeira respondeu que sim, mas que foi uma fase extremamente difícil. Nesse momento, Angélica virou-se para mim apontando o dedo e falou: “ela não quis ir para isso que você é” e tentou lembrar o nome que queria dizer, enquanto algumas pessoas do grupo e eu

prontamente respondemos: “psicóloga”. A partir daí, foi dado início a uma discussão sobre a recusa por parte dos familiares em fazer terapia, já que isso se fazia necessário. A senhora Esmeralda, por exemplo, queixou-se da filha porque esta diz: “eu não sou doida para estar indo para psicóloga”; e que as tentativas da equipe do CREAS em conversar com ela foram sem sucesso [“As meninas já tentaram conversar com ela, chamaram ela para cá, mas ela não vem de jeito nenhum.”]

Em seguida, outra participante do grupo, de nome Serena, que também esteve presente no segundo encontro - sempre acompanhada da sua bebê – falou um pouco de como foi a experiência da infância e da adolescência para ela, afirmando que busca cuidar de suas filhas de maneira diferente. Ela iniciou revelando que, quando criança, batia a cabeça de sua boneca na parede quando sentia raiva de sua mãe, porque precisava externar isso de alguma maneira.

Já adolescente e em busca de maior liberdade, iniciou um relacionamento e foi morar com seu parceiro, com quem teve uma filha. Na época, ela fumava cigarro e ele fazia uso de outras drogas. Constantemente insistia para que ela usasse também. Quando ele estava sob efeito delas, fazia as tarefas domésticas e tratava Serena bem, mas em momentos de abstinência, se “transformava”, ficando agressivo e impaciente.

Devido a uma série de situações vividas com ele, Serena entendia que deveria se separar e enxergou na religião uma maneira de sair daquela situação e mudar de vida. Nesse processo, também revisitou esse ódio da infância, pois, já que agora queria viver de acordo com os ideais religiosos, não poderia carregar isso consigo [“pedi a Deus para retirar esse ódio que eu tinha da minha mãe do meu coração”].

Em seguida, começou a falar sobre a criação da filha, como uma maneira de mostrar que entendia Severina. Basicamente esta conversa girou em torno da necessidade por parte dela de manter sua filha em casa, tanto como uma forma de proteção, como também para não expô-la a “influências ruins”, que a incentivem a desrespeitá-la a genitora. Severina prontamente a apoiou, relatando que criava suas sobrinhas “presas” em casa, por ela morar numa favela e “favela você sabe como é né, não dá para deixar as crianças soltas”.

Algo que foi interessante de se mencionar é que as pessoas ali presentes muitas vezes não têm sua história contada. São mães, pais, tios, tias, irmãs, cunhadas, parentes de

uma vítima de violação de direitos que é inserida no serviço e, por conta disso, eles são inseridos também. Apesar de o equipamento focar no indivíduo e na sua família, muitas vezes essas pessoas assumem o papel de porta-vozes das boas e más notícias, de cuidadores e, com isso, acabam ocupando um lugar primordial, porém secundário, no acompanhamento: daquele que presta contas, que diz se as coisas estão indo bem ou não, que deve “impor limites” aos seus filhos, que devem levar ao CAPS, que precisam ligar pro Conselho Tutelar, dentre outras atribuições que recaem sobre eles. As queixas dessa “pessoa de referência” aparecem no comunicado de “desistência”, no pedido de internação, no desabafo sobre a sobrecarga.

A senhora Esmeralda, por exemplo - que é acompanhada por conta de uma violação de direitos que ocorreu com a sua filha – começou a falar do seu filho recentemente, nos momentos em grupo, já que durante as visitas e nos atendimentos, o foco principal é a sua filha. Nesta segunda oportunidade, por exemplo, relatou sobre a preocupação com seu filho depois que este disse que precisava de ajuda e dividiu com todos algumas situações que o filho trouxe para ela, como também sobre uma tentativa de suicídio cometida por ele.

Tal relato deu margem para uma discussão de cunho religioso, onde alguns começaram a apontar que tais questões podiam ser “coisa do inimigo” e começaram a relatar suas experiências e o suporte que buscam nos espaços religiosos. No caso de Esmeralda, por exemplo, “o pastor” explicou o que estava acontecendo com o filho dela e a orientou quanto ao que precisava ser feito.

Nesse momento, senti necessidade de falar sobre a “ajuda do mundo”, que poderia se juntar a esse suporte religioso, pois apesar de certa resistência em ocupar esse lugar, entendi que naquele momento poderia ser uma orientação interessante de ser dita na frente de todos. Falei então sobre o CAPS e, sabendo da estigmatização em torno do equipamento, informei a ela que poderia trazer o filho para o CREAS para um contato inicial.

O encontro foi se encaminhando para o final e diante da necessidade de finalizá-lo, principalmente por saber que algumas participantes precisavam sair, eu tentei fazer um apanhado do que foi aquele momento, mas a tentativa foi falha devido a algumas falas de Esmeralda que foram surgindo. Diante disso, informei rapidamente que quem precisasse sair, por conta de algum compromisso, ficasse à vontade. Já quem quisesse continuar a

conversa, poderia permanecer. Além disso, informei sobre o próximo encontro em junho, no qual poderíamos fazer a festinha que Esmeralda tanto queria.

Ao final do grupo, para os casos que foi observado a necessidade, realizou-se algum tipo de orientação específica, atendimento individualizado e agendamento de visita.

4.5 Quarto encontro - “O seu também, né?”

Já na sala de espera, encontrei seu Leandro*, que chegou pontualmente. Quando fui avisá-lo que o grupo começaria em poucos instantes, ele deu a notícia de que o irmão estava bem, de que o havia levado no CAPS e que tudo havia dado certo. Conforme os demais foram chegando, nos direcionamos para sala de atendimentos. Iniciei o grupo explicando o objetivo dos encontros para aqueles que estavam lá pela primeira vez e aproveitei para questionar o que os motivou a terem comparecido ao grupo naquele dia. Todos acabaram respondendo sobre o motivo que fez com que eles passassem a ser acompanhados pelo CREAS.

Leandro aproveitou a oportunidade para falar de sua situação com o irmão, que ele estava bem, mais tranquilo, ficando mais em casa e que o havia levado ao CAPS e trocado a medicação. Ele costumava começar suas falas no grupo com “eu não bebo, eu não fumo...” e acrescentava que não tinha tempo pra se divertir ou ir a lugar nenhum por precisar ficar com os irmãos. Inclusive uma tia havia falecido recentemente e, segundo ele, não foi possível comparecer ao enterro por conta dos irmãos. Além disso, relatou que se mudou de São Paulo para Tobias Barreto para cuidar dos irmãos a pedido de sua mãe. Ele, que tinha filhos em território paulista, relatou com certo pesar que estes não o visitavam [“eles é que sabem”]. Assim como aconteceu no segundo encontro, o senhor Leandro começou a falar sem intervalos ou sem dar possibilidades para as falas das demais pessoas que estavam ali presentes. Percebi que a assistente social, que participou do momento inicial do grupo comigo, ficou incomodada com a situação e, a fim de passar a fala para outra pessoa, olhou para uma das usuárias presentes e perguntou “E a senhora?”.

A senhora em questão se chamava Clarice, que justificou o porquê do filho de quinze anos – que era um adolescente que fazia parte do programa de liberdade assistida – não ter comparecido ao grupo com ela e que tentaria convencê-lo a participar dos próximos, pois os achava proveitosos. Ela relatou sobre a situação do filho e acrescentou

que tinha outro filho que era uma “benção de Deus”, “que ajuda”, “que não quer saber dessas coisas (drogas)”, mas já o outro era bem diferente.

Outra usuária do serviço, de nome Nalva, interagiu comentando que também estava lá por causa de um dos filhos dela, diagnosticado com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Segundo ela, esse filho “aprontava” bastante, não queria ir para escola, estava constantemente fora de casa e algumas vezes simplesmente sumia. Nesse momento, Leandro se dirigiu a ela e falou: “o seu também, né?”, como quem se dá conta de que Nalva passava por uma situação parecida com a dele (ela com um filho ainda criança e ele com os irmãos já mais velhos, sendo que um deles também caminhava pelas ruas e o deixava preocupado). É interessante notar que ambos ocupavam o lugar de “pessoa irresponsável” por deixar isso acontecer. Nalva também desabafou que o filho havia “enjoadado” das medicações e que, sem elas, a situação piorou bastante. Diante disso, Leandro a aconselhou: “isso aí você tem que levar ele pro CAPS, porque lá eles resolvem” e começou a narrar sua experiência com o irmão no CAPS e como ele ficou bem “melhor” depois que trocou de medicação.

Nalva havia comparecido ao CREAS recentemente para um atendimento individualizado. Nele, ela queixou-se dos filhos e pediu orientações com relação a algumas questões escolares deles, como também compartilhou algumas dificuldades que vinha enfrentando. Ao final do atendimento, por conta do conteúdo trazido, decidi reforçar o convite para o grupo. Ela me disse considerar “essas coisas” uma perda de tempo, mas decidi insistir e lá estava ela com a filha [“essa aqui não me dá trabalho”]. Nalva disse aos demais que tinha sete filhos, sendo que estes brigavam entre si e ela era a responsável por eles [“tudo sou eu”]. Em dado momento, se queixou das pessoas que ficavam a mandando trabalhar: “‘Ah, vai trabalhar!’ Você quer cuidar dos meus filhos? Cuide pra mim que eu vou trabalhar. Se você ficar em casa pra mim, eu trabalho (...) todo mundo tem uma opinião pra dar, né?”. Alguns presentes começaram a discutir como todos sempre têm um “pitaco” pra dar sobre a vida deles, apontar o que devem fazer, mas ninguém vive a sua realidade. Leandro endossou: “as pessoas criticam, falam mal, falam que você não cuida direito”.

Nalva desabafou que pensou até em amarrar o filho pra ele não sair de casa e Leandro a alertou que “num pode amarrar não”, porque “eles ficam mais bravos se a gente amarrar”, como se ele já tivesse passado pela experiência ou como se alguém já

houvesse dito isso para ele. Nalva afirmou que sabia que não dava para fazer isso, “mas vocês tão vendo”. Em alguns momentos do grupo, eles pareciam estar falando das pessoas que eram injustas ao apontar o dedo pra ele, mas ao mesmo tempo o CREAS (e o Conselho Tutelar, no caso de Flávia) parecia estar incluso nessa queixa. Por mais que nada estivesse sendo cobrado naquele momento, eram comuns falas como: “Vocês querem que a gente faça o que?”; “Querem que eu prenda (meu filho)? Eu não vou prender!”

Faz-se necessário contextualizar que Nalva era bastante cobrada pelo Conselho Tutelar em relação aos seus filhos. Eu conheci o caso dela num período em que um grupo de crianças estava saindo nas ruas, incomodando moradores e pedindo em todos os estabelecimentos, o que fez com que existisse uma pressão popular e também da Justiça, sobre o CREAS e essas famílias. O CREAS e o Conselho Tutelar, além de estarem preocupados com a questão da 'negligência infantil', também estavam tentando cuidar de um incômodo da sociedade e de uma cobrança da justiça para que algo fosse feito em relação a essas crianças.

É importante ressaltar que havia também nessas preocupações um fundo que perpassa questões sociais e afetivas. Embora o que tenha ganhado foco nos discursos dos membros do grupo tenha sido a necessidade por parte de alguns em demonstrar que estavam fazendo o seu possível para cuidar de seu familiar, é importante mencionar que existem outros lugares que produzem essas urgências em sanar os sumiços do filho de Nalva ou a perambulação do irmão de Leandro, por exemplo. No caso de Nalva houve uma hora em que ela relatou um episódio do filho, no qual ele invadiu a casa de um senhor com alguns colegas e depois foi ameaçado por este. Nalva, sem controle sobre as ações do filho e com medo dos riscos que este pudesse correr, dividiu o “medo do que a polícia pode fazer com meu filho”. Já Leandro compartilhou que seu irmão, que muitas vezes eu mesma encontrava andando pelas ruas da cidade, também esteve em situações de perigo e que algumas pessoas, por saberem da condição dele, já o maltrataram. Clarice, por outro lado, não aparentava tentar provar os cuidados que tinha com seu filho. Suas aflições estavam mais no campo da preocupação com os riscos aos quais o filho estaria exposto, tanto em relação à força policial, quanto em relação ao tráfico.

Após um tempo de conversa, uma senhora, que havia chegado atrasada, entrou na sala um pouco desconfiada. Era Conceição, que também participou do segundo encontro,

mas havia saído mais cedo, sentou-se na cadeira e perguntou: “meu filho ainda tá com alguma coisa?” Questionei quem era o filho dela, visto que os profissionais do CREAS eram alocados ou no PAEFI ou no LA (Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida), sendo eu parte do primeiro e, por isso, não conhecia algumas famílias do segundo.

Ela disse quem era seu filho e afirmou: “mas ele já fez tudo certinho”. Expliquei que ela não havia sido chamada por conta do filho, mas por ela fazer parte das famílias que eram acompanhadas pelo equipamento. Aproveitei para comentar: “É engraçado né, gente? Toda vez que o CREAS chama vocês para alguma coisa, vocês acham que é problema” e todos deram uma risadinha concordando. Aproveitei esse momento para reforçar o propósito daqueles encontros, explicando a ideia de que aquele fosse um espaço de conversa, de escuta, no qual eles pudessem se sentir confortáveis para falar do que quisessem. A devolutiva de Conceição foi: “ah, tá bom então”. Comentei com ela sobre o fato de que provavelmente ela já sabia como funcionavam os grupos, por conta de ter vindo num encontro anterior em que havia saído mais cedo e ela prontamente justificou: “é, esse aqui (se dirigindo a Leandro) começou a falar dos problemas lá do CAPS, eu não entendi nada, fiquei impaciente e aí resolvi sair logo”.

Clarice informou que precisaria sair mais cedo do grupo, porque iria trabalhar, pois “às vezes a cabeça precisa de um divertimento”. Num outro momento anterior com a equipe, ela havia relatado que estava afastada do trabalho porque as preocupações com o filho desencadearam nela algumas crises de ansiedade e, por isso, ela não conseguia ficar no trabalho, preocupada com o que o filho poderia estar fazendo. Este retorno ao trabalho se deu a partir de um acordo feito com a patroa, em que ela cumpria uma carga horária específica. No momento em que Clarice levantou-se para sair, aconteceu uma das cenas mais bonitas que eu já tinha visto nos grupos até então.

Enquanto andava, ela comentava que estava saindo porque precisava trabalhar, mas que havia gostado do encontro e pediu que chamássemos de novo. Até que foi em direção à Nalva, que estava no lado oposto da sala, segurou sua mão e, olhando nos seus olhos, disse: “Olhe, eu sou mãe também. Tenha paciência, certo? Reze um terço... Eu sei como é (...) isso passa” e começou a dar alguns conselhos pra ela, relatando que também estava na luta com o filho dela, mas que essa situação seria passageira.

Com o prosseguimento do grupo e os relatos dos demais, a conversa em algum momento chegou ao assunto “preço alto dos alimentos” e as dificuldades que enfrentavam para sobreviver, o que fez Conceição afirmar: “mas com fé em Deus ele vai ser eleito de novo”, referindo-se ao até então Presidente Bolsonaro. Os demais ficaram em silêncio por um momento, eu inclusa, pois fui pega de surpresa com a afirmação. Alguém a questionou se ela o considerava um bom presidente e ela explicou “é, mulher, ele liberou um empréstimo agora” e explicou que a sobrinha dela iria conseguir fazer um empréstimo devido a essa liberação.

Diante disso, Nalva contrapôs trazendo a realidade de vida deles: “Mulher, você não tá vendo não a carestia que a gente tá vivendo?” e Conceição respondeu que Bolsonaro também tinha ajudado eles com o Auxílio. “*Tar*, grande coisa, estava de R\$400,00, de R\$600,00...” Os demais também defenderam seu ponto de vista com frases como: “Você já viu o preço das coisas? (...) A gente vai num supermercado e a gente não consegue comprar nada” e insistiram na dificuldade que passavam em relação à alimentação por conta do Governo, enquanto a senhora Conceição ia de encontro mencionando a questão dos empréstimos. Conforme a discussão foi avançando e eles se deram conta que não entrariam num acordo, Conceição - que defendeu que “o outro” (o atual presidente Luís Inácio Lula da Silva) também não fez tanta coisa boa - tentou um ponto comum: “é um pior que o outro” e os demais se deram por satisfeitos.

É interessante comentar que, durante essa discussão, um técnico administrativo do CREAS bateu na porta e eu precisei me levantar e ir até ele para saber do que se tratava. Enquanto ele me avisava que havia chegado um usuário para atendimento, a conversa continuava ao fundo, sem a necessidade da minha atenção ou manejo e, assim como no terceiro encontro, foram os próprios usuários quem encerraram o grupo. Leandro começou a se despedir falando que precisaria sair para fazer almoço pros irmãos, porque senão eles ficavam com raiva. E então os demais também anunciaram sua saída com frases como: “eita, tenho que ir, porque tenho várias coisas para resolver”; “eu venho para cá, mas tem um monte de coisa lá me esperando”.

Quando o grupo encerrou, nos reunimos fora da sala de atendimentos para fazer um lanche. Um usuário do serviço - e também usuário do CAPS - Pedro, estava lá para atendimento individualizado. Antes de iniciar o atendimento, convidei-o para o momento do lanche. Nalva, que durante o decorrer do grupo pegou meu óculos de grau que estava

na mesa e colocou em seu rosto, pôs ele de volta no lugar. Depois disso, ela foi interagir com os demais funcionários e técnicos do CREAS e em seguida pediu dinheiro para mim [“me dê ai dois reais vá”], que fui atrás de alguém que tivesse dinheiro vivo pra me emprestar. Outra hora, ela ficou olhando pra mim e dando risada. Perguntei para ela porque ela estava rindo e ela comentou: “eu gosto de você, você é engraçada”. “Eu também gosto de você, Nalva.”, eu disse.

Essa parte do pedido de Nalva foi interessante porque existia uma discussão entre a equipe do CREAS sobre assistência *versus* assistencialismo e uma preocupação por parte dos técnicos em conseguir viabilizar para os usuários as suas demandas materiais pela via dos direitos deles, até mesmo para que os gestores se impliquem na garantia desses direitos e não se acomodem com a justificativa da falta de verba. Minha colega assistente social sempre batia nessa tecla, mas também costumava dizer que nós, como cidadãos, tínhamos o papel de ajudar quem precisava. Era muito comum que ela desse cestas aos usuários por conta própria, informando a eles que havia sido um doador.

No caso de Nalva, eu cheguei a fazer alguns relatórios solicitando cesta básica para e esta foi concedida. A bola de futebol para os filhos, que não entra como parte da sustentabilidade uma família, foi presenteada por fora. Ela também estava buscando conseguir o aposento de seu filho e seguindo todos os caminhos para isso, o que daria uma folga nas contas. No caso desse pedido do dinheiro, foi algo que nunca tinha acontecido, mas aconteceu de um jeito muito natural, como uma irmã mais nova que fala “ei, me dê ai dinheiro vá” e a simpatia dela não me deixou negar. E eu não que eu precisasse fazer isso. Ela também pediu dinheiro ao restante dos funcionários, que deram também. Dias anteriores Nalva havia conversado comigo sobre as dificuldades financeiras que vinha enfrentando.

Alguns meses depois, enquanto a equipe da assistência fazia entrega de cestas e colchões para as vítimas de uma forte chuva que houve em Tobias Barreto, eu encontrei com Nalva na rua, que me cumprimentou e comentou que queria ter uma conversa comigo e que iria lá ao CREAS. Comentei com ela que, como minha rotina no CREAS havia mudado, eu talvez não estivesse lá a depender do dia em que ela fosse, mas que ela poderia ir mesmo assim, pois minhas colegas estariam lá. Ela especificou que gostaria de conversar comigo porque eu tinha “o coração bom” e eu logo brinquei perguntando se era porque eu tinha o coração bom ou porque eu era fácil de enrolar; ela deu risada como quem confirmava.

Depois que a maioria foi embora, restou apenas Leandro e Pedro no CREAS. Enquanto lanchávamos, Leandro me explicou que ele e Pedro moravam quase na mesma rua, que conhecia a família dele e então iniciou uma série de questionamentos em torno do fato de Pedro ter ido sozinho ao CREAS: “Você veio sozinho, foi?”; “Por que ele está aqui sozinho?”. Expliquei que havíamos marcado um atendimento e ele continuou: “Ele não podia estar só”. Questionei o porquê. Leandro me explicou que Pedro deveria estar na companhia do irmão – seu curador- e que este deveria ter levado ele, porque se acontece algo com Pedro [“se ele é morto, se ele é atropelado, alguma coisa”], a polícia iria atrás do irmão dele e, por conta disso, Leandro não deixa o irmão andar sozinho, pois se acontece alguma coisa, “a culpa vai pra gente, moça”.

Percebendo o que estava em jogo ali, perguntei para Pedro se ele sabia andar sozinho na cidade e este afirmou que sim e começou a relatar brevemente sobre essas andanças. Acrescentei que não havia problema em Pedro se locomover pela cidade sozinho e que caso algo acontecesse ao irmão de Leandro, o percurso das coisas não seria da maneira como ele estava supondo [“e outra, rapaz, se acontecer alguma coisa com seu irmão, a polícia não vai atrás de você não, e a gente sabe que você cuida direitinho dele”], numa tentativa um pouco desesperada de fazer com que ele não se preocupasse tanto.

Acredito que essa intervenção não foi o ideal. Talvez uma tentativa desesperada de acalmá-lo em relação a essa preocupação intensa que tinha com a situação do irmão. Penso que o momento do encontro com Pedro por si possibilita muito mais efeitos do que uma fala como essa, que suspeito que fosse muito mais para mim do que para ele. “Você não precisa se preocupar tanto” parece interessante a princípio, mas conforme fui conhecendo mais de Leandro, essa questão do “estar correto” não se mostrava somente nos seus cuidados com os irmãos, mas também em outras áreas da vida dele, como se fosse sua forma de se relacionar com o mundo.

Nesse dia, após três encontros em que Leandro constantemente repetia sobre os cuidados que tinha para com seus irmãos, ficou evidente a relação de medo que tinha para com a “justiça”, que se faz presente através do CREAS ou até mesmo das pessoas que o atacam de não cuidar de maneira apropriada do irmão, quem - como dito por ele no segundo encontro - andava por aí sem camisa, levava lixo para casa e perambulava pelas ruas.

Perguntei-me o que poderia ter acontecido desde que Leandro assumiu a curatela de seus irmãos: quais teriam sido as instruções, os avisos, os problemas e os alertas que podem ter sido feitos a ele nessa trajetória enquanto familiar de referência e curador de dois

irmãos diagnosticados com transtorno³. E será que essa preocupação vinha apenas disso? Fato é que Leandro constantemente precisava nos mostrar o esforço que fazia pelos irmãos.

Ele não é o primeiro, nem o último a trazer impasses quanto à curatela⁴. No nosso terceiro encontro – descrito anteriormente – Severina e Luiz também trouxeram questões quanto a estar judicialmente responsável por alguém. Um dos casos que mais me marcaram nesse sentido foi um que passei a acompanhar logo que entrei no CREAS, o de Elilda.

Elilda era a “curadora” da irmã de seu marido, que tinha síndrome de Down, enquanto este era curador da mãe. A esposa era responsável pelos cuidados das duas e após um denúncia feita por vizinhos relacionados à má gestão do “benefício” da idosa, a família passou a ter sua casa freqüentada pelo CREAS, receber orientações quanto aos cuidados da idosa, sobre o fato delas não poderem morar sozinhas e do quanto isso era perigoso. A situação foi se desenrolando, Elilda nos procurava para desabafar do marido e da sua carga enquanto esposa, nora, sogra e cunhada. Ela vinha constantemente com familiares, que insistiam para que ela se separasse do companheiro e relatavam à equipe a sua situação.

O que ela dizia à equipe é que ela gostaria de continuar cuidando da cunhada e da sogra, até porque tinha um vínculo profundo com elas e não conseguia abandoná-las, mas ela não queria a responsabilidade de ser curadora, de estar constantemente com medo e preocupada e sendo acusada por coisas que ela não consegue mudar.

Apesar da sobrecarga e do cansaço, o que Elilda demonstrava a equipe não era querer cessar o cuidado com sua cunhada e sogra, que apesar de ter o filho como curador, era ela quem se responsabilizava pelos cuidados. O que ela aparentava querer era não ter a responsabilidade judicial, era correr o risco de ser acusada de negligência, de responder por acusações feitas por “vizinhos maldosos”. Seu marido, que também foi orientado pela equipe, não apresentava tanto essas questões. O caso se delineou para separação deles, ela se mudando e todo dia indo cuidar das idosas, prestar suporte etc. E quem passou a ser a

³ Muitas vezes, nós do CREAS não sabíamos especificamente qual o tipo de transtorno dos usuários. Era comum que os profissionais se referissem a esses sujeitos como “usuários do CAPS” ou só “do CAPS, chegando a usar termos como “psiquiátrico”. Era incomum sabermos o CID ou diagnóstico. Pelo menos não foi algo percebido na minha prática.

⁴ “A curatela é um instituto jurídico pelo qual o curador tem o encargo imposto pelo juiz de cuidar dos interesses de outrem que se encontra incapaz de fazê-lo.”

ser chamado para os atendimentos e responsabilizado pelos cuidados com a mãe e a irmã foi seu companheiro.

Na saída de Leandro, fui me despedir e este novamente relatou que fazia tudo certo - que não bebia, nem fumava – e nisso eu perguntei se já havia gostado de fazer isso. Ele se espantou com minha pergunta e logo afirmou “não, moça, eu não mexo com essas coisas não”. Perguntei então o que gostava de fazer e comentei que lembrava que uma vez havia dito que gostava de pescar, mas ele informou que não fazia nada, que só fazia almoço, arrumava a casa e seguiu listando todos os cuidados que tinha para com os irmãos. Continuei insistindo na pergunta sobre o que ele gostava de fazer, até que, finalmente, me contou que gostava de ler “aqueles livros de fazer conta de matemática”.

O quarto encontro pode ser resumido em um momento de diversas trocas e experiências – que até então não pareciam ter relação- sendo cruzadas. Ele serviu para mostrar o valor de reunir diferentes histórias, com cada pessoa repassando seus aprendizados e visões. Mais uma vez quem estava lá eram as pessoas de referência, e foi um grupo que começou com certa condução e depois caminhou por si só, chegando a sair um pouco da temática que geralmente vem à tona. Foi um grupo que começou com as falas dirigidas a mim e que passaram a ser dirigida a todos.

4.6 Quinto encontro - “Cervejinha em Paris”

O quinto encontro, sobre Setembro Amarelo, tinha como objetivo abordar esse tema com os membros das famílias acompanhadas pelo PAEFI e também com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O pedido feito a mim (que atendia as famílias do PAEFI) e a meu colega psicólogo (que atendia os adolescentes) foi a de que abordássemos o tema nos formato que achássemos melhor.

Decidimos que seria feita uma rodada de apresentação dos participantes e uma breve explicação sobre o Setembro Amarelo. Em seguida, seriam feitos questionamentos sobre saúde mental e depois dada uma explicação sobre o tema de maneira acessível; Logo após, teríamos a “dinâmica do pote”, em que seria pedido para que escrevessem algo que os deixava tristes e também algo que os fazia felizes. Ao final, a ideia era de fazer uma fala final com um apanhado do que ocorresse. Foi combinado também que, em caso do grupo ir por um caminho que não tivesse relação com o nosso planejamento, não seria um problema mudar a rota. Para este encontro, apareceram oito participantes, entre pessoas de referência e adolescentes e seus familiares.

Já na recepção, lá estava ele: o senhor Leandro, que chegou com meia hora de antecedência. Fui até ele comunicar que aguardaríamos o restante dos convidados e na oportunidade ele me informou de que havia levado o irmão Leonardo ao CAPS no dia anterior e então abriu o celular para me mostrar vídeos. Enquanto me dirigia para a sala de atendimentos, ele falou: “Eu venho sempre (...) eu sou positivo” e eu questionei “Como assim?” e foi então que ele explicou: “eu não dou mancada não, não falto”.

Em seguida, chegou um “adolescente de medidas” (como eram chamados no CREAS). Fui informá-lo de que aguardaríamos mais pessoas chegarem e ele contestou: “Ninguém vem mais não, se fossem pros meninos chegarem, eles já tinham vindo” e nos apressou para começarmos logo, dando a entender que tinha pressa em ir embora. Após a chegada de mais duas famílias, decidimos começar.

Como de costume, sentamos em roda, eu e meu colega nos apresentamos e pedimos que cada um se apresentasse falando seu nome. Quem começou foi Leandro, que virou para mim e disse: “Você sabe meu nome”. Eu sorri e afirmei que sabia sim, que eu me lembrava dele e da presença dele nos outros grupos, mas comentei que algumas pessoas ali não o conheciam e, por isso, havia pedido para que todos se apresentassem. E assim, as apresentações seguiram.

Compareceu um total de oito pessoas, dentre elas duas faziam parte do grupo de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, um deles de nome Davi e outro de nome Jorge - que compareceu com sua avó e sua mãe. As demais faziam parte do PAEFI, sendo uma delas Leandro e a outra Serena, que veio acompanhada de sua filha mais nova (um ano) e de sua sobrinha (em torno de nove anos). Algo que me surpreendeu foi o quanto a filha de Serena havia crescido. Sua mãe costumava aparecer nos encontros anteriores com ela no colo, mas dessa vez a pequena Ariel já estava andando, o que escancarou a passagem do tempo entre os grupos. Enquanto nos encontros anteriores ela ficava quietinha, mamando ou chorando, nesse ela permaneceu boa parte do tempo andando pela roda, sorrindo e fazendo gracinhas ou sentada brincando com a prima Sara. Coincidência ou não, esse foi um dia em que também brincamos e sorrimos bastante.

Após as apresentações, expliquei o funcionamento dos grupos, ressaltando que alguns ali já conheciam e que costumávamos organizá-los em torno de um tema, mas que a ideia também era a de ser um espaço para falar sobre o que quisessem e para trocar experiências. O psicólogo, que tinha mais expertise em palestras, fez uma apresentação geral sobre o setembro amarelo, explicando seu significado, focando na prevenção ao suicídio e no que essa campanha pretendia, finalizando com uma explicação acerca do

significado da cor amarela, o que despertou a curiosidade de Leandro, quem pediu ao psicólogo que este repetisse o que a cor amarela queria dizer.

Tal fala fez com que Leandro e Serena comentassem sobre o assunto. Leandro comentou que quando sentia “tristeza” ou a “vida por água abaixo”, ele costumava colocar uma musica para ouvir ou ligar pros irmãos que moravam longe. O usuário comentou com pesar que “todo mundo morreu”, referindo-se a alguns familiares cujos enterros ele não pode ir por conta dos irmãos. Já Serena falou que contou e conta muito com a religião, que costumava beber e levar uma vida ruim e que hoje era um testemunho do que Deus fez na vida dela.

Aproveitei o ensejo para comentar que o que estavam falando tinha a ver com o tema da “saúde mental” e questionei se sabiam o que isso queria dizer. Alguns ficaram calados, outras balançaram a cabeça em negativa e Leandro arriscou dizer que uma pessoa “mental” (termo comum utilizado para se referir a sujeitos com algum tipo de transtorno) era uma pessoa com “problema”, como no caso dos irmãos dele. Eu complementei tentando explicar que assim como a saúde física tinha a ver com uma dor no corpo, como no coração ou na perna, por exemplo, a saúde mental tinha a ver com a saúde “da cabeça”, mas que estar bem da cabeça não necessariamente era ser feliz o tempo todo.

No momento em que estava acontecendo a reunião com o grupo, a senhora Nalva compareceu ao CREAS e foi até o meu encontro para falar que não iria participar do grupo naquele dia, pois trabalharia segurando bandeiras para as campanhas políticas [“é dinheiro”], também me disse: “Mais tarde nós duas tem coisa para resolver” e se despediu. Uma curiosidade sobre o período político é que algumas mães das famílias acompanhadas passaram a adquirir uma renda nas campanhas e, conseqüentemente, corriamos o risco de não encontrá-las durante uma visita domiciliar. Foi interessante perceber como pequenas coisinhas que acontecem na cidade precisam ser levadas em conta na construção de um cronograma ou de intervenções. Nas segundas-feiras, por exemplo, evitávamos fazer visita domiciliar nos povoados, pois muitas famílias costumavam se dirigir a Tobias Barreto para fazer a feira. Houve também a preocupação de evitar marcar os encontros grupais na sexta-feira, pois algumas famílias tiram o fim de semana para viajar para algum povoado.

Após alguns diálogos, iniciamos a “dinâmica do pote” e explicamos que iríamos entregar a eles uma folha de papel e que a idéia era que escrevêssemos sobre algo que nos deixava tristes e algo que nos deixava alegres. Informamos que após isso, todos depositaríamos o papel num pote e em seguida eu e meu colega o leríamos em voz alta para todos, não sendo necessário ninguém se identificar e feito o acordo de que a gente

buscaria respeitar o que estava escrito nos papéis, pois seria algo pessoal de cada um. Entregamos o papel para todos e todas, menos para filha e para a sobrinha de Serena. Esta última me questionou: “Eu posso escrever?”; eu falei que sim e me desculpei.

Já no momento de escrever nos papéis, o adolescente Davi, que estava rindo de algumas falas de Leandro e comentando que ele era engraçado, virou para ele e disse “tá escrevendo um poema, é? (...) que ta escrevendo tanto”. Leandro balançou a cabeça em negativa e eu confesso que nos momentos iniciais do grupo, Davi - que já vinha falando da demora e agora estava rindo do outro participante - despertou em mim algo que, no momento em que me dei conta, eu nomeei enquanto uma “postura de professora”. Eu queria falar que ela não poderia rir do colega, mas apenas dei um sorriso e comentei algo como “Deixe ele, rapaz”. Depois de um certo tempo de encontro, o adolescente Davi e o senhor Leandro estavam rindo juntos, tendo conversas paralelas e interagindo.

Algo interessante sobre os (as) adolescentes que eram acompanhados pelo CREAS - especificamente no PAEFI, pois não tive muitas experiências com os adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas – é que eles desafiam as hierarquias ali postas. Eles vão falar com você gritando, vão dizer que não estão nem aí para algumas orientações, vão ser sinceros sobre as coisas “erradas” que fazem, sem se preocupar com o que os profissionais irão achar. É claro que existiam adultos assim também, que alguns adolescentes não agiam dessa maneira e que isso variava muito de acordo com o tipo de violação, mas me arrisco a dizer que grande parte deles eram mestres em desafiar a verticalidade das relações.

Após a dinâmica já ter se iniciado, a coordenadora do equipamento convidou para a área comum do equipamento o restante da equipe presente no CREAS naquele momento para participar também. É importante falar que os grupos não seguiram um padrão quanto ao local em que eram feitos. Houve momentos em que eles foram realizados em espaços mais abertos, como no primeiro encontro (o “CarnaCreas”), por exemplo, e também momentos em que eles foram mais reservados, como no terceiro (“Onde o sapato aperta”) ou quarto encontro (“O seu também, né?”). Os fatores primordiais para essa decisão, que era sempre tomada no dia dos encontros, eram a quantidade de pessoas presentes e o que a gente avaliava como local mais adequado no dia.

No começo, eu costumava me irritar quando alguém batia na porta para tirar foto – que serviam para os relatórios elaborados pela coordenação- dos usuários. Aos poucos, comecei a fazer alguns acordos em relação às interrupções e à questão das fotos, mas também tive que aprender que no CREAS que eu trabalhei não dava pra ter uma ambiente

conforme manda o figurino. Precisar fazer os grupos do lado de fora da sala de atendimentos foi importante porque possibilitou pro grupo o contato com outros profissionais que não participavam desses momentos. Além disso, a sala de atendimentos também não era uma boa opção, porque já era um lugar que eles frequentavam bastante, então acredito que transitar pelos diferentes espaços do CREAS, permitia menos enrijecimento e mais possibilidades.

A seguir, será apresentado o que cada um escreveu em seu papelzinho e, após isso, serão trazidos alguns momentos despertados pelo conteúdo dos papéis. Vale ressaltar que no grupo esse processo foi diferente: os papéis foram abertos separadamente (não necessariamente na ordem apresentada aqui), lidos e cada um teve seu conteúdo comentado de alguma forma. Uns foram mais breves e outros geraram mais trocas. As perguntas feitas geralmente tinham a ver com questioná-los se eles se identificavam com o que estava no papel, se aquilo que deixava a pessoa que escreveu feliz ou triste também era algo comum a eles. Outras perguntas tinham a ver com os temas despertados pelo conteúdo dos papéis, como esportes e viagens.

1. “Uma coisa que mim deixa feliz e quando eu consigo ajudar uma pessoa que está passando dificuldades ai meu coração fica cheio de alegria. E uma coisa que mim deixa triste é quando um ser humano não consegue pensar nu próximo”
2. “Quando eu fico triste eu fico lembrando da minha mãe ai eu fico muito triste.
Quando eu tofelis do lando do meu amor”
3. “Esta com os amigos
Discutir com alguém”
4. “Ver meus amigos (feliz)
Quando alguém me trata mal (triste)”
5. Joga bola // Fica sem fumar”
6. “Eu sou feliz da vida
Eu tou da saúde
Eu toma é casa”

7. “Feliz – Viajar
Triste – Distância da irmã”
8. “Injustiça – Triste
Feliz – Minha Família com saúde e reunida”
9. “O que me deixa triste as palavras das pessoas.
O que mim deixa alegre fala com Deus”
10. “Coiza que min deixa felis e tem dinheiro na mal e corti a vida como se não ouvesse o amanhã. Porque a vida e curta pra guarda tatas coizas ruin. Gosto muito de dança.”
11. “Pra deixa eu alegre eu brico com meus amigos (a) in depois vou dormi alegre.
Quando eu fico triste eu boto musica de depressão in mim corto”

“Quando eu tofelis do lando do meu amor” gerou uma conversa sobre “amores”, sobre o quanto estar perto deles pode fazer bem e eu decidi questioná-los sobre isso, se eles tinham algum amor ou alguém de quem gostavam de estar perto. Leandro compartilhou que tinha uma relação com uma mulher que mora em outra cidade. Segundo ele, ela era modelo, mas ele queria “largar” ela, pois ela era “muito da vida”, de ir para festas e isso não era legal para mulher, “nem para homem, nem para mulher”.

Ainda sobre a vida amorosa de Leandro, ele dividiu ao longo do grupo, que costumava usar o app do *facebook* para paquerar. Que no passado, uma namorada dele jogou pipoca na face dele com raiva, porque ele “aprontava”. Nesse momento todos riram com ele contando a história, mas o senhor Leandro contestou explicando que isso tinha sido algo sério, pois foi uma forma de agressão o que ela fez com ele. Também brincamos com ele em relação a questão da paquera no *facebook*. Depois, quando estávamos começando a falar de outro assunto, Leandro faz questão de chamar nossa atenção de volta e pontuar para mim: “Ei, mas isso do face é só de noite, viu? Quando eu já cuidei dos meus irmãos” Falei para ele que ainda que não fosse pela noite, isso não seria um problema e que se divertir também era importante.

Nesse tópico da diversão, a temática das viagens também apareceu. Foi feito a cada um o questionamento de para onde eles gostariam de viajar. O adolescente Davi falou que tinha vontade de ir para Paris, Inglaterra... e acrescentou “tomar uma cervejinha em Paris, né não?” e deu risada enquanto olhava para Leandro. Já Jorge respondeu que não tinha vontade de ir para “canto nenhum”, e uma terceira pessoa informou não gostar de Tobias, por conta do “povo fofoqueiro”. “Pessoal daqui tem a língua grande, né?”, decidi falar - tanto por concordar com isso, como porque em alguns encontros anteriores a questão do julgamento dos demais parecia ser algo muito incômodo para eles.

Muitos concordaram e seu Leandro – que ao começar a falar, eu imaginei que reclamaria sobre as pessoas que relatam que ele não cuida bem do irmão- queixou-se da vez em que ele saiu com uma mulher para tomar uma cerveja na Lagoa da Porta (um ponto badalado de Tobias) e alguém o viu e decidiu contar para a modelo que ele interagira no *facebook*. Serena devolveu que “nesse caso é bom a língua grande”.

Em algum momento, a conversa caminhou para o tema da amizade, quando alguns relataram ter amigos, outros falaram da falta de confiança nas pessoas e amigos como “má influência”, até que Davi retrucou: “Tem essa de amizade não, cada um sabe suas escolhas, todo mundo tem conhecimento hoje”; “Todo mundo tem seu lado bom e ruim (...) tenho meu lado ruim, mas tenho meu lado bom também (...) tem um lado meu que não gostaria de ter, mas tenho”. Quando começamos a discutir sobre religião, por conta do “O que mim deixa alegre fala com Deus”, Serena começou a dar seu depoimento sobre sua história com a religião, outros falaram da importância de Deus e Davi a todo momento concordando. Fiquei curiosa: “Você conversa com Deus?”, perguntei e ele reagiu de um jeito divertido, como alguém que reage a uma pergunta óbvia: “Deus é maravilhoso, minha fia”; “Quando eu tava preso, eu pedia ‘Deus, me tire daqui’”; “Converso que só com ele, peço um caminhão de coisa”. “O que você pede?”, perguntei. “Muita coisa”, ele respondeu.

Quando falamos dos familiares, o assunto da perda de um ente querido surgiu e uma colega de equipe, que havia perdido um ente querido recentemente, se retirou para chorar. Mais tarde, quando questionada sobre o que fazia pra ficar bem, ela compartilhou que gostava somente de dormir e ver foto dos pais em vida. Serena comentou com ela e com o grupo que já havia passado por isso que nossa colega de equipe estava passando [“Isso aí que ela teve, eu já tive também”; “Eu já passei por isso (...) essa fase”] e então começou a relatar sua fase de luto na época em que seu pai faleceu.

Disse que se sentia muito culpada porque sempre estava com o pai no horário em que ele faleceu, mas justo nesse dia não estava com ele. Por conta disso, foi ao psicólogo e,

conforme foi fazendo o tratamento, o psicólogo lhe disse que talvez a mãe não a desse carinho, nem amor, porque estava tentando prover aquela família. Depois ela fez questão de repetir para nossa colega de que era uma fase que iria passar.

Os que falam acabam chamando atenção, mas os que não falam também. Houve um adolescente que permaneceu o tempo todo calado e de cabeça baixa. E respondia somente quando questionado diretamente. Ele disse o nome, que não gostava de viajar para lugar nenhum e também disse que tinha um amor, mas que não podia falar. Este adolescente estava acompanhado da avó e da mãe, que permaneceram caladas na maior parte do tempo, falando apenas quando nos dirigíamos a elas.

O papelzinho com a frase “Quando eu fico triste eu boto música de depressão in mim corto” foi o ultimo a ser lido e nos pegou de surpresa, porque por mais que ali fosse justamente um espaço para falar desse assunto, o encontro tinha ganhado um teor diferente. Neste sentido, eu e meu colega começamos a falar pra “pessoa que escreveu isso” que nós estávamos ali para acolhê-la, caso ela quisesse e que ela poderia nos procurar para falar dessa tristeza ou pedir ajuda a alguém próximo, que existiam maneiras de cuidar disso e que nós estávamos à disposição.

Após a finalização do grupo, no momento do grupo, um familiar da pessoa que escreveu me procurou para informar de quem se tratava. Eu pedi então que ela conversasse com sua parente sobre a possibilidade de conversar comigo no CREAS algum dia. Depois disso, me aproximei e interagi com a pessoa normalmente, a fim de iniciar uma aproximação. Optei por não chamá-la para conversar no dia, pois alguns dos presentes estavam curiosos para saber quem escreveu. Foi um ponto delicado pra mim, pois depois fiquei me perguntando se eu deveria ter proposto esse momento com a usuária já naquele momento. Quando estava indo embora, Seu Leandro informou que “sempre que vocês chamarem, eu venho”. Foi muito interessante porque sempre encarei a aderência e frequência nos grupos como algo positivo, mas o senhor Leandro me mostrou o oposto. O fato de comparecer ao grupo sempre era o seu “sintoma” na mais pura forma: uma maneira de mostrar à equipe do CREAS que ele era “positivo”, que estava sempre ali, que não bebia nem fumava, que não fazia coisa errada, que cuidava somente dos irmãos e de casa. E ele estava ali nos provando isso, presente em todos os encontros. E, quem sabe, encontrando neles a validação que precisava para o seu comportamento correto, para firmar a imagem daquele que não é negligente, transformando nós do grupo em suas testemunhas: “olha aqui a foto”, “veja esse vídeo”, “você sabe meu nome, eu venho “você sabe meu nome, eu venho sempre, eu não falto”.

No entanto, neste último encontro, no dia em que falamos sobre saúde da cabeça, enquanto Leandro estava sentado ao lado de um adolescente de personalidade um tanto quanto diferente da sua e que se divertia com seu jeito sério, foi o dia em que coincidentemente ele deixou escapar suas paqueras, seu uso do facebook (“Mas só quando meus irmãos estão dormindo”, ele fez questão de ressaltar) e as confusões de relacionamentos passados, permitindo-se mostrar – um pouco sem querer- um lado de sua vida que ele entendia como negativo.

5. A PSICANÁLISE FORA DO *SETTING* TRADICIONAL

a. A saída do *setting* tradicional

A escolha de contextualizar essa “saída” do *setting* tradicional tem a ver com o fato de que pensar sobre as possibilidades da psicanálise fora do seu campo inicial de atuação foi um dos motores dessa pesquisa. As referências para a atuação no CREAS não se deram somente por conta do questionamento de como ser psicanalista no equipamento, mas também pelo ecoar da pergunta: “o que fazer com a psicanálise em outros espaços que não o da clínica tradicional?”.

Um dos grandes responsáveis por esta pesquisa hoje existir foi o meu contato, nas aulas do mestrado, com os trabalhos de Jorge Broide. Ao ouvir pela primeira vez sobre “A psicanálise em situações sociais críticas” (2016), lembro de ter pensando que essa era a exata maneira com a qual descreveria as experiências que eu me deparava no CREAS. Estávamos ainda sob a sombra da pandemia de COVID-19, fazíamos as visitas de máscara e eu estava buscando entender como meu trabalho poderia contribuir para aquela realidade, hoje mais familiar, que se apresentavam pra mim. Recordo de naquele momento pensar que finalmente havia encontrado respostas de como a psicanálise poderia me ajudar no CREAS e foi isso que me encorajou a começar essa pesquisa.

Em um rápido percurso histórico sobre a inserção da psicanálise no campo social, Broide (2019) aponta que com o fim da I Guerra Mundial, tornaram-se notórios efeitos tais como os traumas psíquicos e a pobreza coletiva. Diante desse cenário, foi levantada por Freud a necessidade de que a psicanálise e o trabalho a partir dela incluíssem não somente o método utilizado dentro do consultório, com aqueles de classe média ou alta, mas que também alcançasse aqueles das classes mais baixas - através do atendimento gratuito - além de estender sua atuação às mais distintas instituições.

Dando um salto mais adiante na história, Broide (2019) se refere a um dado período em que, na Argentina, houve o rompimento de alguns psicanalistas progressistas com a psicanálise realizada apenas nos consultórios. Com o Golpe Militar no país, houve a tentativa de desmontar esse movimento, mas este continuou avançando (BROIDE, 2019). Por conta do momento de repressão que o país passava, vários refugiados argentinos migraram para as capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro - territórios de conflitos sociais - que também passaram a receber uma enorme quantidade de indivíduos de outros lugares do país. Começaram então as experiências da psicanálise realizada nas ruas e também no que atualmente é nomeado de “situações sociais críticas” (BROIDE, 2019, p. 50). Estas, de acordo com Broide (2019, p. 39):

Convoca a responsabilidade do analista frente ao mal-estar na cultura, frente ao desamparo psíquico e social - que se apresenta nas formas mais comuns de sociabilidade -, frente aos interrogantes que colocam desafios e desacomodações ao pensamento teórico, ao exercício clínico e à práxis psicanalítica. O psicanalista, frente às situações sociais críticas, coloca em relevo o inconsciente lá onde a precariedade e o drama da vida humana se apresentam e clamam - num apelo resistencial - pela economia do pensamento, pela burocratização dos gestos e pelo ensurdecimento dos ouvidos frente ao drama singular do sujeito em situação de vulnerabilidade. (BROIDE, 2019, p. 39).

Conforme Broide (2006) sustenta em sua tese de doutorado, a psicanálise nasceu em um determinado local, classe social e época específica, a saber: a) no consultório – dado o campo de atuação primeiro de Freud como neurologista e, posteriormente, como psicanalista; b) com a burguesia judaica de Viena e c) ao final do século XIX e começo do século XX. No entanto, tal contexto de surgimento não restringe a psicanálise a tal espaço, classe e época, visto que, para o autor, o que a caracteriza é o método clínico; e a revolução provocada por ela está relacionada à possibilidade de visão e de escuta a partir de um novo espaço (BROIDE, 2006). Para ele, “a psicanálise é do mundo, de todos os lugares e classes sociais e está onde a vida pulsa” (BROIDE, 2006, p.76). Neste sentido, a psicanálise está também no agora e se faz possível nos diferentes contextos, dentre eles, o de vulnerabilidade social.

Tem-se então que as noções psicanalíticas constituem-se enquanto instrumentos significativos não só para aqueles que operam dentro de um consultório, como também para os que atuam nos mais diversos campos, seja através do trabalho nas ruas, daqueles elaborados no SUS e no SUAS ou dos que ocorrem no campo da saúde mental, com a

criação de políticas públicas, além dos mais diversos campos onde existam as chamadas situações sociais críticas (BROIDE, 2019).

Atuar com a psicanálise nesses espaços implica pensar a busca por um dispositivo clínico psicanalítico que permita o rigor da clínica nos mais variados âmbitos. Esse dispositivo consiste em uma “operação que permite a circulação da palavra e os processos de singularização do sujeito” (BROIDE, J.; BROIDE, E., 2016, p. 8), fazendo frente aos caminhos geralmente percorridos para tratar das questões referentes ao trabalho com aqueles em contexto de vulnerabilidade: a burocracia e o “ensurdecimento” diante da singularidade de cada sujeito. Embora o objetivo dos grupos no CREAS não seja o de seguir um rigor clínico, esses trabalhos trazem reflexões importantes acerca da atuação e de fatores aos quais precisamos estar atentos para atuar em contextos de vulnerabilidade.

Em seus trabalhos sobre a atuação em situações sociais críticas Jorge e Emília Broide (2016) buscam apresentar as diferentes experiências nesse campo, como também teorizar e problematizar os temas que surgem nele. Os autores defendem que, embora oferecer um espaço de escuta pareça uma ação de pequena magnitude, esta ganha importante dimensão política e subjetiva ao permitir que certas narrativas, que se encontram nas margens, ganhem visibilidade e, dessa maneira, permitam a reflexão sobre os motivos de seu cerceamento (BROIDE, J.; BROIDE, E., 2016). Tal afirmação também poderia ser feita acerca dos encontros grupais dentro do CREAS, já que muitas narrativas também ficam à margem dentro da assistência social. Como é o caso das questões trazidas pelas “pessoas de referência”, cuja demanda por escuta foi um dos pontos que mais me chamaram atenção no trabalho dos grupos e no CREAS como um todo.

O primeiro ponto que ilustra essa demanda é o fato de que, apesar do convite ser feito à família, eram essas pessoas que apareciam em sua grande maioria. O conteúdo quanto às angústias em torno do desistir de cuidar de alguém (grupo 3) e das dificuldades de ocupar esse lugar de responsabilidade (grupo 4) contribuíram para essa visão, mas ela pode ser questionada com o contraponto de que aquelas pessoas estavam ali porque entendiam que se o CREAS convocou. Logo, a sua presença poderia ter a ver com o fato de que elas deveriam comparecer e não necessariamente para se fazerem ouvidas.

No entanto, ambas as hipóteses apontam para uma reflexão sobre o espaço ocupado por essas pessoas. Primeiro que elas não são o “foco” do trabalho na prática, tampouco

objeto de cuidado, e a elas costuma ser endereçado o espaço da “prestação de contas”. Ora, então são ouvidas. No entanto, das pessoas que compareciam aos grupos, o que costumava acontecer era que estas passam a ocupar o lado da “solução” da equação da violação de direito. Tal papel e modo de trabalho têm suas justificativas pautadas nos vínculos familiares e na autonomia de cada família. No entanto, ser a pessoa de referência me parece estar profundamente relacionado a ser a única pessoa vista com autonomia dentro das relações familiares.

Logo, quando esses sujeitos dão sinais de cansaço, sobrecarga ou desistência, o que se pede para eles é “aguentem mais um pouco”, “você consegue arranjar alguém para por no seu lugar?”. Muitas vezes eles trazem desabafos nas visitas esperando que a gente cuide da situação de sobrecarga deles, por exemplo, quando na verdade eles é quem estão nos ajudando a cuidar da situação de outrem. É claro que a equipe não se exime de fazer orientações, encaminhamentos e dar o suporte necessário para que haja uma evolução no caso e a situação de violação não dê passos para trás, mas o que fica à margem nesses casos são esses incômodos.

Tal quadro se assemelha ao que Lancetti (2015) traz sobre a postura dos profissionais, instituições e governos diante da tentativa de solucionar o “problema das drogas” (e aqui o senso comum é usado propositalmente), aos buscarem soluções rápidas e superficiais para questões profundas e dirigirem seus esforços para a extinção da droga e não para os indivíduos enredados nessa relação. No caso da violação de direitos, o foco é a superação imediata, sem levar em consideração o contexto da família envolvida na situação e como cada um se relaciona com ela. Nesse caso, o papel político do psicanalista reside em promover espaços de conversa para elaboração e construção de narrativas, possibilitando, em diversos contextos, a condição de um olhar singular para o sujeito (BROIDE, J.; BROIDE, E., 2016).

Nessa direção, Broide (2006), em sua tese, utilizou-se de grupos operativos enquanto ferramenta de investigação do campo social e foi através dos grupos que o autor percebeu a dificuldade que diversos profissionais apresentam para trabalhar no campo do social, já que muitas vezes, ao propor algum tipo de intervenção em instituições, alguns profissionais pensam todo o seu trabalho apenas focado na escuta analítica e deixam de lado a dinâmica material da instituição.

Por isso, ele ressalta a necessidade de conhecer os equipamentos e locais de atuação, visto que o funcionamento destes atravessa os trabalhadores, que atuam os

problemas e adversidades das relações institucionais no momento grupal (BROIDE, 2006). Ou seja, sem conhecer a realidade do campo, algumas coisas podem passar despercebidas ao profissional quando este se depara com o conteúdo dos grupos. E é por isso que esse trabalho tenta trazer um pouco do que era o campo do CREAS e do que é campo da Assistência Social para poder falar da experiência com os grupos, já que estes não acontecem isolados e protegidos do contexto da assistência.

Sob essa perspectiva, para se pensar o trabalho com dispositivos grupais na psicanálise ou o trabalho fora de *setting*, é necessário levar em consideração o espaço ocupado por essas intervenções. Como é o caso dos trabalhos de recepção, que surgem inicialmente no contexto da Reforma Psiquiátrica como uma resposta para a questão da alta demanda pelos serviços de saúde mental em determinadas instituições. Demanda essa que a princípio se buscou solucionar com o estabelecimento das filas de espera, as quais, conforme o passar do tempo, se mostraram tanto ineficazes, como também prejudiciais para o tratamento, já que ao não serem iniciados os cuidados corretos para os casos que chegavam ao serviço, o quadro de alguns pacientes se agravava, sendo necessária até mesmo a internação (LEVCOVITZ, 2000).

Para além da tentativa de alterar este curso - ao promover um serviço mais rápido - os grupos de recepção buscam também a qualificação do atendimento aos pacientes. Isso porque o que até então era feito através de triagens - as quais consistiam em uma avaliação de qual paciente se encaixaria ou não no serviço - passou a ser feito a partir de um espaço de acolhimento e de escuta que buscava ir de encontro ao estabelecimento de diagnósticos precipitados e posturas técnicas baseadas em suposições (TENÓRIO, 2000).

Dessa forma, os grupos de recepção constituíram-se enquanto um dispositivo capaz de alterar a dinâmica geral dos serviços nas instituições de saúde mental. Inclui-se nesse processo a transformação de noções clínicas, visando o sujeito, pois apenas a mudança formal de um dispositivo não assegura um bom trabalho (TENÓRIO, 2000). Os atendimentos coletivos desse tipo de trabalho têm como ponto de convergência uma atuação multiprofissional cujos profissionais devem buscar “acolher com a escuta, suportar e transformar as demandas, produzir efeitos terapêuticos (...) fazer o diagnóstico da situação num primeiro momento e, então, encaminhar para diferentes modalidades de tratamento (FIGUEIREDO, 2000, p.124).

Vale ressaltar que a implementação de um trabalho como este não acontece sem impasses. Nos trabalhos dirigidos por Levcovitz (2000), por exemplo, era comum que alguns técnicos, a partir de seus ideais de resposta às queixas apresentadas, encarassem esse dispositivo como uma medida ilusória para as questões que surgiam, o que refletia em certo incômodo por estarem oferecendo aos pacientes um tratamento que, para eles, não aconteceria de fato. Portanto, seria mais transparente da parte deles manter os serviços suspensos para novos integrantes ao invés de disponibilizar para estas um espaço de acolhimento (LEVCOVITZ, 2000).

Qual o propósito de intervenções que não buscam atingir os objetivos de sempre e que não respondem diretamente às demandas impostas pela instituição em que atuam? Em um espaço como o CREAS e outros órgãos do SUS e do SUAS, onde diferentes tipos de demandas operam (demandas da instituição, dos superiores, demanda por mostrar serviço...) manter uma linha de trabalho que busque construir coletivamente dispositivos de intervenção ao invés de reproduzir fórmulas prontas pode se tornar uma tarefa desafiadora.

É o que mostra Martins (2021). Ao se propor a escutar “populações vulnerabilizadas”, ela questiona:

Quantos são os casos, as histórias que não cabem em lugar algum? Essas questões são recortes nas interlocuções no campo, nas redes que dão notícias de histórias que passam anos em limbos e em bizarrices burocráticas, preenchidas por aparatos jurídicos que justificam encaminhamentos, procedimentos, fazendo volume e espremendo espaços, produzindo vazios de histórias, histórias que permanecem as mesmas, sem escutas, sem consequências, sem rostos, afetos e memória, por fim, invisibilizadas (Martins, 2021, p.22).

Através desse trabalho, a autora busca compreender como a psicanálise e o psicanalista podem ocupar os espaços fora do *setting*, no que podem contribuir e o que podem fazer, questionando-se sobre o tipo de escuta que acontece nos espaços fora da clínica tradicional, afirmando que uma postura ética nesse sentido estaria relacionada ao não enxergar as necessidades ou condição de vulnerabilidade como algo que define o sujeito (Martins. 2021).

Além disso, é necessário levar em consideração tanto uma postura ética guiada pelos preceitos da psicanálise, como também uma implicação por parte do analista com a própria formação, estabelecendo uma comunicação com outras áreas do saber no que diz respeito à teoria e buscar, no campo da clínica, refletir sobre os discursos dominantes atuais e como estes implicam no âmbito social (SATO *et al.*, 2017).

Essas intervenções dentro do campo psicanalítico não só fornecem pistas para a atuação fora de *setting*, como também contribuem para a discussão sobre as possibilidades e desafios que se apresentaram neste trabalho em específico. Embora alguns deles - como os de recepção e acolhimento- objetivem o tratamento terapêutico e abordem a questão de um dispositivo clínico psicanalítico e seu rigor, este não foi o caminho buscado nos grupos. Os trabalhos acima citados serviram – e aparecem aqui – por provocarem reflexões sobre a atuação fora do consultório e apontarem caminhos e características do trabalho com aqueles em contexto de vulnerabilidade.

b. Transferência e horizontalidade

Grupos não terapêuticos de escuta

Conforme trazido no capítulo anterior, os grupos surgiram por conta de uma demanda do equipamento e sua proposta inicial era a de se tornar um espaço para trabalhar temas relacionados às violações de direitos com os usuários, com o intuito de aproximar o equipamento do acompanhamento às famílias e suas principais questões. Nesse sentido, os grupos não caracterizavam um espaço para tratamento terapêutico e a solicitação da existência desses tinha mais relação com um caráter de conscientização, a fim de auxiliar na superação das violações de direitos.

No entanto, conforme os encontros foram ocorrendo, novos acordos foram surgindo e o grupo se tornou um espaço para trabalhar temas, mas também um espaço de escuta, em que a fala dos usuários era privilegiada.

Algo que chamou atenção desde os primeiros encontros foi o fato dos grupos permitirem acesso a discursos que escapam quando, diante de uma escuta institucional específica, se repetem as mesmas perguntas e questionamentos. A exemplo do que ocorreu com os relatos que Marly trouxe no CARNACREAS sobre o seu marido e que uma das assistentes sociais logo depois nomeou “como uma espécie de ‘atendimento coletivo’, onde eram ouvidas histórias que não costumam ser contadas nas casas (“porque sempre tem alguém”) ou dentro de uma sala de atendimento e reafirmou surpresa com as histórias contadas ali, que nem sempre aparecem numa sala de atendimentos.”

Isso se deu de maneira parecida nos encontros seguintes, quando algumas relações familiares e algumas histórias ganhavam mais evidência, como era o caso dos familiares de referência, que costumavam ser ouvidos como prestadores de contas e, por isso, não tinham suas questões em primeiro plano, já que existiam muitas coisas à frente: o familiar

vitima da violação, o parente que pratica a violação e ele (a), que está ali para tentar sustentar uma possível saída para este cenário.

Martins (2021) demonstra como a ocupação dela e de outros oficineiros em um determinado território possibilitaram trocas e acesso a “outras versões” de trabalhadores através dos desabafos destes, assim como o acesso às críticas de uma senhora que passava semanalmente para reclamar do pessoal “dos direitos humanos”. Já em outros momentos, diante do conteúdo de algumas histórias ouvidas, havia a vontade de querer resolvê-las na hora. No entanto, a autora insiste que parecia importante se manter escutando a história até a sua conclusão, se comprometer com o “fazer nada”. Esse aparente despropósito causava más impressões, julgamentos, mas fazia as pessoas estarem ali semanalmente e falando. Essa abertura possibilitava acontecimentos como o que ela narra a seguir:

Uma vez sentados à mesa, os usuários não sabiam ao certo o que esperar dessa equipe. Talvez, por isso, tenha havido a chance de escutar Pedro (um usuário dos serviços da região da Luz) sobre as brigas com sua filha, as histórias de pesca, seu trabalho no interior e seus amores (...) Parecia que Pedro estava cansado de falar sobre suas histórias de rua. Parecia também que os trabalhadores estavam cansados de perguntar para Pedro se ele ia para o albergue mesmo naquele dia, se ele ainda possuía o papel do encaminhamento para a cirurgia de seu olho etc (Martins, 2021, p. 73)

Escutar pessoas em situação de vulnerabilidade e que estão inseridas em contextos da violação de direitos muitas vezes pode cristalizar o nosso olhar e a nossa escuta nas condições de existência dessa pessoa. No entanto, falar de discursos que estão à margem não necessariamente quer dizer ouvir sobre essas condições, ou seja, ao se propor a escutar um sujeito em situação de vulnerabilidade, isso não necessariamente significa ouvir sobre seus problemas imediatos. O que os Grupos do CREAS me mostraram é que os discursos à margem podem ser justamente aqueles irrelevantes para a “solução” de um caso. São os amores, as histórias, o passado, as brigas de família... Na Assistência Social, o ouvido é afinado e treinado para ouvir sobre as violações de direito, afinal é o nosso papel. Mas e quando o usuário quer contar de outras coisas?

No caso de algumas histórias compartilhadas no CREAS, por exemplo, os discursos que ficavam à margem falavam de um sofrimento que parecia não tão importante assim, por não se vincular à violação de direitos e seus efeitos diretamente, como também por incomodar as expectativas de resolução. Por isso, vale pensar que dispositivos como o “Fazer nada” ou grupos não terapêuticos de escuta abrem espaço para que se fale

livremente, o que faz que com novos discursos - ou os discursos ignorados, no caso do CREAS- entrem em cena.

Esse *modus operandi* do equipamento e da assistência como um todo não atingia somente os profissionais, mas também os usuários do serviço, que nos momentos iniciais dos grupos, se dirigiam a mim seguindo a dinâmica que tínhamos na sala de atendimentos, ou seja, dividindo suas questões e aguardando uma resolução: “Está aqui a minha queixa, faça algo”. Como no caso da senhora Severina, que compareceu a um dos encontros para que a equipe resolvesse a questão da guarda da sobrinha dela. Esta chegou a comentar até que teria que se retirar cedo do grupo, mas acabou ficando até o final. Esse foi um dos fatos que me levou a crer que algumas presenças do grupo eram movidas por certo momentos de crise e pela urgência de que o equipamento resolvesse algo.

Da mesma maneira, com o relato do quarto encontro foi notado que o grupo começou com a maioria das falas sendo dirigidas a mim, mas ao decorrer do encontro, elas passaram a ser dirigidas também aos demais, fazendo mudar o tom de atendimento que os momentos iniciais dos grupos acabavam tendo. Neste sentido, esse espaço do “não atendimento individualizado” e da suspensão (ou ao menos tentativa) do papel da técnica que está ali para resolver e orientar quanto a algumas demandas trazem uma influência dupla tanto nos discursos que passam a aparecer nos grupos, quanto na própria escuta, sendo os grupos um dos momentos nos quais eu me sentia mais confortável com esse fazer profissional, embora esse fazer também fosse permeado de questões.

É possível estabelecer uma relação entre esses efeitos e o que Tenório (2000) nomeia por “desmedicalizar a queixa e subjetivar a demanda”. Com “desmedicalizar” e “subjetivar”, o mesmo está se referindo à ação de convidar o sujeito a implicar-se naquilo de que se queixa, ao invés de oferecer uma resposta pronta para o seu pedido de resolução imediata para suas questões. O autor reconhece o otimismo da proposta no que diz respeito à implicação do sujeito em seu sintoma e ressalta que “a expectativa clínica em relação a um trabalho de recepção não deve ir muito além de apostar em um deslocamento mínimo, o que não é pouco.” (TENÓRIO, 2000, p. 88). Embora esses objetivos digam de uma experiência no campo da saúde, é possível transpô-los para os dispositivos grupais dentro do CREAS. O *desmedicalizar* nesse caso poderia ser substituído por *destutelar* esse sujeito que se queixa nos grupos, permitindo com isso a abertura para novos discursos.

O percurso de Leandro nos grupos ilustra bem essa situação. Após uma sucessão de encontros em que ele dava seu testemunho e buscava testemunhas que enxergassem o cuidado dele para com os irmãos, Leandro traz no último encontro os relatos sobre outras vivências que não tinham aparecido antes. Após minha tentativa de trazer à tona o tema do julgamento dos outros, o usuário me surpreendeu ao reclamar que alguém o viu com uma mulher em um bar e decidiu contar para outra mulher com a qual ele se relacionava e trocava mensagens. Essa surpresa de minha parte se deu pelo fato de que Leandro constantemente trazia nos grupos e nas visitas diversas queixas relacionadas ao fato de viver somente para cuidar dos irmãos. No entanto, nesse dia ele deu sinais de brechas de uma vida que existe para além dessa, ainda que cheia de limitações. É difícil imaginar isso acontecendo numa visita domiciliar. O senhor Leandro, que é “positivo”, talvez não se sentisse confortável de relatar às técnicas do CREAS que também passava seu tempo nas redes sociais ou que tinha uma paquera aqui e ali. Primeiro: qual a relevância disso? Segundo: Isso aumentaria as chances das técnicas se juntarem ao coro que alega que ele não cuida bem dos irmãos. Assim, esse espaço para irrelevância, oportunizado principalmente pelo último grupo, pode ser interessante para pensar a descoberta das potencialidades dos indivíduos e famílias, termo tão destacado no Caderno de Orientações Técnicas.

É importante ressaltar que essa abertura não se dá automaticamente. Conforme é trazido por Sato *et al.* (2017) ao discutir sobre dispositivos grupais e psicanálise, o trabalho em grupo e a posição do analista, ambos sustentados na psicanálise e seus fundamentos, diz menos respeito à priorização de uma espécie de técnica – a de grupo- em detrimento de outra e está mais relacionado à sustentação de um dispositivo que esteja aberto para a escuta do sujeito em sofrimento, podendo os grupos a partir disso, se caracterizarem enquanto uma intervenção que está no caminho oposto ao da lógica de individualização e terem um importante papel político (Sato *et al.*, 2017).

As formações de vínculo permitidas pelos grupos

Alguns momentos específicos dos grupos me chamaram a atenção para algo que não é exclusivo do espaço grupal, mas que através dele se tornou palpável para mim e que me parece algo marcante do campo da assistência social, que é esse quê de intimidade, de humor, de brincadeira. Minhas colegas da assistência social tinham muito traquejo com isso e essa era a postura de alguns usuários também.

Nesse sentido, pude perceber alguns efeitos dos momentos grupais no meu trabalho no campo da assistência social, mas antes acho interessante mencionar que o grupo de profissionais do CREAS era um espaço de muitas brincadeiras. Entre o estresse da sobrecarga, das diversas demandas de trabalho, das injustiças sociais e de algumas densas realidades, estar com eles tornava o trabalho menos difícil. Esse grupo (no qual eu era “Lelê”, “bebezinha”, “enjoada”, “estranha” ou “psicóloga”) contribuiu para construção do meu estilo e modo de atuar profissionalmente no CREAS.

Ser convidada por Esmeralda para sentar com ela e Marly e ouvir a história de vida da amiga; escutar o desabafo de Marly sobre o amor; encontrar Esmeralda na rua e ser cumprimentada com um tapinha [“mulher, você por aqui!”]; Nalva colocando meu óculos no rosto e comparecendo um outro dia para falar que quer ter uma conversa comigo... todos esses pequenos acontecimentos me deram sinais de efeitos proporcionados pelo espaço grupal que eu ainda não havia “alcançado” enquanto atuava como técnica fora dos grupos.

Toda a seriedade que englobava esse papel e a tônica que o termo “violação de direitos” dá ao trabalho, tudo isso me acompanhou no início. Da mesma maneira com a psicanálise e a aura de seriedade em torno dela. Os grupos me permitiram esse acesso diferente às pessoas e suas histórias, mas também a novas maneiras de fazer e de se colocar na Assistência. Algo que fazia parecer que quem está há mais tempo nesse campo tinha nascido com o dom, mas que agora tenho minhas desconfianças de que tenha mais a ver com uma construção.

Os encontros grupais também trouxeram essa marca que percebi no equipamento e também me permitiu um jeito de me relacionar diferente com os usuários. Como a roda permitia espaço e abertura para que outras falas e histórias circulassem, eu acabava me percebendo com um novo olhar sobre os usuários, a cada história, a cada encontro. E também sentia um outro tipo de aproximação. Uma proximidade horizontal.

Ao falar da relação transferencial na clínica, Ferenzci indica que os analistas participam ativamente da criação da atmosfera clínica e da circulação dos afetos dentro do *setting*, seja na postura acolhedora ou na ausência dela, seja na capacidade de se comunicar com o paciente a partir da linguagem dele ou conseguindo caminhar no ritmo dele. Esse jogo com os afetos é o que poderia ser colocado à disposição do tratamento (REIS; GONDAR, 2017). Um paralelo entre essas ideias e a atuação fora de *setting* poderia ser

estabelecido ao pensar que se utilizar dos afetos e prestar atenção neles pode também construir uma atmosfera que contribui para um melhor acompanhamento de um indivíduo/família.

É interessante pensar que no início da minha trajetória no CREAS, eu confundia a neutralidade do analista, ou o profissionalismo de uma psicóloga da assistência como sinônimos de seriedade. Era certo para mim que os usuários não me levariam muito a sério caso eu não mantivesse essa postura. No entanto, aprendi com o tempo que não ser levada (e não se levar) tão a sério pode ser algo positivo na Assistência, afinal boa parte dos vínculos que criei no CREAS se construíram quando pude abrir mão desse lugar.

As dificuldades enquanto psicóloga da assistência social dentro dos grupos

Era comum que em alguns momentos do grupo, ou após, eu me questionasse acerca de minhas intervenções ou ausência delas. Buscar manter a postura de uma escuta outra, lateral à escuta “técnica”, às vezes se torna difícil frente a um papel que é esperado que a gente desempenhe.

De acordo com SATO *et al.* (2017), o analista opera responsabilizando-se por fazer com que o grupo caminhe, mantendo-se separado deste, porém - de maneira concomitante - sendo parte dele através de suas intervenções, pensando o avanço do mesmo.

No entanto, é comum que em alguns cenários, como o de urgências sociais, os profissionais não consigam fazer frente ao mal-estar diante das demandas que se apresentam e, por isso, numa tentativa de aliviar a própria angústia, acabem se apoiando em informações e técnicas na tentativa de manter certo controle sobre o imprevisível (SATO *et al.*, 2017). A partir de experiências com o trabalho em grupos diante de cenários assim, Sato *et al.* (2017) complementam que:

Somam-se a essa angústia, dúvidas e desconhecimento dos profissionais sobre referenciais teóricos que poderiam nortear uma direção ética para essas práticas, o que faz com que aqueles que coordenam atividades grupais sintam-se despreparados para escutar e direcionar as falas que surgem nesse espaço, dificultando conceber o grupo como um dispositivo potente (SATO *et al.*, 2017, p. 487).

Chamar atenção para esse tamponamento que parte de alguns profissionais e reafirmar o local de não saber do analista não quer dizer, no entanto, que este não deva intervir no grupo. Este está encarregado não apenas de sustentar interpretações, mas também de questionar as falas que surgem no decorrer dos encontros (ALMEIDA, 2008).

No capítulo anterior, eu compartilho uma grande parte da minha dificuldade de escrever os relatos apresentados neste trabalho, que foi justamente lidar com algumas intervenções feitas por mim, que me pareciam ir de encontro a um "ideal" de postura psicanalítica (evitar o furor sarandis, não tentar tamponar um momento incômodo, etc.). A questão é que a realidade do campo muitas vezes pode nos fazer agir um pouco distante do ideal técnico de atuação, mas a fim de manter uma postura ética, pode ser importante fazer uma diferenciação entre o que é a tentativa de apaziguar uma angústia e o que é a busca de uma brecha de caminhos diante da realidade interditada que muitas vezes se apresenta nos contextos de vulnerabilidade.

Figueiredo (2007) nos auxilia a pensar nesse equilíbrio a partir do que trás de uma visão geral do cuidado a partir da teoria e da clínica psicanalítica. Segundo ele: “As diversas faces do cuidar são apresentadas em termos daquilo que o cuidador faz como presença implicada – acolher, reconhecer e interpelar – e como presença reservada – dar tempo e espaço, esperar, manter-se disponível sem intromissões excessivas” (p.13) com uma atenção para que essas duas posturas não sejam em função daquele que “cuida”.

Tal como quando Esmeralda falou de seu filho e eu quis orientá-la quanto a conversar com ele sobre o CAPS e me veio o questionamento de: “Será que estou tentando tamponar algo aqui? Ou apenas cumprindo meu papel de repassar ao usuário uma informação necessária?” Penso que, em certos momentos, levar tão a sério o que eu entendia como psicanálise, me fazia questionar coisas que a assistência social me dava abertura pra fazer. Não é que tais questionamentos não sejam importantes de serem feitos e elaborados, mas estar atenta a todo o momento ao meu papel ali me tirava do eixo da ferramenta mais importante do meu trabalho: a escuta. .

Orientar a usuária sobre levar o seu filho ao CAPS e continuar sustentando o espaço de escuta que lhe estava sendo dado me parece um caminho possível. Não é possível saber quanta diferença faria uma intervenção ou outra, mas o fato é que ocupar múltiplos lugares para os que estavam ali me fazia, em certos momentos, querer desempenhá-los - ao invés de só deixar que eles existissem e circulassem, assim como os discursos.

Já na situação de Leandro, por exemplo, em que intervi após um dos encontros grupais enquanto ele dialogava com Pedro e comigo no CREAS, foi possível perceber dois momentos distintos: um de busca por brechas e possibilidades e outro de tamponamento de

angústias pessoais. O primeiro foi quando, ao conversar com Pedro - um feliz acaso - tentei, após os questionamentos que Leandro trazia sobre o colega andar sozinho, demonstrar que isso era uma possibilidade. O segundo foi quando, com o decorrer da conversa eu me percebi tentando tamponar a minha angústia ao dizer que ele não precisava se preocupar tanto, numa tentativa de “acalmá-lo em relação a essa preocupação intensa que tinha com a situação do irmão”.

Ao trabalhar conceitos como a neutralidade e a abstinência, Arossi (2021) afirma que “a abstinência não corresponde a uma postura de passividade e de que a neutralidade não corresponde a uma postura de isenção ou desimplicação por parte do psicanalista.” (p. 3). Em outro momento do seu trabalho, ao discutir sobre a transferência, ele acrescenta que embora seja importante para a prática psicanalítica que o analista não se imponha com fins de responder a certas demandas a partir de sua subjetividade, é também fundamental refletir que nem sempre haverá a possibilidade disso acontecer integralmente. O caminho para se pensar tais questões é estar atento aos afetos e “movimentos contratransferenciais que possam, porventura, reverberar nas intervenções realizadas” (ARROSI, 2021, p.25).

Por fim, ao se pensar sobre esses movimentos e presença do analista em espaços fora do *setting*, ao se refletir sobre grupos ou qualquer outra técnica, ao se propor a atuar com a psicanálise, o norte a ser buscado pode ser resumido no que Zyguris (2010) traz como “a capacidade de estar em uma proximidade ao outro humano (...) o humano estrangeiro” (n.p), que frequenta nosso mundo com o dele nos contando histórias muitas vezes desconhecidas, com bagagens que podem trazer incômodos ao nosso território e com um sotaque que marca essas diferenças. Querer “Estar próximo mantendo o respeito à diferença, trabalhar no sentido de uma transformação sem tomar o poder sobre ele.” (ZYGURIS, 2010, n.p) se constitui enquanto uma boa bússola para trilhar caminhos nesses territórios fora de *setting* que, assim como o “humano estrangeiro”, passaram a frequentar o mundo da psicanálise com suas bagagens próprias. E vice-versa.

6. Considerações Finais: Sobre um trabalho que não tem fim

Essa pesquisa teve como objetivo contribuir e se juntar ao esforço daqueles que buscam agregar à construção da psicanálise viva. Além disso, ela buscou falar dos efeitos da psicanálise em espaços “fora de *setting*”, mas também sobre os efeitos do “fora de *setting*” para a psicanálise. No caso desse trabalho, o campo palco dessa construção foi o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) que, através do

formato de relato de experiência que este material assumiu, foi apresentado para que o leitor pudesse se inserir no campo e, em seguida, ter contato com a experiência dos Grupos do CREAS, parte central dessa pesquisa.

Como principais efeitos da psicanálise para essa experiência, tivemos a construção de um espaço que permitiu uma proximidade maior com os usuários (dentro e fora dele) e o acesso e abertura para histórias não contadas - ou que não costumavam ser ouvidas - o que possibilitou refletir melhor sobre a história dos usuários e famílias do CREAS. Já no que diz respeito aos efeitos do fora de *setting* para a psicanálise, estes podem ser discutidos a partir dos efeitos dela para o psicanalista. A experiência nesse campo me trouxe, antes de qualquer saber, uma leveza maior para lidar com o percurso da formação em psicanálise, ao me ajudar a me desfazer de alguns ideais sobre a atuação de um psicanalista e me auxiliar na descoberta do meu estilo de atuar, que ainda está em construção.

Neste sentido, essa pesquisa contribui tornando palpável aquilo que encontramos nas teorias. Lembro de, durante a minha formação, associar as bases teóricas a algo inalcançável, presente somente para aqueles dotados de muita prática e saber ou para aqueles extremamente rebeldes e disruptivos. Mas para os que estão começando, não se preocupem: há caminhos para os aprendizes inseguros. E é por isso que esse material pode contribuir para aqueles que, assim como eu, estão dando seus primeiros passos fora e dentro do *setting*.

As implicações práticas estão relacionadas aos efeitos desse espaço potente de escuta, que permitiu o aparecimento dos discursos que estão nas margens e que também abriram caminhos para que o desimportante surgisse. Teoricamente, ela traz contribuições acerca dos temas da transferência e horizontalidade, nos permitindo colocar a postura do analista como aquele ocupa uma posição de cautela e observação, como também de intervenções.

No entanto, estas reflexões poderiam ser mais aprofundadas, sendo esta uma limitação da pesquisa, pois ela trouxe recortes de reflexões sem mergulhar no tema. Outra limitação tem a ver com algumas características do campo. A primeira diz respeito aos convites: uma grande lacuna dos grupos e do trabalho como um todo; por mais de uma vez debatemos o porquê da presença de poucos usuários e pensamos em soluções. Questionamo-nos sobre o vínculo com os usuários, a visão que eles tinham do CREAS. Como não éramos nós que entregávamos os convites nas casas, passamos a avisar dos grupos nas visitas e em alguns atendimentos, a fim de que nosso vínculo mais próximo com o usuário pudesse influenciar nessa decisão, porém não pareceu adiantar.

Além disso, os encontros foram muito espaçados. Creio que uma quantidade maior de encontros poderia ter proporcionado mais descobertas no que diz respeito às potências do grupo e também às potencialidades das famílias.

Para futuras experiências em campos como assistência social, sugiro a observação dos efeitos dos dispositivos grupais nas visitas e na continuidade do trabalho com as famílias. Além disso, um maior compartilhamento da pesquisa com a equipe – hoje vejo que poderia ter muitas contribuições caso debatesse mais essas ideias e isso poderia acarretar em transformações no trabalho também. A busca por um espaço de supervisão – tanto para os casos do CREAS, quanto para os grupos, também é algo que pode fazer um diferencial e que faltou a esta pesquisa-experiência.

E por fim, termino por responder a pergunta que iniciou esse trabalho: “O que fazer com a psicanálise em espaços fora do *setting* tradicional?”

Resposta: Escute o que eles têm a dizer.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O cartel e a lógica do coletivo**. In: MACHADO, O.M.R; GROVA, T. (org.). *Psicanálise na Favela Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos*. Rio de Janeiro: Digai-Maré, 2008, p. 81-85.
- ARROSI, K. E.. **A escuta em psicanálise: abstinência e neutralidade em questão**. 2021.
- BASTOS, E. B. B. I. A escuta psicanalítica e a educação. **Psicólogo informação**, v. 13, n. 13, p. 91-98, 2009.
- BATISTA, K. R. O.; CUNHA, E. L. A experiência psicanalítica na investigação social: considerações sobre método. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 02, p. 260-275, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, DF, 2004. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- BROIDE, E. **Existirmos a que será que se destina-** A psicanálise nas situações sociais críticas: escutar, habitar, existir. IN: BROIDE, E.; KATZ, I. (org.). *Psicanálise nos espaços públicos*. São Paulo: IP/USP, 2019.
- BROIDE, J. **A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias**. 2006. 203 f. + 285 f. Anexos. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BROIDE, J.; BROIDE, E. E. (2016). **A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia e intervenções**. São Paulo: Escuta.
- CARVALHO, C. et al. (2014). Grupo de acolhimento: relato da experiência. **Psicologia Revista**, vol. 17, nº 1/2, p. 43–58.
- CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2011
- DALTRO, M. R.; DE FARIA, A. A.. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DA SILVEIRA K., R. F.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V.. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020.

DE PAULA, F. O. Q.; DE PAIVA, J.. Possibilidades de atuação do psicanalista no Centro de Referência de Assistência Social. **Vínculo-Revista do NESME**, v. 12, n. 1, p. 41-50, 2015.

DIAS, T. B. M.; CHAVES, W. C.; NETO, F. K.. Psicanálise e Assistência social: O Sujeito entre a Demanda e o Desejo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 238-258, 2017.

FIGUEIREDO, A.C (2000). **Do atendimento coletivo ao individual: um atravessamento na transferência**. In: A Clínica da Recepção nos Dispositivos de Saúde Mental. Instituto de Psiquiatria. Cadernos IPUB, vol. 6, nº 17, p. 124-130.

FIGUEIREDO, A. C. **Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público**. 1996.

FIGUEIREDO, L. C. A metapsicologia do cuidado. **Psyche (Sao Paulo)**, São Paulo, v., n. 21, p.13-30, dez. 2007. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200002&lng=pt&nrm=iso>.

FREUD, S.. **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 12, p. 121-133, 1912.

FREUD, S. (2010). Recordar, repetir, elaborar. In: Freud, S. **Observações sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”), artigos sobre a técnica e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, S. (2010). Observações sobre o amor de transferência. In: Freud, S. **Observações sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”), artigos sobre a técnica e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

GOIDANICH, Márcia. Saúde mental na rede pública: possibilidade de inserção psicanalítica? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 21, p. 26-33, 2001.

KOBORI, E. T. Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura. **Rev. Psicol. UNESP, Assis**, v. 12, n. 2, p. 73-81, dez. 2013.

LANCETTI, A. Contrafissura e plasticidade psíquica. São Paulo: Hucitec, 2015.

- LEVCOVITZ, S. (2000). **Grupos de recepção ambulatorial: uma introdução ao tema.** In: A Clínica da Recepção nos Dispositivos de Saúde Mental. Instituto de Psiquiatria. Cadernos IPUB, vol. 6, nº 17, p. 21-29.
- LEVCOVITZ, S. *et al.* (2000). **Apresentação: A importância estratégica dos dispositivos de recepção.** In: A Clínica da Recepção nos Dispositivos de Saúde Mental. Instituto de Psiquiatria. Cadernos IPUB, vol. 6, nº 17, p. 7-14.
- LIMA, R. A.; OBLIZINER, P.; TURRIANI, A. **Margens Clínicas.** IN: BROIDE, E.; KATZ, I. (org.). Psicanálise nos espaços públicos. São Paulo: IP/USP, 2019.
- MACEDO, M. FALCÃO, C. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. **Contextos de entrevista—olhares diversos sobre a interação humana**, p. 49-62, 2005.
- MAIA, M. V. C. M.; PINHEIRO, N. N. B. Um psicanalista fazendo outra coisa: reflexões sobre setting na psicanálise ext. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2011, v. 31, n. 3
- MARTINS, R. C. R. **“Fazer nada” como dispositivo de intervenção clínica e política em territórios.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- MATTOS, S. de. A disponibilidade do analista. **EBP Escola Brasileira de Psicanálise—Agenda 1º Semestre 2003**, p. 52-59, 2003.
- MEZAN, R. **Da poltrona à mesa de trabalho: a construção do caso clínico.** In: MEZAN, R. (Org.). Intervenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 197-202.
- MOREIRA, J. O.; OLIVEIRA, N. A.; COSTA, E. A. Psicanálise e pesquisa científica: o pesquisador na posição de analisante. **Tempo psicanalítico** v. 50, n. 2, p. 119-142, 2018.
- MOTTA, R. F.; SCARPARO, H. B. K.. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 230-239, 2013.
- PEREIRA, T. T. S. O. Pichon-Rivière, a dialética e os grupos operativos: implicações para pesquisa e intervenção. **Revista da SPAGESP**, v. 14, n. 1, p. 21-29, 2013.
- REIS, E. S.; GONDAR, J. ENTREVISTA COM SÁNDOR FERENCZI, JÔ GONDAR E ELIANA SCHUELER REIS. *Pluralidades em Saúde Mental*, v. 6(n. 1), 7-12. Jun./Jul.
- SATO, F. G. et al. (2017). O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. **Psicologia Política**, vol. 17, nº 40, p. 484-499.
- SOUZA, C. R. A. de; COELHO, D. M. O neutro em psicanálise: da técnica à ética. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, p. 95-110, 2012.

TENÓRIO, F. (2000). **Desmedicalizar e subjetivar: A especificidade da clínica da recepção.** In: A Clínica da Recepção nos Dispositivos de Saúde Mental. Instituto de Psiquiatria. Cadernos IPUB, vol. 6, nº 17, p. 79-91.

ZYGOURIS, R. Por uma psicanálise laica. [Entrevista concedida à Revista Percurso 45. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/371431115/Radmilla-Por-Uma-Psicanalise-Laica> 2010